



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARIA GIRLEZA PÉREZ AMAYA

**A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA ARQUIVOLOGIA,  
BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA:  
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E COLÔMBIA**

---

Londrina  
2021

MARIA GIRLEZA PÉREZ AMAYA

**A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA ARQUIVOLOGIA,  
BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA:  
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E COLÔMBIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

P438r Pérez Amaya, Maria Girleza.  
A representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia : estudo comparativo entre Brasil e Colômbia / Maria Girleza Pérez Amaya. - Londrina, 2021.  
189 f. : il.

Orientador: Ana Cristina de Albuquerque.  
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2021.  
Inclui bibliografia.

1. Catalogação - Tese. 2. Organização da informação - Tese. 3. Representação descritiva - Tese. 4. Registros de informação - Tese. I. Albuquerque, Ana Cristina de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

MARIA GIRLEZA PÉREZ AMAYA

**A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA ARQUIVOLOGIA,  
BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA:  
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E COLÔMBIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque  
Orientadora  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. María Teresa Múnera Torres  
Universidad de Antioquia - UdeA

Londrina, 08 de março de 2021.

Dedico este trabalho a minha família, meus pais  
Girlesa e Germán, meus irmãos Oscar e Victor,  
minha irmã Andrea, meu sobrinho Emmanuel e a  
você Felipe.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e à vida, pela minha saúde e por me permitirem estar aqui e agora alcançando mais uma conquista.

A minha família, por estarem ali sempre ao meu lado, apesar da distância. Por sempre acreditarem em mim, pelo apoio e a compressão de não poder estar com eles nos momentos especiais. Eu sei que foi difícil mesmo, mas agradeço muito, muito de coração, por me permitirem voar o mundo todo. Agradeço esse 15 de janeiro de 2012 quando me apoiaram a estudar e morar longe, foi o começo de um caminho de oportunidades e conquistas, que cada dia me surpreende com muitas coisas maravilhosas. Foi todo esse processo o que me trouxe aqui ao Brasil e permitiu alcançar este mestrado.

A minha irmã, por ser meu anjo guardião, por seu amor incondicional e por me suportar sempre.

A meu sobrinho - ele nem imagina tudo o que faz por mim - agradeço sua existência, seu sorriso. Agradeço seus abraços e beijos quando chego em casa.

A você, Felipe, foi você quem fez o possível e o impossível, agradeço imensamente por estar sempre a meu lado, literalmente. Agradeço seu apoio, amor, abraços, palavras. Agradeço à vida por você.

A minha orientadora Ana Cristina, mulher maravilhosa que merece tudo de bom na vida, ela nasceu para conquistar tudo o que desejar. Agradeço por sempre me orientar, apesar de minhas milhões de dúvidas, por estar durante todo este processo, por me escutar e me fazer sentir confiante comigo mesma. Nos momentos de angústias, você me traz tranquilidade. Muito obrigada mesmo!

Às professoras da banca, por aceitarem o convite e pela leitura e apontamentos realizados. Professora Brígida e professora Maria Teresa, muito obrigada.

Ao grupo de pesquisa “Organização e Representação da Informação e do Conhecimento de Recursos Imagéticos”, pelos encontros e a troca de ideias.

Ao programa de Bolsas Brasil – Programa de Aliança para a educação e a capacitação (PAEC), acordo de cooperação entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) –, por esta grande oportunidade.

À CAPES, pelo apoio e financiamento para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus amigos brasileiros, vocês me acolheram e me fizeram parte de suas vidas, agradeço a amizade, a companhia e por viverem comigo este processo. Mylena, amiga e colega de sala; David, meu compatriota; João, nós podemos tudo, menino; e de novo você, Felipe, que chegou a minha vida para ficar.

Aos meus amigos do Programa de Bolsas Brasil, caminhar e compartilhar com vocês esta experiência a fez mais especial ainda, conhecer todos vocês e suas culturas foi gratificante.

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, pelas aulas com muito aprendizado. Professora Luciane, agradeço sua ajuda e boas-vindas no começo deste processo.

Agradeço especialmente aos professores e colegas: Brígida Maria Nogueira Cervantes, Rosane Suely Álvares Lunardelli, João Arlindo dos Santos Neto, Natalia Marinho do Nascimento, Ana Paula Costa Rosa e Maíra Fernandes Alencar, que sem saber me motivaram neste processo. Eles nem necessitaram palavras para me fazer sentir parte, suas boas energias bastaram.

A todas e cada uma das pessoas que fizeram parte deste processo, com certeza cada um de vocês colaborou um pouquinho nesta conquista.

A todos vocês agradeço de coração e desejo o melhor para suas vidas.

PÉREZ AMAYA, Maria Girleza. **A representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia**: estudo comparativo entre Brasil e Colômbia. 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

A representação da informação constitui um dos principais processos da Organização e Representação da Informação, cuja finalidade é identificar, descrever e possibilitar o acesso à informação contida nos documentos arquivísticos, nos materiais bibliográficos e nos documentos de museu. Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as semelhanças e diferenças nas noções conceituais de representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia no Brasil e na Colômbia. Adotamos a pesquisa bibliográfica e o método comparativo, como métodos da pesquisa, e a análise de conteúdo e o estudo comparativo, como técnicas de análise de dados, possibilitando a identificação, discussão, categorização e confrontação das noções conceituais apresentadas nos artigos científicos dos periódicos da Ciência da Informação com Estrato Qualis Capes A1 na área de avaliação Comunicação e Informação, no quadriênio 2016-2019 – Transinformação; Informação & Sociedade: Estudos e Perspectivas em Ciência da Informação - do Brasil, no período compreendido entre 2010 e 2019, e das definições expostas pelos sites oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia. Foram identificadas dezenove noções conceituais de representação descritiva da informação, em dezessete artigos e documentos selecionados, sendo quatorze artigos do Brasil e três documentos da Colômbia. Destas noções, cinco correspondem ao conceito de descrição arquivística, nove à catalogação descritiva, dois à catalogação na Museologia e três à representação descritiva segundo a Ciência da Informação. Como resultados, foram caracterizados os processos de representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia; foram também identificadas e categorizadas as noções conceituais selecionadas e, por último, apresentamos, mediante um quadro comparativo, as semelhanças e diferenças evidenciadas entre estas áreas e entre os países. Concluímos, assim, que as semelhanças evidenciadas significam o ponto de encontro para a integração e o desenvolvimento de formas de compartilhamento de informações entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia e entre os países Brasil e Colômbia. E, por sua parte, as diferenças vêm sustentar as especificidades que cada uma destas áreas apresenta.

**Palavras-chave:** Representação da informação. Representação descritiva da informação. Descrição arquivística. Catalogação descritiva. Catalogação na museologia.

PÉREZ AMAYA, Maria Girleza **The descriptive representation in Archivology, Librarianship and Museology: comparative study between Brazil and Colombia.** 2021. 185 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## ABSTRACT

The representation of information is one of the main processes of the Organization and Representation of Information, whose purpose is to identify, describe and provide access to the information contained in archival documents, bibliographic materials and museum documents. Therefore, the general objective of this research is to analyze the similarities and differences in the conceptual notions of descriptive representation of information in Archivology, Librarianship and Museology in Brazil and Colombia. We adopted bibliographic research and the comparative method, as research methods, and content analysis and comparative study, as data analysis techniques, enabling the identification, discussion, categorization and confrontation of the conceptual notions presented in the scientific articles of the journals of Information Science with *Qualis Capes A1 Stratum* in the Communication and Information assessment area, in the 2016-2019 four-year period - *Transinformação; Informação & Sociedade: Estudos e Perspectivas em Ciência da Informação* - from Brazil, in the period between 2010 and 2019, and from the definitions exposed by the official websites of the *Archivo General de la Nación*, the *Biblioteca Nacional* and the *Museo Nacional* of Colombia. Nineteen conceptual notions of descriptive representation of information were identified, in seventeen articles and selected documents, fourteen articles from Brazil and three documents from Colombia. Of these notions, five correspond to the concept of archival description, nine to descriptive cataloging, two to cataloging in Museology and three to descriptive representation according to Information Science. As a result, the processes of descriptive representation of information in Archivology, Librarianship and Museology were characterized; the selected conceptual notions were also identified and categorized and, finally, we present, by means of a comparative table, the similarities and differences evidenced between these areas and between countries. We conclude, therefore, that the similarities shown signify the meeting point for the integration and development of ways of information sharing between Archivology, Librarianship and Museology and between the countries of Brazil and Colombia. And, on the other hand, the differences support the specificities that each of these areas presents.

**Key words:** Representation of Information. Descriptive representation of Information. Archival description. Descriptive cataloging. Cataloging in Museology.

PÉREZ AMAYA, Maria Girleza. **La representación descriptiva en la Archivística, Bibliotecología y Museología**: estudio comparativo entre Brasil y Colombia. 2021. 185 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMEN

La representación de la información constituye uno de los principales procesos de la Organización y Representación de la Información, cuya finalidad es identificar, describir y permitir el acceso a la información contenida en los documentos de archivo, en los materiales bibliográficos y en los documentos de museo. De esta manera, el objetivo general de esta investigación es analizar las similitudes y diferencias en las nociones conceptuales de representación descriptiva de la información en la Archivística, la Bibliotecología y en la Museología, en Brasil y en Colombia. Adoptamos la pesquisa bibliográfica y el método comparativo, como métodos de investigación, y el análisis de contenido y el estudio comparativo, como técnicas de análisis de los datos, posibilitando la identificación, discusión, categorización y confrontación de las nociones conceptuales presentadas en los artículos científicos de las revistas con *Estrato Qualis Capes A1* en la área de evaluación Comunicación e Informação, no quadriênio 2016-2019 – *Transinformação; Informação & Sociedade: Estudos e Perspectivas em Ciência da Informação* – de Brasil, no período comprendido entre 2010 y 2019, e de las definiciones expuestas por los sitios *web* oficiales del Archivo General de la Nación, da Biblioteca Nacional e del Museo Nacional de Colombia. Fueron identificados diecinueve nociones conceptuales de representación descriptiva de la información, en diecisiete artículos y documentos seleccionados, catorce artículos en Brasil y tres documentos en Colombia. De estas nociones, cinco corresponden al concepto de descripción archivística, nueve a catalogación descriptiva, dos a catalogación en la Museología y tres a representación descriptiva según a Ciencia de la Información. Como resultados, fueron caracterizados los procesos de representación descriptiva de la información en la Archivística, en la Bibliotecología y en la Museología; también se identificaron y categorizaron las nociones conceptuales seleccionadas y, por último, presentamos, mediante un cuadro comparativo, las similitudes y diferencias evidenciadas entre estas áreas y entre los países. Concluimos, así, que las similitudes evidenciadas significan el punto de encuentro para la integración y el desarrollo de formas de compartir informaciones entre la Archivística, la Bibliotecología y la Museología y entre los países, Brasil y Colombia. Y, por su parte, las diferencias vienen a sustentar las particularidades que presenta cada una de estas áreas.

**Palabras claves:** Representación de la información. Representación descriptiva de la información. Descripción archivística. Catalogación descriptiva. Catalogación en la museología.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 –</b>	Elementos da representação.....	26
<b>Figura 2 –</b>	Objetivos dos guias.....	50
<b>Figura 3 –</b>	Descrição arquivística: Mapa conceitual.....	68
<b>Figura 4 –</b>	Exemplos das entidades do modelo FRBR.....	91
<b>Figura 5 –</b>	Relações primárias.....	93
<b>Figura 6 –</b>	Relações de “responsabilidade”.....	93
<b>Figura 7 –</b>	Relações de “assunto”.....	94
<b>Figura 8 –</b>	Catálogo descritiva: Mapa conceitual.....	100
<b>Figura 9 –</b>	Sistema de documentação museológica.....	103
<b>Figura 10 –</b>	Catálogo na Museologia: Mapa conceitual.....	121
<b>Figura 11 –</b>	Categorização dos resultados.....	147

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 –</b>	Conceito de informação segundo Buckland.....	29
<b>Quadro 2 –</b>	Relações entre o conceito de informação e outras terminologias	30
<b>Quadro 3 –</b>	Conceito de informação na Ciência da Informação, na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.....	35
<b>Quadro 4 –</b>	A representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.....	43
<b>Quadro 5 –</b>	Tipos de guias segundo Cruz Mundet.....	51
<b>Quadro 6 –</b>	Elementos descritivos das normas internacionais de descrição arquivística.....	61
<b>Quadro 7 –</b>	Áreas da NOBRADE.....	69
<b>Quadro 8 –</b>	Características da catalogação.....	74
<b>Quadro 9 –</b>	Primeiros códigos de catalogação.....	75
<b>Quadro 10 –</b>	Estrutura da AACR2, revisão 2002.....	82
<b>Quadro 11 –</b>	Alcance e evolução dos ISBDs.....	85
<b>Quadro 12 –</b>	Elementos básicos do formato MARC 21.....	97
<b>Quadro 13 –</b>	Elementos do Dublin Core.....	98
<b>Quadro 14 –</b>	Política do processo de catalogação.....	110
<b>Quadro 15 –</b>	Estrutura de modelo da ficha de catalogação.....	112
<b>Quadro 16 –</b>	Grupos de informação e categorias de informação das Diretrizes do CIDOC – ICOM.....	116
<b>Quadro 17 –</b>	Resultados do <i>corpus</i> bibliográfico 2.....	128
<b>Quadro 18 –</b>	Objetivos e atividades.....	132
<b>Quadro 19 –</b>	Confrontação dos resultados.....	149
<b>Quadro 20 –</b>	Quadro comparativo Brasil – Colômbia.....	158

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i>
AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules - 2nd. Edition</i>
AFRICOM	<i>United States Africa Command</i>
ALA	<i>American Libraries Association</i>
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAA	Código Anglo-Americano de Catalogação
CI	Ciência da Informação
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CIDOC	Comitê Internacional de Documentação
CIDOC CRM	<i>The CIDOC Conceptual Reference Model</i>
DC	<i>Dublin Core</i>
DOI	<i>Digital Object Identifier</i>
EUA	Estados Unidos da América
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISAAR CPF	<i>International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families</i>
ISAD (G)	<i>General International Standard Archival Description</i>
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
ISBD A	<i>International Standard Bibliographic Description for Antiquarian</i>
ISBD CF	<i>International Standard Bibliographic Description for Computer Files</i>
ISBD CM	<i>International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials</i>

ISBD CR	<i>International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources</i>
ISBD ER	<i>International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources</i>
ISBD G	<i>General International Standard Bibliographic Description</i>
ISBD M	<i>International Bibliographic Description for Monographic Publications</i>
ISBD NBM	<i>International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials</i>
ISBD PM	<i>International Standard Bibliographic Description for Printed Music</i>
ISBD S	<i>International Standard Bibliographic Description for Serials</i>
ISDF	<i>International Standard for Describing Functions</i>
ISDIAH	<i>International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings</i>
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
JSC	<i>Joint Steering Committee</i>
LC	<i>Library of Congress</i>
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
MARC	<i>Machine-Readable Cataloging</i>
MDA	Associação de Documentação para Museus
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OCLC	<i>Online Computer Library Center</i>
OPAC	<i>Online Public Access Catalog</i>
PIC	Princípios Internacionais de Catalogação
RDA	<i>Canadian Rules for Archival Description</i>
RI	Representação da Informação
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
SCIELO	<i>The Scientific Electronic Library Online</i>
SPECTRUM	<i>Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums</i>
TDI	Tratamento Descritivo da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
1.1	PROBLEMA .....	20
1.2	JUSTIFICATIVA.....	21
1.3	OBJETIVOS .....	22
1.3.1	Objetivo Geral.....	23
1.3.2	Objetivos Específicos .....	23
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	23
<b>2</b>	<b>REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO</b> .....	<b>25</b>
2.1	CONCEITOS DE REPRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO .....	25
2.2	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....	36
2.2.1	Representação Descritiva da Informação.....	41
<b>3</b>	<b>A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA ARQUIVOLOGIA</b> .....	<b>45</b>
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA .....	45
3.2	INSTRUMENTOS DE PESQUISA: PRODUTOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA .....	48
3.2.1	Guia.....	49
3.2.2	Inventário.....	51
3.2.3	Catálogo .....	52
3.3	NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA .....	54
3.3.1	Norma ISAD (G) .....	55
3.3.2	Norma ISAAR (CPF).....	56
3.3.3	Norma ISDF.....	57
3.3.4	Norma ISDIAH.....	58
3.3.5	Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE .....	64
3.4	A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO .....	65
<b>4</b>	<b>A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA BIBLIOTECONOMIA</b> .....	<b>69</b>
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA.....	70
4.2	PRIMEIROS CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO .....	75
4.3	NORMALIZAÇÃO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO DESCRITIVA.....	79
4.3.1	Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2.....	80

4.3.2	ISBD.....	83
4.3.3	Modelo FRBR.....	90
4.4	A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO .....	95
<b>5</b>	<b>A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA MUSEOLOGIA .....</b>	<b>101</b>
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS.....	102
5.2	CATALOGAÇÃO NA MUSEOLOGIA .....	109
5.3	DIRETRIZES INTERNACIONAIS DE INFORMAÇÃO SOBRE OBJETOS DE MUSEUS.....	114
5.4	A CATALOGAÇÃO NA MUSEOLOGIA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO .....	119
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>122</b>
6.1	NATUREZA E TIPOLOGIA DA PESQUISA .....	123
6.2	ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	124
6.3	MÉTODOS DE PESQUISA .....	124
6.4	CORPUS DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE COLETA DE DADOS ....	125
6.5	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	129
<b>7</b>	<b>RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÕES .....</b>	<b>133</b>
7.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	133
7.2	NOÇÕES CONCEITUAIS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO.....	135
7.2.1	Periódicos da Ciência da Informação do Brasil.....	135
7.2.2	<i>Sites</i> oficiais do <i>Archivo General de la Nación</i> , da <i>Biblioteca Nacional</i> e do <i>Museo Nacional</i> da Colômbia.....	144
7.3	CATEGORIZAÇÃO DOS RESULTADOS .....	147
7.4	QUADRO COMPARATIVO BRASIL - COLÔMBIA.....	158
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>180</b>
	<b>APÊNDICE A – Referências dos Artigos do Periódico Transinformação.....</b>	<b>181</b>
	<b>APÊNDICE B – Referências dos Artigos do Periódico Informação &amp; Sociedade: Estudos.....</b>	<b>182</b>

<b>APÊNDICE C</b> – Referências dos Artigos do Periódico Perspectivas em Ciência da Informação.....	185
<b>APÊNDICE D</b> – Referências dos documentos selecionados dos sites oficiais do Archivo General de la Nación, da Biblioteca Nacional e do Museo Nacional da Colômbia .....	189

## 1. INTRODUÇÃO

---

A representação da informação constitui um dos principais processos da Organização e Representação da Informação, procurando identificar e possibilitar o acesso às informações contidas nos documentos arquivísticos, nos materiais bibliográficos e nos documentos de museu. Centrando-se principalmente no estudo e desenvolvimento de uma linguagem ou sistema em específico para representar os diferentes recursos informacionais, com o objetivo de garantir a recuperação dos documentos e o acesso e uso da informação por parte dos usuários (ARAÚJO, 2009).

É evidente que o caráter social que abrange arquivos, bibliotecas e museus pressupõe o estudo e execução de suas funções em virtude dos usuários e suas necessidades de informação, definindo, assim, a relevância da representação descritiva da informação, em que a realização de pesquisas, encontros, eventos, entre outros, sobre esta temática configuram as bases para sua composição, construção e constante atualização conforme os avanços sociais, acadêmicos, tecnológicos e científicos.

A partir disso, a presente pesquisa procura analisar as semelhanças e diferenças nas noções conceituais de representação descritiva da informação nas áreas da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia no Brasil e na Colômbia, mediante uma revisão de literatura, uma análise de conteúdo e um estudo comparativo, que visam a um melhor entendimento das afinidades entre as áreas e entre os países, em relação à representação descritiva, assim como formas de compartilhar informações entre elas.

Com base nisso, abordamos inicialmente a representação da informação segundo a Ciência da Informação, elencando os conceitos de representação e informação. A Ciência da Informação estabelece-se como a área do conhecimento que estuda a informação e suas diferentes particularidades, assim como cada um dos processos e subáreas que interagem com a informação. Considera-se, dessa maneira, que a Ciência da Informação engloba três áreas: a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Em seguida, contextualizamos a representação descritiva em cada área, na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, mediante a revisão e releitura dos fundamentos e literatura própria do tema, estabelecendo perspectivas que configuram seu aprofundamento teórico-prático. A partir da literatura, apresentamos a síntese de cada tópico mediante mapas conceituais, utilizando o programa *CmapTools* versão 6.04, desenvolvido no Instituto para a Cognição Humana e Mecânica (*Institute for Human and Machine Cognition - IHMC*).

Os mapas conceituais foram desenvolvidos por Joseph D. Novak, no ano de 1972, como parte de sua pesquisa na Universidade de Cornell, em Nova York, a qual tinha como enfoque a maneira como as crianças compreendiam a ciência, tendo como finalidade a criação de uma ferramenta que permitisse representar o conhecimento dessas crianças, a fim de criar os mapas conceituais. (RODRIGUES; CERVANTES, 2014). Segundo Novak e Cañas, os mapas conceituais “são ferramentas gráficas para a organização e representação do conhecimento” (2010, p. 10), ou seja, trata-se de uma ferramenta que permite visualizar e compreender graficamente a relação entre os diferentes conteúdos.

Uma vez identificada a representação descritiva da informação em cada área, expomos por último os resultados obtidos na análise e estudo comparativo propostos. Assim, evidencia-se a interação clara e existente entre as três áreas em relação ao processo de representação descritiva. Desse modo, a pesquisa fundamenta e corrobora aqueles estudos voltados ao desenvolvimento de métodos e ferramentas centradas na integração dos processos destas áreas, sendo este o momento em que a Ciência da Informação cumpre sua função de abranger a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, pois é aquela que tem permitido estes encontros.

Nessa perspectiva, apresentamos, a seguir, o problema de pesquisa; a motivação de seu desenvolvimento, abarcando justificativas sociais, acadêmicas e pessoais; os objetivos, um objetivo geral e quatro objetivos específicos, os quais guiaram a pesquisa e permitiram dar resposta a nosso problema de investigação; e também a estrutura que compõe esta dissertação de mestrado.

## 1.1. PROBLEMA

A evolução e desenvolvimento da ciência se dá a partir das pesquisas, discussões, conferências, eventos científicos, além de outros espaços que possibilitam o diálogo entre os pesquisadores, permitindo a revisão e elaboração de regras, princípios, normas, processos, acordos e outras produções, que não só orientam a realização das atividades, mas, também, levam à sua padronização, uniformidade e à consolidação de seus fundamentos teórico-práticos. Os resultados, teorias e informes que resultam destes encontros e trabalhos, são agrupados em textos e artigos científicos submetidos e publicados nas diferentes revistas e canais de comunicação, os quais procuram comunicar estes debates, avaliações, ideias, revisões e indagações sobre os diversos temas de estudo. Significando a integração, divulgação e disponibilização dos resultados das pesquisas, com a finalidade de promover o progresso da ciência e os novos conhecimentos.

A partir destes desenvolvimentos e avanços científicos, experimentados a cada dia nas diferentes áreas do conhecimento e em cada um de seus processos – ressaltados especificamente nesta pesquisa, por meio da Organização e Representação da Informação, a qual faz parte da Ciência da Informação e integra as distintas formas de informação que se apresentam nos arquivos, bibliotecas e museus –, é possível visualizar de maneira geral as correlações e as particularidades próprias de cada uma das áreas.

Com base nessa premissa, e considerando que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia realizam o processo de representação descritiva da informação, cada uma a seu modo, é possível perceber características, semelhanças ou diferenças nos conceitos descritos por pesquisadores da área? Essa questão se desdobra para as características de cada área enunciada; para as perspectivas das publicações no Brasil e para as definições elencadas pelos *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia.

## 1.2. JUSTIFICATIVA

A realização desta pesquisa envolve motivações e justificativas que englobam o âmbito acadêmico, social e pessoal. A partir do âmbito acadêmico, buscamos fomentar e aportar no desenvolvimento teórico e científico da representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, mediante a apresentação da análise, a comparação e a interpretação dos resultados obtidos, uma vez que a releitura contribui no estabelecimento de novas perspectivas e conhecimentos. Além de ser uma pesquisa que agrupa uma mesma temática de três áreas diferentes, possibilitando ter uma visão em conjunto que permite estudar as características, similitudes e/ou diferenças entre cada uma delas.

Esta pesquisa é apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina e se encontra vinculada à Linha de Pesquisa 1 - “Organização e Representação da Informação e do Conhecimento”, contribuindo assim ao estudo da representação da informação, visando sua recuperação, com a finalidade de possibilitar e garantir o acesso à informação dos diferentes usuários.

O interesse de destacar e brindar visibilidade aos periódicos científicos da Ciência da Informação do Brasil é outra justificativa, visto que as revistas científicas “objetivam divulgar a pesquisa para a comunidade, de forma que permita que outros possam utilizá-la e avaliá-la sob outras visões” (BROFMAN, 2012, p. 419), possibilitando ampliar os conhecimentos e a fundamentação teórica a partir de artigos originais de alto nível, qualidade e competitividade (BROFMAN, 2012). Sendo, também, uma das principais fontes científicas de consulta e recuperação de informação.

Outra justificativa é ressaltar as definições que apresentam o *Archivo General de la Nación*, a *Biblioteca Nacional* e o *Museo Nacional* da Colômbia em relação à representação descritiva da informação, pois são as organizações nacionais encarregadas de reger e orientar os arquivos, bibliotecas e museus naquele país, significando, assim, a base principal para sua fundamentação e desenvolvimento.

No âmbito social, a principal motivação que abrange a execução desta pesquisa é o acesso à informação, dado que a representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia possibilitam e

auxiliam no acesso por parte dos diferentes usuários, garantindo o direito individual e coletivo como determinado pela Constituição Federal do Brasil de 1988 no título II, art. 5, par. XIV - “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988, *online*) - e pela Constituição Política da Colômbia de 1991 no título II, capítulo I, art. 20 - “Se garantiza a toda persona la libertad de expresar y difundir su pensamiento y opiniones, la de informar y recibir información veraz e imparcial, y la de fundar medios masivos de comunicación” (COLÔMBIA, 1991, *online*). Constituindo-se, assim, de interesse e relevância social.

A motivação pessoal para a realização desta pesquisa abarca, além de cada uma das justificativas já apresentadas, a formação como Tecnóloga em Arquivologia e Arquivista profissional na “*Escuela Interamericana de Bibliotecología*” da *Universidad de Antioquia, Medellín* – Colômbia, e o Mestrado em andamento em Ciência da Informação na Universidade Estadual de Londrina, Brasil, por meio do qual aprofundei meu interesse pela temática da Organização e Representação da Informação. Soma-se a isso, a vivência já experimentada na atenção aos usuários, com a função de suprir as necessidades de informação e a recuperação dos documentos requeridos pelos usuários internos e externos da instituição, geralmente solicitados mediante o título do documento e/ou autor, demonstrando, assim, a importância da representação descritiva da informação para a recuperação e acesso à informação.

Dessa maneira, cada uma das justificativas e motivações aqui elencadas configuram o interesse, a relevância e a contribuição relacionados ao desenvolvimento desta pesquisa.

### 1.3. OBJETIVOS

Para o desenvolvimento do problema desta pesquisa, foram propostos um objetivo geral, que representa a ideia e a finalidade central deste trabalho, e cinco objetivos específicos, os quais determinam cada um dos processos e atividades realizadas para o cumprimento do objetivo geral. Tais objetivos são:

### 1.3.1. Objetivo Geral

- Analisar as semelhanças e diferenças nas noções conceituais de representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil e na Colômbia.

### 1.3.2. Objetivos Específicos

- Caracterizar, a partir de revisão de literatura, as concepções de representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.
- Identificar, no Brasil e na Colômbia, os aspectos elencados quanto ao conceito de representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.
- Categorizar os resultados encontrados sobre o conceito de representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.
- Apresentar um quadro comparativo a partir das semelhanças e diferenças identificadas em cada área e em cada país.

## 1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está estruturada em oito tópicos. Neste tópico, que corresponde ao primeiro, apresentamos a introdução, o problema da pesquisa e justificamos a importância e o impacto acadêmico e social de sua realização, igualmente são definidos os objetivos que norteiam a pesquisa e detalhamos a estrutura da dissertação.

No segundo tópico, buscamos identificar a representação da informação. Desse modo, a primeira seção do tópico abarca os conceitos de representação e informação; na segunda seção, expomos a representação da informação de acordo com a Ciência da Informação e finalizamos com foco na representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.

No tópico número três, abordamos a representação descritiva na Arquivologia, começamos com sua contextualização e seguimos com os instrumentos de pesquisa (o guia, o inventário e o catálogo); as normas internacionais e nacionais de descrição arquivística (ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF, ISDIAH e a NOBRADE), destacamos o impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação na descrição arquivística, e, para finalizar, sintetizamos o tópico por meio de um mapa conceitual.

O quarto tópico se centra na representação descritiva na Biblioteconomia, sua contextualização, os primeiros códigos de catalogação, a normalização internacional, o Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2, a ISBD, o modelo FRBR e o impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação na catalogação descritiva, e finalizamos resumindo o tópico mediante um mapa conceitual.

Apresentamos, no quinto tópico, a representação descritiva na Museologia, a contextualização da documentação em museus, a ficha catalográfica e os catálogos de museus, as Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, ressaltando os elementos de descrição. Expomos, também, o comportamento da catalogação a partir das Tecnologias da Informação e da Comunicação, finalizando com um mapa conceitual que resume o tópico.

No seguinte tópico, o número seis, detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados para o cumprimento do objetivo geral. Assim, a metodologia está composta por: Natureza e tipologia da pesquisa, abordagem do problema, métodos de pesquisa, *corpus* da pesquisa bibliográfica e a técnica de análise dos dados.

No tópico sétimo, são analisados e apresentados os resultados desta pesquisa, mediante a análise e interpretação dos dados.

E, por último, no tópico oito, ressaltamos as considerações finais, seguidas pelas referências utilizadas nesta pesquisa e os apêndices.

## 2. REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

---

Este tópico centra-se no estudo da representação da informação. Apresentamos inicialmente os conceitos de representação e informação, citando as diferentes perspectivas, definições e abordagens teóricas, e, em seguida, identificamos a representação da informação segundo a Ciência da Informação, ressaltando seu contexto, características, funções e objetivos. Finalizamos o tópico abordando especificamente a representação descritiva da informação, constatando que a descrição arquivística, a catalogação descritiva e a catalogação na Museologia são os processos encarregados de representar descritivamente a informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.

### 2.1. CONCEITOS DE REPRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Etimologicamente a palavra representação provém do latim “*representare*” que significa “ação e efeito de representar”. Para Makowiecky, nas ciências humanas, representar é “fazer presente ou apresentar de novo” (2003, p. 3). Na filosofia, geralmente representação é trazer algo de outro jeito. E, finalmente, na Ciência da Informação (CI), “representar é o ato de utilizar elementos simbólicos – palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros – para substituir um objeto, uma ideia ou um fato” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 22), ou seja, representação é rerepresentar algo de outra maneira. Assim, na Ciência da Informação, as palavras-chave, atributos, resumo, os processos de descrição e catalogação, entre outros, permitem representar os documentos, seu conteúdo, seu contexto, sua procedência, suas funções e suas características.

Segundo Alvarenga (2003), representar significa colocar “algo em lugar de”, geralmente a representação está diretamente ligada com a substituição de algo por outra coisa, mas é evidente que na realização deste processo se cria uma relação entre o que se representa e a representação, não é um mero ato de substituição, é uma ação de rerepresentação.

Na ação de representar se encontra imerso um processo de redução, de resumo, de determinar atributos, que buscam ressaltar o que é

essencial na coisa representada, sendo evidente a relação com os distintos processos que compõem a organização e representação da informação na Ciência da Informação, na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, especificamente, onde geralmente se busca representar a informação arquivística, os livros, os materiais bibliográficos, os objetos de museus, entre outros, para garantir a recuperação, consulta e acesso da informação por parte dos diferentes usuários.

A Figura 1 ilustra o processo de representação, ressaltando os elementos que o compõem, apresentado como uma engrenagem, pois é evidente a importância e necessidade de cada um destes elementos para que o processo de representação seja devidamente realizado.

**Figura 1 – Elementos da representação**



**Fonte:** elaborado pela própria autora (2021).

O primeiro elemento do processo de representação é um objeto, uma realidade, uma ideia ou um fato, o qual se encontra imerso no mundo próprio de um sujeito, sendo este o segundo elemento. Uma vez que o sujeito tenha em consideração o primeiro elemento, continua com a realização do processo de representação, ou seja, existe uma relação diretamente ligada com o elemento a ser representado, o sujeito e a representação final, esta última apresentada por meio de um símbolo, imagem, palavra, atributo, resumo, descritor, entre outros.

Em relação ao conceito de informação, a palavra informação é derivada do verbo latim “*informatio*” ou “*informare*” que significa dar forma ou ação de informar. Desde um sentido filosófico, a informação “prende-se numa primeira fase ao idealismo - matéria criada e ativada pelo pensamento, e numa outra, ao materialismo, em que o sujeito e o objeto do pensamento se unem na prática social, resolvendo-se a contradição entre a realidade e a ideia através do ato” (CUNHA, 1985, p. 47). Permitindo-nos, assim, compreender que, em um primeiro caso, a informação era algo intangível, criado a partir do pensamento, logo, a informação passa a ser um objeto, uma coisa, algo tangível, o que pode significar que os pensamentos passaram a ser representados e apresentados em diversos formatos ou suportes, como em madeira, pedra, papel, entre outros.

A informação, então, é parte fundamental das diferentes áreas e de nossas atividades diárias como pessoas em sociedade - usada em nossa linguagem e nossa comunicação -, portanto, o conceito de informação tem diversos significados, cada um deles inserido em uma teoria ou área em específico. Segundo Capurro e Hjørland (2007, p. 148), o conceito de informação “ganhou relevância a partir do final da Segunda Guerra Mundial com a disseminação global do uso das redes de computadores. O nascimento da Ciência da Informação (CI) em meados dos anos cinquenta, testemunha este fato”.

Podemos dizer que a informação se configura como o objeto de estudo da Ciência da Informação, área que vem investigando a consolidação de um significado para este conceito – informação -, mas, de acordo com Rendón Rojas (2012, p. 8), “a existência de diferentes pontos de vista do objeto de estudo da Ciência da Informação é o resultado de uma estruturação de uma mesma realidade, mas com diferente marco interpretativo”. Isto ocorre devido à diversidade de enfoques, ressaltando, aliás, que a Ciência da Informação foi estruturada e desenvolve-se em um ambiente transdisciplinar, configurando-se a partir de diferentes teorias que apresentam diferentes concepções do que é informação.

No ano de 1949, é publicada a Teoria Matemática da Informação de Shannon e Weaver, também chamada de Teoria Matemática da Comunicação. É a primeira teoria a enunciar o conceito científico da informação. Os autores expõem que a comunicação envolve três problemas, apresentados em uma lógica linear: o primeiro problema trata-se dos problemas técnicos, como pode ser transportada fisicamente a informação, sendo um processo mecânico; o segundo problema

engloba a atribuição de significado, ou seja, os problemas semânticos, sendo necessário um processo mental; e o terceiro problema é o pragmático, relacionado à eficácia na emissão e recepção da informação. A partir desta teoria, a Ciência da Informação se desenvolve desde um paradigma tecnicista, pois a Teoria Matemática da Informação permitiu, entre outras coisas, medir a transmissão da informação, identificar a quantidade de informação e determinar o desempenho do canal de transmissão.

A Teoria Matemática da Informação é uma teoria fundamentada na física, e a informação é definida como uma coisa que pode ser transportada e que requer um emissor, um codificador, uma mensagem, um canal, um decodificador e um receptor. A partir desta consideração sobre o que é informação, os autores Smit e Barreto expõem que a Ciência da Informação é o “campo que se ocupa e se preocupa com os princípios e as práticas da criação, da organização e da distribuição da informação desde sua criação até sua utilização, e sua transferência ao receptor” (2002, p. 17-18), ficando evidente a fundamentação na Teoria Matemática da Informação para estabelecer o que é a CI.

Outra teoria da Ciência da Informação é a Teoria da Biologia, ou também conhecida como a Teoria Sistêmica, originada por Bertalanffy, na década de 1930. O autor tem uma concepção sistematizada e totalizadora da biologia, denominada como organicista, a qual se desenvolve sobre a ideia de algo cíclico.

O modelo organísmico da teoria sistêmica articula uma série de conceitos particulares, tais como a ideia de totalidade (o conjunto, como por exemplo uma cidade, uma empresa, uma equipe), os objetos que compõem a totalidade (os membros tomados isoladamente – as pessoas, os grupos, os departamentos), os atributos destes objetos (características específicas que cada objeto tem para o desempenho adequado da sua função), os processos (a “importação” ou entrada de algo, a “exportação” ou saída, e o processamento desse algo, entendido como as tarefas necessárias para a sobrevivência do sistema) e o ambiente (aquilo que é externo à totalidade, de onde ela retira os elementos de entrada e para onde dirige os elementos de saída). (ARAÚJO, 2009, p. 195).

Esta teoria fundamentada na biologia expõe que os seres vivos são seres informacionais, ou seja, a informação está dentro dos seres vivos, por exemplo, podemos encontrar informação cerebral e informação do DNA. Com base no exposto por Araújo (2009), o corpo do ser vivo faz referência à ideia de totalidade, os órgãos correspondem aos objetos dessa totalidade, os quais têm atributos em específico, ou seja, têm características próprias que permitem o

processamento das funções, como, por exemplo, caminhar ou pensar, desenvolvidas em um ambiente.

Encontramos também as Teorias da Representação e Classificação da Informação (RANGANATHAN, 1957), as quais realizaram diversos estudos voltados a estruturar o melhor processo ou sistema de representação, classificação e descrição da informação. Estas teorias entendem a informação como “coisa”, procuram a criação de uma linguagem, mediante a organização de conceitos e a estruturação de relações.

As teorias expostas anteriormente definem a informação geralmente como uma “coisa”, cada uma fundamentada numa área em específico e motivadas por estudos e pesquisas teóricas, científicas e acadêmicas que buscam principalmente estabelecer um conceito de informação. Entretanto, fica evidente que, a partir de cada uma destas teorias, foram estruturando-se outras novas teorias, refutando ou complementando os resultados obtidos. O conceito de informação é entendido socialmente com base no contexto, na área ou no enfoque abordado, sendo então visto como um conceito volúvel (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2010).

Tendo em conta que as principais teorias da Ciência da Informação entendem a informação como “coisa”, ressaltamos no Quadro 1, que segue, o conceito de informação proposto por Buckland (1991), o qual define igualmente a informação como uma coisa, além de defini-la como um processo e como um conhecimento comunicado.

#### **Quadro 1 – Conceito de informação segundo Buckland**

---

**1. INFORMAÇÃO COMO PROCESSO:** Quando alguém é informado, o que ele sabe é alterado. Nesse sentido, “informação” é “o ato de informar...; comunicação de conhecimento ou ‘notícia’ de algum fato ou ocorrência; a ação de contar ou fato de ser informado de algo.” (Oxford English Dictionary, 1989, vol. 7, p. 944).

---

**2. INFORMAÇÃO COMO CONHECIMENTO:** “Informação” também é utilizada para denotar aquilo que é percebido em “informação como processo”: o “conhecimento comunicado sobre algum fato particular, assunto ou evento; aquele do qual um é informado ou contado; inteligência, notícias.” (Oxford English Dictionary, 1989, vol. 7, p. 944). A noção de informação como aquilo que reduz incerteza pode ser vista como um caso especial da “informação como conhecimento”. Às vezes, a informação aumenta a incerteza.

---

**3. INFORMAÇÃO COMO COISA:** O termo “informação” também é atribuído para objetos, tais como dados ou documentos, referidos por “informação”, pois são considerados informativo, como “tendo a qualidade de transmitir conhecimento ou comunicar informação; instrutivo.” (Oxford English Dictionary, 1989, vol. 7, p. 946).

**Fonte:** adaptado de Buckland (1991, p. 351-352, tradução nossa).

O autor, a partir destas definições, busca expor os diferentes tipos de informação existentes, ou seja, a informação tangível, como os documentos e os dados, e a informação intangível, em que podemos encontrar o conhecimento, o ato de informar, entre outros, permitindo-nos identificar que a informação se apresenta originando-se de uma associação em específico, seja pessoal, conceitual ou por um processo. Igualmente faz a distinção entre informação e conhecimento, ficando evidente que ambos conceitos não representam uma mesma definição, abrindo espaço para a discussão sobre os tipos de relações entre o conceito de informação e outras terminologias como dado, documento, mensagem, comunicação e conhecimento, cuja relação se apresenta no seguinte Quadro 2.

**Quadro 2 – Relações entre o conceito de informação e outras terminologias**

<b>INFORMAÇÃO</b>	
<b>Relação Micro Ontológico</b>	<b>Relação Macro Lógico e Epistemológico</b>
<b>Documento</b> Contextualização física	<b>Comunicação</b> Caráter humano
<b>Dado</b> Histórico-cognitiva	
<b>Mensagem</b> Interacionista	
	<b>Conhecimento</b> Sociocognitivo

**Fonte:** elaborado pela própria autora com base em Silva e Gomes (2015, p. 149).

Segundo Silva e Gomes (2015, p. 149), a relação existente entre informação e as demais terminologias se baseia principalmente em dois tipos: uma micro, enfocada no ontológico, em que documento, dado e mensagem representam uma contextualização física, sendo uma relação histórico-cognitiva e interacionista; e uma macro, enfocada no lógico e epistemológico, na qual o caráter humano e sociocognitivo representam a comunicação e o conhecimento.

Os dados sempre estiveram presentes na sociedade, por isso, representam uma relação histórica com a informação. Nós, como seres informacionais, mediante nosso processo cognitivo começamos a utilizar estes dados para representar os diferentes acontecimentos, coisas e demais fatos que faziam parte de nossa realidade social, desde o início da humanidade, possibilitando a criação de mensagens que garantiram a interação social com os demais seres informacionais. Assim, uma vez que essas mensagens obtiveram um significado, permitiram nossa comunicação com as outras pessoas e se deu lugar à informação, dados com significado. Com a evolução e o desenvolvimento da sociedade, surgiram as primeiras formas de escrita e a aparição dos primeiros documentos, os quais contêm diversas informações e são representados por meio de distintos suportes, como papel, madeira, pedras, entre outros, e no compartilhamento destes documentos e com base nos processos cognitivos dos seres informacionais, baseados na análise e interpretação, surgem então novos conhecimentos.

Uma vez identificadas as diferentes relações entre informação e cada uma destas terminologias, apresentamos, de maneira geral, o significado de dado, documento, informação, conhecimento, mensagem e comunicação.

Fernandez Molina (1994, p. 328) descreve que “os dados são informação potencial, que somente são percebidos por um receptor se forem convertidos em informação e esta passa a converter-se em conhecimento no momento em que produz uma modificação na estrutura do conhecimento do receptor”. Ou seja, tal como exposto no começo, os dados individualmente são isso, só dados, e uma vez que contam com um propósito ou um objetivo, tornam-se informação, o receptor então os percebe e a partir da análise e reflexão desta informação se dá um conhecimento.

Os dados são entendidos como elementos da informação, cada um representa algo em específico, são um fragmento individual da realidade, e uma vez que estes são organizados, constituem a informação. Os autores Barité *et al.* (2005) apresentam, no *Diccionario de Organización del Conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología*, a seguinte definição para dado:

Unidade mínima de informação que contém em si um valor, o qual somente se torna útil e expressivo na medida em que se associa com outros dados para uma determinada finalidade. Desse modo, “1945” é um número que pode revelar uma aplicação na medida em que o associamos com outros números (por exemplo, todos os números divisíveis por 5), ou com outros dados (por exemplo, fim da Segunda

Guerra Mundial). Qualquer conjunto de dados organizados se transforma em informação. (2005, p. 57, tradução nossa).

Em relação ao termo documento, este é globalizado e se encontra constituído pelo material, neste caso, pelo suporte. Do ponto de vista do conteúdo, compreendemos que o documento é elaborado por um sujeito em seu processo intelectual e que pode ser considerado como informação registrada e pelo meio, ou seja, a linguagem. Podemos afirmar, então, que a informação é materializada nos documentos.

Segundo Barité *et al.* (2015), documento é:

Suporte de qualquer tipo que contenha ou registre informações valiosas para alguém, e pode ser visto como uma unidade para os efeitos de seu processo técnico. A noção de documento varia em seu escopo de acordo com as disciplinas (arquivologia, antropologia, biblioteconomia, ciência da informação, museologia, etc.), mas em todos os casos é reconhecida a possibilidade de usá-lo como evidência, argumento, garantia, antecedente ou endosso, para desenvolvimentos ou avanços do pensamento ou do conhecimento em geral. (2015, p. 64, tradução nossa).

A partir da linguagem, se criam sistemas de comunicação compostos por mensagens. As mensagens são pensamentos ou ideias expressados por meio da linguagem, os quais são enviados de um emissor a um receptor, ou seja, as mensagens são o objeto da comunicação. Com base no autor Le Codic (2004, p. 11), a comunicação é o processo de troca de informações entre o(s) emissor(es) e o(s) receptor(es). Barreto (2005) vai além afirmando que o processo de comunicação “transfere mensagens”.

Uma vez especificadas estas relações, citamos, a seguir, as definições do conceito de informação que autores da CI apresentam. Capurro (2003) identifica três grandes formas de se compreender a informação na CI: Informação no paradigma físico, informação no paradigma cognitivo e informação no paradigma social. A informação física faz relação ao caráter material da informação, ou seja, esta se encontra inscrita em algum tipo de suporte, o autor fundamenta a construção deste conceito na Teoria Matemática da Comunicação. A informação cognitiva se fundamenta na visão cognitiva proposta por Brookes e desenvolvida por Belkin e a informação social baseia-se na análise de domínio e nas comunidades discursivas.

Informação não é algo que comunicam duas cápsulas cognitivas com base em um sistema tecnológico, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos e deveria ser

concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas. Só tem sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo. (CAPURRO, 2003, n.p.).

Para González de Gómez (2000), o termo informação é “flutuante”, ele pode ter diversas conotações dependendo do contexto no qual é abordado, a “informação designa um fenômeno, processo ou construção vinculado a diversas “camadas” ou “estratos” de realização” (2000, p. 4). De acordo com a autora, estas “camadas” ou “estratos” se encontram compostos por: “linguagem”, “sistemas sociais de inscrição de significados” e “sujeitos e organizações que geram e usam informações em suas práticas e interações comunicativas.”. E complementa que:

[...] a informação, como objeto cultural, se constitui na articulação desses vários estratos, em contextos concretos de ação, e chamaremos ao fatum dessa constituição de um valor ou evidencia de informação, **uma ação de informação**. Pode-se assim dizer que uma ação de informação antecipa e condiciona a concepção ou aceitação de algo como informação –tal como a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como **documento**. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2010, p. 4, grifo da autora).

Segundo a autora, a informação é constituída a partir do entrelaçamento em diversos contextos: da linguagem; dos sistemas sociais, como o papel, a imprensa e as diversas tecnologias; e os sujeitos e instituições, as quais produzem e usam a informação, sendo esta articulação uma ação de informação, a qual determina algo como informação.

Birger Hjørland (2002) entende o conceito de informação a partir do paradigma social, pelo qual propôs a análise de domínio e as comunidades discursivas, abordando as dimensões social e cultural da informação. O paradigma analítico de domínio, de acordo com Hjørland e Albrechtsen (1995), é “[...] uma abordagem funcionalista, tentando entender as funções implícitas e explícitas da informação e da comunicação e rastrear os mecanismos subjacentes ao comportamento informacional a partir dessa percepção” (p. 400, tradução nossa). Os autores ressaltam que para o desenvolvimento da análise de domínio é importante as comunidades discursivas, afirmando que as pessoas pensam e organizam o conhecimento. Os diferentes aspectos destas comunidades, como comunicação, a linguagem, sua estrutura, as necessidades de informação, os sistemas de informação, entre outros, definem as atividades próprias e o papel das comunidades na sociedade.

Barreto (2002) entende a informação como “estruturas significantes” e a considera como um “instrumento modificador da consciência do homem”, visto que quando a informação é apropriada pelo indivíduo se produz novo conhecimento e se modifica seu saber individual trazendo “benefícios para seu desenvolvimento e para o bem-estar da sociedade em que ele vive”. (BARRETO, 2002, p. 70).

Apresentamos só algumas das distintas manifestações sobre o conceito de informação na CI, ficando evidente a diversidade de noções e percepções.

Nesta pesquisa, entendemos que uma área do conhecimento é um “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas” (CAPES, 2020, online), significando, assim, que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia fazem parte da Ciência da Informação, a qual é identificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como uma área do conhecimento.

Com base no parágrafo anterior, faz-se necessário abordar, a seguir, o que é informação no contexto da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia.

Na Arquivologia, Tognoli (2010, 2012) expõe que esta conta com três abordagens: a Arquivística Integrada de Couture, Ducharme e Rousseau; a Arquivística Pós-Moderna ou Funcional, cunhada por Terry Cook; e a Diplomática Arquivística, proposta por Luciana Duranti. Segundo a autora, a relação da arquivística com a informação se fortalece a partir da Arquivística Integrada, pois se define o “conjunto de informações orgânicas” como objeto de estudo da Arquivística, dando origem aos termos informação orgânica e informação não orgânica.

[...] a informação orgânica é definida como aquela que é produzida e/ou recebida no âmbito de uma atividade, e a produção de uma ou mais informações orgânicas darão origem aos arquivos da instituição. Já as informações não orgânicas são aquelas contidas em documentos bibliográficos, como as publicações e os materiais de referências, por exemplo. (TOGNOLI, 2012, p. 119).

Cruz Mundet (2008) afirma que a informação arquivística nasce a partir de uma produção interna, ou seja, a partir dos processos missionais e institucionais de uma organização ou instituição, dando lugar à elaboração de diferentes documentos que transcorrem um devido processo até cumprir seu ciclo documental e igualmente contam com distintos princípios que envolvem sua criação,

descrição, custódia, uso, conservação, entre outros.

Para os arquivistas canadenses Rosseau & Couture (1998, p. 63-64), a informação orgânica é aquela elaborada, expedida ou recebida no âmbito da missão de um organismo [...] pode ser verbal ou registrada num suporte como o papel, a fita magnética, o vídeo, o disco óptico ou o microfilme [...] registradas dá origem aos arquivos. (CARVALHO; LONGO, 2002, p. 115).

Esses documentos de arquivo podem contar com valores primários e secundários que os fazem ser considerados como provas e testemunhos, dando depoimento de algum fato ou acontecimento em específico. O conjunto destes documentos de arquivos, em que cada um cumpre com os princípios arquivísticos – o princípio de proveniência e o princípio de ordem original -, constitui os arquivos destas organizações. (CRUZ MUNDET, 2008).

Na Biblioteconomia, segundo Silva (2017), a informação se apresenta como ponto central na formação acadêmica e profissional, ampliando as perspectivas de atuação a partir das práticas de informação. As bibliotecas são unidades de informação que têm a função social de prover acesso à informação.

Na Museologia, os museus se encontram conformados por objetos de museu, os quais, possuem informação que os fazem merecedores de ser considerados como “objetos testemunhos” e como “objetos símbolo”, pois estão carregados com informação que resume uma cultura inteira, ou seja, eles permitem testemunhar e representar uma realidade (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010). Desta forma, segundo Yassuda (2009), o objeto museológico não é apenas uma representação física da memória, é também uma conexão entre o passado e o presente, dando a ele uma outra função, a de fonte ou suporte de informação.

Com base no exposto, o Quadro 3, a seguir, apresenta um resumo geral das noções de informação na Ciência da Informação, na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.

**Quadro 3 – Conceito de Informação na Ciência da Informação, na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia**

<b>Ciência da Informação</b>	A informação demanda múltiplos olhares pautados em processos, fluxos, tecnologias e gestões, assim como está fincada nas bases dos paradigmas físico, cognitivo e social e ainda na caracterização de fundamentos de cunho técnico-pragmático, humano e científico.
------------------------------	---

<b>Arquivologia</b>	A informação possui um caráter mais institucional e administrativo, a informação orgânica “[...] é um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializado em documentos arquivísticos e que foi produzido no cumprimento das atividades e funções das organizações” (CARVALHO; LONGO, 2002, p. 115).
<b>Biblioteconomia</b>	A informação pode ser compreendida pelo viés biblioteconômico-informacional através de percepções técnicas, humanas e pragmáticas apresentando procedimentos pelos quais a biblioteca dinamiza a variedade de documentos (livros, artigos, revistas, materiais iconográficos, audiográficos, bibliografias, etc.), contemplando uma visão processual de organização, disseminação/mediação, acesso, recuperação, uso e apropriação pelos sujeitos que utilizam informação e como disponibiliza serviços e produtos para satisfazer necessidades, desejos e demandas de informação.
<b>Museologia</b>	A informação parte de uma visão tradicionalista de objeto museológico, valorizada pela sua materialidade, que passa à valorização do objeto como documento, como fonte ilimitada de informação (MARQUES, 2010), a qual é sustentada pela tríade coleção–espaço–informação, sendo que o êxito desta última depende amplamente das maneiras como as duas primeiras são concebidas.

**Fonte:** adaptado de Silva (2018, p. 21).

Depois de explorar os conceitos de representação e de informação e de identificar as diferentes percepções, não só na área, mas também nos diversos contextos e subáreas, na seguinte seção, nos centramos na representação da informação segundo a Ciência da Informação.

## 2.2. REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Na história da humanidade, os seres humanos em sua luta pela sobrevivência desenvolveram os primeiros sinais de comunicação, a mímica e os gritos, mediante os quais tinham a possibilidade de expressar seus sentimentos e comunicarem-se. No transcurso do tempo e com a constante evolução da raça

humana, foram criados símbolos, hieróglifos e pinturas rupestres, entre outros, que tinham a finalidade de representar e registrar a realidade de uma pessoa, um grupo ou uma comunidade, além de constituírem-se como métodos da linguagem e da comunicação. Segundo Pinto, Meunier e Silva Neto, os seres humanos “buscavam possibilidades de comunicação através da criação de imagens ou ideogramas; assim como da escrita cuneiforme dos sumérios e dos hieróglifos produzidos no Antigo Egito”. (2008, p. 17).

Conforme os diferentes avanços e mudanças sociais, a linguagem falada, o alfabeto e a escritura auxiliaram a comunicação e a autoexpressão das pessoas em sociedade, fortalecendo o desenvolvimento social e científico, permitindo-nos chegar à sociedade da informação e do conhecimento em que se vive atualmente.

Borges (2008) expõe que a sociedade da informação e do conhecimento fortaleceu o papel da informação e do conhecimento nos distintos aspectos da realidade atual, contribuindo amplamente no desenvolvimento da humanidade.

[...] o mundo vivenciou um período intenso de transição entre a sociedade industrial e a sociedade da informação e do conhecimento, com algumas transformações profundas, desde um contexto mais amplo até o nível local. Foram mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que atingiram todos os setores, resultando no deslocamento do paradigma do desenvolvimento mundial [...]. (BORGES, 2008, p. 176).

A informação constitui um papel relevante no desenvolvimento geral da sociedade, tornando-se parte integrante de sua evolução ao longo do tempo. Vale destacar o impacto que a informação e a produção e disseminação do conhecimento científico obtiveram com a criação da imprensa de Johannes Gutenberg, no século XV, a formação das primeiras universidades, a criação dos primeiros periódicos científicos e as tecnologias de informação e comunicação, entre outros aspectos, que contribuíram para uma maior reprodução da informação e com desenvolvimento da ciência.

Este desenvolvimento, da produção e divulgação do conhecimento científico, não teria sido possível sem por um lado o desenvolvimento das formas de comunicar – desde a imprensa, à generalidade dos media, passando pela Internet e Tecnologias da Informação e Comunicação - e por outro a necessidade intrínseca da ciência, para ser ciência, se tornar pública. (GASPAR, 2004, p. 4).

Atualmente, a partir das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), segundo Marcondes (2001, p. 61), existe o “fenômeno da explosão informacional”; ocorre uma produção exponencial da informação devido ao uso e aplicação dessas tecnologias na execução dos diferentes processos e métodos tradicionais, o que permitiu que esses processos se transformassem e se adaptassem aos requisitos e características das TIC, as quais fornecem diversas vantagens na produção, organização, representação, busca e disseminação da informação.

Essas tecnologias foram estabelecidas não apenas como o fim, mas também como o meio. Assim, as TIC garantem ser o meio pelo qual cada um dos processos informacionais pode ser abrangido, tornando-se evidente que, como uma "Sociedade da Informação", cada um de nós, não apenas como usuários, mas também como produtores de informação e de conhecimento, voltamo-nos para essas tecnologias com o fim de produzir, representar, armazenar, pesquisar e disseminar informações.

Cada uma dessas expressões, símbolos, linguagem, informação e até representação ao longo do tempo foram estabelecidos como dados, informações e conhecimentos, ou seja, cada símbolo, mímica, palavra, pintura, entre outros, representa independentemente um dado, assim, no momento em que cada um integra um conjunto ou um objetivo em específico se torna informação. Quando essas informações são compartilhadas e divulgadas para o uso de outras pessoas, a partir da reflexão e análise dessas informações, é gerado um conhecimento. Segundo Davenport e Prusak (1998, p. 18), “os dados são simples observações sobre o estado do mundo, a informação, dados dotados de relevância e propósito e o conhecimento é informação valiosa da mente humana inclui reflexão, síntese, contexto”.

Por meio dessa contextualização, queremos destacar o papel da informação e da representação na sociedade, as quais fazem parte essencial do estudo teórico e científico da Ciência da Informação (CI), em que a informação, como objeto de estudo da CI, sua pesquisa e a análise da mesma - da informação - permitiram a estruturação de cada um dos fundamentos que contribuem para o desenvolvimento teórico e epistemológico da informação e da Ciência da Informação como área do conhecimento científico.

[...] a ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam o fluxo informacional, e os meios de processar a informação para uma otimização da acessibilidade e usabilidade. Ela preocupa-se com o corpo de conhecimento relacionado com a origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. (BORKO, 1968, p. 3, tradução nossa).

A organização e representação da informação e do conhecimento, incluindo cada um de seus processos e procedimentos, fazem parte integral da área de Ciência da Informação, visando compreender as diversas práticas informacionais, desde os aspectos teóricos e epistemológicos da informação até o processamento e comportamento da informação nos diferentes âmbitos sociais, acadêmicos, de processos, de gestão e, mais recentemente, tecnológicos.

A representação da informação (RI) na Ciência da Informação é um dos principais processos, o qual compreende funções e características relevantes para o desenvolvimento das atividades próprias da CI, é um processo que se encontra diretamente ligado com a organização da informação, pois, para que a informação seja organizada, deve ser devidamente representada, descrita e catalogada, com o objetivo de possibilitar sua recuperação.

Na Ciência da Informação, o conceito de representação da informação pode ser entendido como “[...] a substituição de uma entidade linguística longa e complexa - o texto do documento - por sua descrição abreviada” (NOVELLINO, 1996, p. 38) com o objetivo de facilitar sua recuperação e estabelecer uma comunicação entre o documento e o usuário. Segundo Brascher e Café, a representação da informação é o produto que se tem do processo da organização da informação. As autoras expõem que:

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a **representação da informação**, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5, grifo das autoras).

Para Novellino (1996, p. 38), “O processo de representação da informação envolve dois passos principais: 1) análise de assunto de um documento e a colocação do resultado desta análise numa expressão linguística. 2) atribuição de conceitos ao documento analisado”. O primeiro passo enfoca principalmente no conteúdo do documento, buscando representar mediante resumos, palavras-chave, entre outros, o assunto daquele documento, a fim de enfatizar no mais essencial do

texto. O segundo passo centra-se nos atributos externos do documento, mediante a descrição e catalogação, identificando, entre outros, o título do documento, o autor, a data, o número de páginas, a revista, a editora. Estes dois passos constituem a representação temática e a representação descritiva da informação, sendo as atividades próprias da representação da informação.

Também as Tecnologias da Informação e da Comunicação afiançaram que a RI empregará novos sistemas e linguagens para representar a informação, tendo em conta as necessidades de informação dos usuários, permitindo uma melhor representação da informação. Neste sentido, Rodríguez e Batista afirmam que:

Sem dúvida, o desenvolvimento da informática e das TIC transformou o crescimento e o acesso à informação, bem como as formas de conceber e executar a RI de acordo com o novo contexto, uma vez que deixou de ser um processo unidirecional e o usuário tornou-se uma entidade participativa na dinâmica do processo, introduzindo um modelo cognitivo e superando o tradicional. (2018, p. 5, tradução nossa).

As diferentes transformações da representação da informação através do tempo têm procurado buscar a linguagem ou sistema mais adequado para que os usuários possam recuperar os documentos de maneira mais fácil e rápida, para seu acesso, consulta e uso.

A representação da informação se encontra composta pela representação temática e a representação descritiva. A representação temática é geralmente conhecida pelos resumos, índices, sumários, palavras-chave de um texto, entre outros. Ou seja, são os aspectos temáticos que representam um documento e que explicam seu conteúdo. Segundo Catarino e Souza (2012, p. 84), a representação temática “[...] detém-se na atribuição de assuntos aos documentos a partir da classificação bibliográfica, da indexação e da elaboração de resumos, facilitando a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes”.

A representação do conteúdo de um documento é denominada representação temática e abarca os processos de classificação e indexação. No que se refere ao conteúdo a representação temática, auxilia significativamente na recuperação da informação a partir da determinação e disponibilização de pontos de acesso, apoiadas pelos recursos tecnológicos. (CATARINO; CERVANTES; ALMEIDA, 2015, p. 106).

E a representação descritiva se enfoca na descrição do documento por meio de atributos, o que permite a busca de informação por um ou mais

atributos, representando as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, garantindo a individualização do documento. Também define e padroniza os pontos de acesso responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes, por exemplo, todas as obras de um determinado autor ou de uma série específica. (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 28).

### 2.2.1. Representação Descritiva da Informação

Entendemos que a representação descritiva da informação é um processo mediante o qual se identificam e representam os elementos e atributos bibliográficos dos documentos de arquivo, dos materiais bibliográficos e dos documentos de museu, possibilitando sua recuperação, acesso e uso por parte dos diferentes usuários. Para Aganette, Teixeira e Aganette, “A representação descritiva, ou catalogação, é vista como um processo de decisão multidimensional que estrutura e padroniza os diferentes aspectos de um item informacional, tornando-o único e passível de recuperação e uso”. (2017, p. 176).

Este processo permite a individualização dos documentos, toda vez que se centra em suas características específicas (MAIMONE; SILVEIRA E TÁLAMO, 2011). Esta individualização possibilita a busca e recuperação dos documentos por parte dos usuários fornecendo diversos métodos de busca, entre os quais, por autor, por título, por datas, além de permitir a busca de todos os documentos de um autor em específico, por exemplo.

Para Campello (2006, p. 60), a representação descritiva da informação “busca identificar e descrever fisicamente um documento, dando a ele características físicas e pontos de acesso, para buscar a união e padronização em um ambiente informacional, possibilitando a sua recuperação automática”. Compreendemos, então, que a representação descritiva da informação tem como objetivo principal a descrição de um documento por meio da identificação de suas características físicas, o que influirá direta e positivamente no processo de recuperação, ficando evidente a ligação existente entre ambos processos, onde um contribui no desenvolvimento do outro.

Yakel (2003) expõe que a representação descritiva não só é um processo, mas também pode ser entendida como um produto. Na realização da

descrição ou catalogação, é possível estruturar e elaborar instrumentos (guias, catálogos, inventários, entre outros) que permitiriam a busca, a recuperação e o acesso à informação.

Tendo em conta que representar implica estabelecer uma correlação ou correspondência entre a coisa, fato ou objeto a ser representado e o modelo de representar, se faz necessário que os profissionais da informação tenham o devido conhecimento sobre os diferentes documentos a serem descritos e catalogados, e, por sua vez, entendam profundamente o processo de representação da informação.

É dessa maneira que a representação descritiva da informação estabelece uma parte essencial na prática arquivística, biblioteconômica e museológica, respectivamente no processo de descrição arquivística, catalogação descritiva ou descrição bibliográfica e na catalogação, permitindo o desenvolvimento de instrumentos, normas, modelos ou padrões que possibilitam a busca, acesso e recuperação da informação por parte dos usuários, além de facilitar a comunicação entre os documentos e os usuários.

Na Arquivologia, de acordo com Vital (2017), os processos de descrição e classificação arquivística são as atividades da organização e a representação dos documentos de arquivo. Segundo Cruz Mundet, “A descrição é a parte da tarefa arquivística que engloba as diversas atividades realizadas pelo arquivista para elaborar os instrumentos que facilitam o acesso aos fundos, ou seja, pontos de acesso” (1996, p. 271, tradução nossa). Para o autor, esta tarefa arquivística significa o desenvolvimento de instrumentos e produtos – o guia, o inventário e o catálogo - de apoio para o processo de busca e acesso à informação.

Em relação à Biblioteconomia, a representação descritiva da informação engloba as atividades de catalogação. De acordo com Baptista (2008), a catalogação “é uma atividade especializada na biblioteconomia”. A catalogação é um processo de descrição das características bibliográficas das unidades de informação das bibliotecas, museus, entre outros, com o objetivo de possibilitar sua identificação e recuperação. O catálogo é o produto do processo de catalogação, o qual possibilita a comunicação entre o usuário e os documentos, ou seja, por meio dele se representam os dados que compõem o documento e sua informação, de uma maneira mais semântica e sintética.

E na Museologia, o processo de representação descritiva da informação é feito pela catalogação. A catalogação é uma descrição detalhada, um

registro de toda a biografia da unidade de descrição, incluindo cada uma de suas características físicas, com a finalidade de garantir a identificação e localização no acervo e como fonte de informação para pesquisa. (YASSUDA, 2009).

No seguinte Quadro 4, apresentamos a identificação da representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.

**Quadro 4 – A representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia**

<b>DESCRIÇÃO ARQUIVISTICA</b>	[...] elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 14).
<b>CATALOGAÇÃO DESCRITIVA</b>	[...] é tanto um produto quanto um processo (ou operação). Enquanto processo realiza: a descrição da parte física do documento; a descrição dos elementos de identificação do documento, o que inclui: o documento como um todo e as partes distintas que o compõem e a indicação das relações bibliográficas com elementos descritivos de outros documentos. Enquanto produto, [...] pode ser vista como um conjunto organizado de informações acerca de determinado documento, destinado a fornecer uma descrição única deste documento, não ambígua, permitindo sua identificação em catálogos e bases de dados. (SOUZA, 2009, p. 86 – 87).
<b>CATALOGAÇÃO MUSEOLÓGICA</b>	Compilação e manutenção de informações importantes por meio da descrição sistemática dos objetos da coleção, incluindo a organização dessas informações para formar um arquivo catalográfico dos objetos. (COMITÉ, 2014, p. 41).

**Fonte:** compilado pela própria autora com base em CIA (2020); Souza (2009); COMITÉ (2014).

A identificação da representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia nos permite enfocarmos, a seguir, em seu aprofundamento, ressaltando seu desenvolvimento através do tempo, as diversas modificações teóricas, as reestruturações terminológicas, as diferentes perspectivas segundo a evolução e atualização dos fundamentos teóricos e práticos.

### 3. A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA ARQUIVOLOGIA

---

O presente tópico busca identificar a descrição arquivística a partir de seu percurso histórico, o qual é marcado pelos diferentes avanços sociais e acadêmicos, começando, assim, pelas primeiras formas de apresentação da descrição nos arquivos, os instrumentos de pesquisa, os quais representam, além do produto, a realização deste processo até a atualidade. Na sequência, expomos as normas de descrição arquivística que surgiram no intuito de padronizar e unificar as diretrizes deste processo e, por último, detalhamos o impacto e aporte das TIC no desenvolvimento da descrição arquivística. E, com base nisto, apresentamos um mapa conceitual que permite visualizar graficamente o desenvolvimento da representação descritiva na Arquivologia por meio de conceitos que agrupam, sintetizam e relacionam o conteúdo geral do presente tópico.

#### 3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição nos arquivos não é algo recente, este processo não surge da normalização de descrição ou como consequência das tecnologias. Segundo Tognoli (2012), o início do processo de descrição arquivística vem marcado pelo percurso histórico da Arquivística especificamente, sendo mais notório no século XIX, com a publicação, no ano de 1898, do Manual Holandês de arranjo e descrição de arquivos.

De acordo com Ramudo (2012), a evolução da descrição documental ocorre paralelamente com a função de conservação dos arquivos. Na Idade Média, a descrição tinha como função a conservação da informação contida nos diferentes documentos, ou seja, “os registros foram mantidos para uso administrativo, para proteger os direitos de seus produtores e preservar o conteúdo dos arquivos em caso de desastre, guerra ou incêndio” (LLANES PADRÓN, 2016, p. 18, tradução nossa). Em geral, o processo se desenvolvia pela ação de copiar total ou parcial os documentos, sem ter muita relevância o suporte original. (NASEIRO RAMUDO, 2012).

Na Idade Moderna, segundo o crescimento administrativo e burocrático da sociedade, os documentos representam uma maior produção e se criam os primeiros arquivos institucionais (NASEIRO RAMUDO, 2012). Llanes Padrón (2016) expõe que os arquivos, nessa época, estão marcados por um caráter jurídico e administrativo, em que a descrição passa a conservar evidências das funções executadas, mediante o uso de diversos instrumentos.

“[...] nesse período, a descrição foi realizada com o objetivo de preservar o significado das ações registradas nos documentos e materializadas em instrumentos de diversos tipos, como índices, inventários e ferramentas de referência” (LLANES PADRÓN, 2016, p. 18, tradução nossa).

Llanes Padrón (2016) enfatiza, ainda, que, neste período histórico, principalmente no início do século XVIII até grande parte do século XX, os arquivos se constituíam como um serviço de pesquisa histórica, disponibilizando os documentos para a comunidade. Fundamentados nestas novas formas de ser e ver os arquivos, foram pensados outros processos de organização física (integração da descrição e a classificação) para possibilitar e garantir o acesso aos usuários externos.

Com base nas diferentes mudanças na sociedade, os processos arquivísticos têm experimentado modificações. Llanes Padrón (2014, p. 14) expressa que “se há repensado seus fundamentos e aplicações práticas”. Assim, considera que

A classificação agora se concentra no princípio funcional e a avaliação adota a teoria da macro-avaliação funcional. A descrição não é estranha a essas mudanças e, da mesma forma, começa a ser reinventada; os profissionais se concentram em seus princípios teóricos, na padronização da prática e na criação de sistemas descritivos em ambientes web. (LLANES PADRÓN, 2014, p. 14).

A descrição e a classificação se desenvolviam com base na representação de documentos nos instrumentos de pesquisa, significando a desarticulação dos fundos, toda vez que o resultado desta atividade representava uma cópia das unidades documentais e a descrição era feita fundamentada numa ordem temática ou cronológica, sem respeitar a ordem original dos fundos documentais. (LLANES PADRÓN, 2016). Segundo Tognoli (2012), na busca de uma solução à desarticulação dos fundos, foi promulgado, no ano de 1841, o princípio da proveniência, o qual preserva a integridade dos fundos documentais produzidos pelas diferentes instituições, pessoas ou famílias.

O princípio da proveniência faz referência ao respeito da ordem original dos fundos documentais de arquivos, ou seja, conservar sua organização e estruturação originais, com o objetivo de evitar a mistura dos diferentes fundos arquivísticos. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística o define como “Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos”. (2005, p. 136).

Já na Idade Contemporânea, a Arquivística tem que repensar suas bases teóricas e práticas, levando em conta as novas tecnologias da informação e as novas formas de produção documental (TOGNOLI, 2012). Na perspectiva de Llanes Padrón (2016, p. 19, tradução nossa), “a Arquivologia adquire um maior caráter científico pela delimitação de seus princípios teóricos: Respeito aos fundos, respeito à proveniência e respeito à classificação de documentos”. Dessa maneira, baseada no caráter científico que toma, a Arquivologia se apropria da fundamentação teórica da Ciência da Informação e, mediante a delimitação dos princípios, o processo de descrição se torna independente da organização arquivística e seu objetivo se centra no contexto de criação dos documentos, suas características e seus produtores, “a descrição perde sua função de custódia e visa facilitar a recuperação de documentos e o acesso à informação. Esse novo objetivo foi cumprido com a compilação de todos os tipos de instrumentos de busca e recuperação.” (LLANES PADRÓN, 2016, p. 20, tradução nossa).

Com base na contextualização do processo de descrição e em sua evolução histórica, marcada por acontecimentos sociais, culturais, científicos, acadêmicos, políticos, econômicos e tecnológicos, estruturamos e apresentamos sua trajetória a partir de três eixos em específico. O primeiro refere-se às primeiras formas de apresentação da descrição arquivística, representado pelos instrumentos de pesquisa, ferramentas que vêm evoluindo desde suas origens e que, atualmente, se configuram como um produto da realização do processo de representação descritiva da informação na Arquivologia com base nas diretrizes e parâmetros estipulados pelas normas de descrição, sendo este o segundo eixo a ser abordado, relacionado à normalização e padronização da descrição arquivística e, por último, apresentamos o impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação nesse processo.

### 3.2. INSTRUMENTOS DE PESQUISA: PRODUTOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Um dos primeiros conceitos de descrição arquivística data de 1961. Schellenberg afirma que a descrição é: “O conjunto de atividades desenvolvidas pelo arquivista com o objetivo de desenvolver instrumentos de pesquisa que facilitem o acesso a fundos documentais em qualquer um de seus níveis (do fundo até a unidade documental simples)” (SCHELLENBERG, 1961, tradução nossa).

Por outro lado, segundo Heredia Herrera (1989, p. 302, tradução nossa), “[...] descrição é o processo de análise de documentos de arquivo ou de seus agrupamentos, materializados em representações que permitem sua identificação e localização e a recuperação de suas informações para a gestão ou pesquisa”. De acordo com os autores, a descrição arquivística contribui para a formulação dos instrumentos de pesquisa, além da identificação, localização e acesso aos documentos.

Cruz Mundet (1996) defende que, para lograr o processo de descrição, é preciso se estabelecer um plano descritivo que auxilie a estruturação da mesma e permita o desenvolvimento adequado de seu objetivo, possibilitando, assim, tornar mais acessíveis os fundos de arquivo. Dessa maneira, a formulação do plano descritivo fornecerá rapidamente dados em relação aos documentos do arquivo e, por meio deste, o arquivista poderá decidir a profundidade de descrição e o procedimento ou instrumento que deve ser empregado para a descrição de cada agrupação documental, garantindo a identificação e localização dos documentos e possibilitando o acesso aos diferentes usuários.

Para Llanes Padrón, “O conceito de descrição no período custodial da arquivologia tem o objetivo de criar instrumentos de busca para acessar e controlar os fundos documentais” (LLANES PADRÓN, 2016, p. 35, tradução nossa). Com base nisso, começa-se a estruturar e elaborar diversos instrumentos de pesquisa, cada um focado respectivamente em diferentes agrupações documentais e num grau de detalhe específico. Nesse sentido, Cruz Mundet (1996) afirma que enquanto os objetivos e princípios da descrição arquivística são unânimes, não se tem um acordo com respeito aos tipos de instrumentos de pesquisa e sua elaboração.

Os instrumentos de pesquisa são também conhecidos como instrumentos de descrição, instrumentos de controle, instrumentos de busca, entre

outros. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística os define como: “Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108).

Os instrumentos de pesquisa representam não só as primeiras formas de descrição arquivística, mas também se configuram como um produto da implementação das normas de descrição, ou seja, eles vêm se desenvolvendo, adequando e evoluindo conforme o avanço da atividade de representação descritiva na Arquivologia no transcurso do tempo, eles são um dos principais resultados da descrição arquivística desde seu início até a atualidade. Entre os instrumentos de pesquisas encontramos: o guia (descrição de fundos documentais); o inventário (descrição de séries documentais); o catálogo (descrição individual das unidades documentais, ou seja, de cada documento), entre outros.

### 3.2.1. Guia

O Guia é um instrumento de pesquisa que permite a descrição dos fundos documentais dos arquivos, ou seja, tem um nível de descrição mais geral, sendo um dos primeiros instrumentos a ser estruturado e produzido por um arquivo. “Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo” (LOPEZ, 2002, p. 22).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define guia como: “Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 102). Este instrumento permite reconhecer de maneira geral o arquivo a ser descrito, possibilitando, em seguida, a produção dos demais instrumentos de pesquisa que fornecem informação sobre as séries, seções e unidades documentais.

Segundo Heredia Herrera (1991), o guia orienta os arquivistas nos arquivos, pois faz valorações gerais que representam o mais importante dos fundos documentais, estabelecendo relações, identificando suas características, definindo a bibliografia e a história dos organismos produtores. A autora expõe que o Guia “aponta a gênese documental e as inter-relações entre as seções e entre as séries”. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 321-322, tradução nossa).

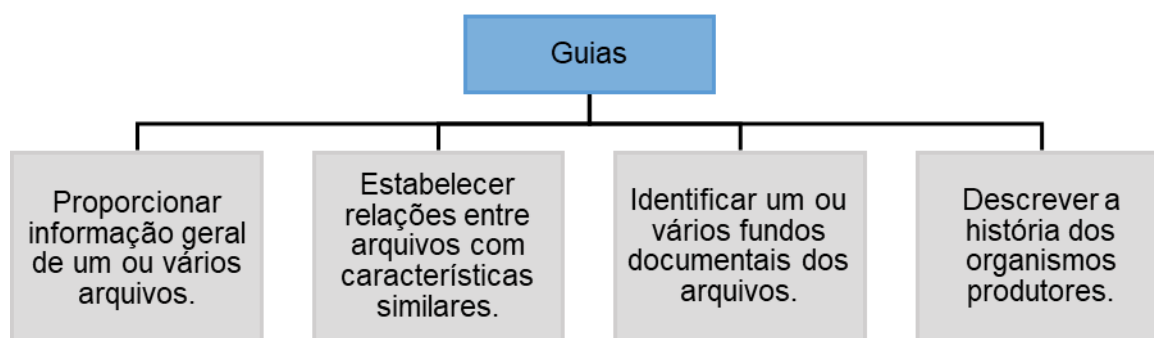
Para Cruz Mundet, os guias

fornecem informações sobre o todo ou parte dos fundos de um ou

mais arquivos, descrevem globalmente os grandes agrupamentos de documentos, descrevem a história dos organismos produtores e fornecem informações auxiliares sobre o arquivo ou arquivos e os serviços disponíveis. (1996, p. 273, tradução nossa).

Desde seu enfoque mais geral, os guias têm diversos objetivos que possibilitam a identificação, localização e controle dos arquivos e seus fundos documentais, sendo um instrumento de pesquisa que auxilia especificamente as atividades dos arquivistas, porque fornece informação muito geral sobre os arquivos, o que, de certo modo, não auxilia na busca e recuperação de informação específica por parte dos diferentes usuários. A Figura 2 apresenta os objetivos atribuídos aos guias.

**Figura 2 – Objetivos dos Guias**



**Fonte:** elaborado pela autora com base em Heredia Herrera (1991); Cruz Mundet (1996).

Heredia Herrera e Cruz Mundet têm como base o exposto por Schellenberg para determinar os dois tipos de guias que podemos encontrar nos arquivos: o guia geral, que tem como foco os arquivos e sua informação, e o guia especial, que se centra nos fundos e temas em específico. Segundo Heredia Herrera, “Num Guia considerado geral, será essencial concentrar as informações no arquivo ou no serviço de arquivo” (1991, p. 326, tradução nossa) e nos guias especiais, os dados são concentrados na informação da instituição que produz os documentos.

Nos Guias Especiais, aqueles de um fundo ou de uma seção de um fundo que faz parte de um arquivo, os dados são reduzidos, mais atenção é dada ao histórico da instituição que produz os documentos que fazem parte do fundo ou seção e de sua série, insistindo nas funções e atividades daqueles que darão origem à referida série. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 327, tradução nossa).

Além destes dois tipos de guias, o autor Cruz Mundet (1996) expõe que também existem outros guias, especificados no seguinte Quadro 5.

**Quadro 5 – Tipos de Guias segundo Cruz Mundet**

<b>TIPO DE GUIA</b>	<b>OBJETIVO</b>
<b>CENSO GUIA</b>	Coletar e reunir informação sobre os arquivos.
<b>GUIA DE FONTES</b>	Recopilar dados sobre todos os fundos documentais que contenham informação relativa a um tema ou área determinada.
<b>GUIA ORGÂNICA</b>	Coletar informação sobre vários arquivos relacionados por sua associação a um órgão específico, seja nacional ou internacional.
<b>GUIA DE ARQUIVO</b>	Se centra em um só arquivo com cada um de seus fundos documentais, as informações fornecidas são mais detalhadas sobre a história da entidade ou entidades produtoras, a organização e o conteúdo das agrupações documentais.

**Fonte:** elaborado pela própria autora com base em Cruz Mundet (1996, p. 273; 274).

Os elementos empregados para a descrição variam de acordo com o tipo de guia a elaborar e o nível do fundo documental, mas os elementos mais comuns e principais nos guias são: “Área de menção de identidade: Código de Identificação, datas, nível de descrição, volume. Área de contexto: História administrativa / biográfica. Área de acesso e condições de uso: Condições de acesso, Instrumentos de descrição. Área de notas: Nota” (CRUZ MUNDET, 1996, p. 275, tradução nossa).

### 3.2.2. Inventário

Outro instrumento de pesquisa que resultou do processo de descrição é o inventário, o qual se centra nos fundos ou seções documentais dos arquivos, ou seja, é um nível de descrição mais detalhado que os guias, de certo modo, é um nível intermediário entre os guias e os catálogos. Cruz Mundet (1996, p. 276, tradução nossa) escreve que o inventário se encontra entre “um instrumento tão genérico quanto o guia e outro tão abrangente quanto o catálogo”.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define o inventário como um “Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a

disposição física dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 109).

O inventário permite identificar a quantidade de expedientes de um arquivo. É um instrumento perdurável e de fácil atualização, só deve-se inserir devidamente a informação dos novos expedientes do arquivo, para garantir que este se encontre constantemente atualizado.

Este instrumento descreve as séries geradas em função de uma instituição, no caso de um arquivo administrativo, além de significar o resultado de descrição dos fundos e seções históricas dos arquivos históricos. (HEREDIA HERRERA, 1991).

Segundo Heredia Herrera (1991), os inventários têm como campo de ação os fundos e as seções de arquivo - seu objeto, as séries documentais e sua finalidade, de controle (apoio ao profissional de informação), de orientação e informação (auxilia os usuários e pesquisadores).

Os elementos indispensáveis de um inventário e necessários para a descrição são:

Código de Identificação de cada uma das unidades de instalação que são membros de cada série no armazém (arquivo, livro, pasta). Entrada descritiva, na qual são indicadas nesta ordem: tipologia da série e tradição documental, autor, destinatário e sujeitos, se é possível. A entrada descritiva pode ser uma, dupla ou múltipla se uma ou mais séries documentais estiverem contidas no mesmo arquivo. Datas extremas referentes ao primeiro e ao último (apenas anos) de cada unidade de instalação. Dígitos da tabela de classificação que oferece o relacionamento com a origem. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 337, tradução nossa).

Para Cruz Mundet (1996), as finalidades do inventário são: “[...] saber o que você tem e como está organizado, por um lado, e informar com precisão sobre seu conteúdo e localização, por outro, para que, quando confrontado com qualquer pesquisa documental, ele sempre ofereça uma resposta rápida e pertinente. (1996, p. 277, tradução nossa).

### 3.2.3. Catálogo

O catálogo é um “Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 45).

Como podemos evidenciar nesta definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o catálogo tem um nível mais específico e individual de descrição das diferentes unidades documentais que compõem um arquivo, as quais, segundo sua organização e de seu critério de produção, têm uma relação temática, tipológica, cronológica ou institucional entre elas.

Os elementos que fazem parte do catálogo e que permitem a descrição das unidades documentais, que conformam as séries arquivísticas, são agrupados em três áreas, tal como expõe Heredia Herrera (1991): 1. Dados internos, que informam e afetam o conteúdo: Data completa, tipo documental (diplomática e jurídica), autor, destinatário, assunto, idioma. 2. Dados externos ou físicos: Fólios, medições, assunto de descrição, conservação. 3. Localização ou dados do código de identificação: Arquivo, fundo, seção, série, unidade, código de identificação.

Os instrumentos expostos anteriormente significam os mais relevantes do processo de descrição na arquivologia, mas é evidente que, no desenvolvimento da descrição nos arquivos, foram pensadas e estruturadas diversas ferramentas e instrumentos de apoio para a realização desta função arquivística, entre as quais podemos encontrar os índices, uma lista de termos ordenados alfabética ou numericamente e que complementam os diferentes instrumentos de pesquisa. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o índice é uma “Relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidos em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências para sua localização.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 107).

Os índices permitem a constituição de termos controlados e normalizados para a sintetização e representação do conteúdo dos documentos, possibilitando, deste modo, a recuperação do documento pelos usuários. O autor Cruz Mundet (1996) escreve que a realização dos índices pressupõe três etapas: a primeira, avaliação do documento e determinação de seu conteúdo, os elementos a ter em conta são emissor, receptor, canal, mensagem e contexto; a segunda, identificação e seleção dos conceitos principais, mediante a análise intelectual e posteriormente transformados em termos de indexação; e a terceira, seleção de termos de indexação que representem os conceitos dos documentos.

De acordo com o exposto, entendemos que em seu início a descrição arquivística é definida segundo três elementos básicos: “1. A atividade

realizada (a revisão dos caracteres internos e externos dos documentos); 2. O resultado da atividade (os instrumentos de descrição); 3. O objetivo da descrição (facilitar o acesso ao conteúdo dos documentos)". (BONAL ZAZO, 2000, p. 68, tradução nossa).

### 3.3. NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O contexto principal que deu origem à normalização do processo de descrição arquivística foi a pós-modernidade e cada uma das mudanças que vinha enfrentando a sociedade em geral, o que gerava um impacto no desenvolvimento de cada área. Desse modo, na Arquivologia, especificamente,

A consolidação do corpo teórico dos arquivos, o desenvolvimento econômico e social promovido na década de 1980, a expansão das tecnologias da informação e comunicação, o fenômeno da globalização da informação, a existência de novos suportes e formatos de informação e a diversificação dos perfis de usuários foram, sem dúvida, os aspectos determinantes para trazer o fim a discussões antigas relacionadas à normalização dos processos de arquivamento. (LLANES PADRÓN, 20016, p. 60, tradução nossa).

A padronização da descrição arquivística significou a determinação dos princípios e regras gerais totalmente aceitas, apresentando diversas vantagens. Segundo Cruz Mundet (1996), a normalização do processo de descrição auxilia os custos, a cooperação e a comunicação entre os criadores de documentos, gestores de informação e os usuários, facilitando a compreensão dos instrumentos, da natureza dos documentos e de seu conteúdo.

O autor Marañon escreve que os temas presentes no começo desta normalização e durante seu estabelecimento são: "as normas como instrumento para garantir a troca de informação entre centros de arquivo, para permitir a criação de sistemas unificados de informação arquivística e facilitar o tratamento informático das descrições" (2013, p. 49, tradução nossa).

Vale ressaltar, ainda, que os diferentes processos arquivísticos em relação com as Tecnologias da Informação e da Comunicação trabalham sob a interoperabilidade que, em conjunto, objetivam desenvolver padrões, ferramentas e sistemas os quais englobem tanto as características tradicionais da área como as novas atividades e requisitos que se apresentaram segundo a origem destas tecnologias.

No começo dos anos de 1980, em um encontro entre o Conselho Internacional de Arquivos - CIA (*International Council on Archives*) - e os Arquivos Nacionais do Canadá, em Ottawa, se deu origem à história da normalização internacional de descrição arquivística, estabelecendo-se a necessidade da criação de uma norma para a padronização do processo de descrição e a estruturação de um grupo de trabalho com ênfase neste objetivo.

O resultado desse processo de normalização significou a elaboração de diferentes normas de descrição, entre elas as mais relevantes: a norma ISAD (G), Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística; a norma ISAAR (CPF), Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Família; a norma ISDF, Norma Internacional para Descrição de Funções; e a norma ISDIAH, Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico.

### 3.3.1. Norma ISAD (G)

Em 1993, o CIA apresenta a primeira edição da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G) (*International Standard Archival Description*), estabelecendo as diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Sua segunda e atual edição foi elaborada no ano de 1998 e aprovada em 1999 pelo comitê de normas de descrição da cidade de Estocolmo, Suécia.

A ISAD (G) foi consolidada internacionalmente como a norma mais relevante de descrição arquivística, é um trabalho que reflete o compromisso da preservação e identificação dos documentos de arquivo, buscando normalizar e padronizar o processo de descrição documental.

Esta norma proporciona um conjunto de regras gerais para a descrição arquivística, mediante a técnica de descrição multinível, ou seja, uma descrição do geral para o particular, fundamentada no princípio do respeito aos fundos, um dos princípios teóricos aceitos na Arquivologia.

As diretrizes estabelecidas para a preparação de descrições arquivísticas fazem parte de um processo que objetiva: “a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos; c) possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e d) tornar possível a integração de

descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

A estrutura da norma ISAD (G) se encontra conformada por regras gerais que estão organizadas em sete áreas e vinte e seis elementos (os elementos são apresentados no Quadro 6), os quais devidamente identificados e definidos constituem a descrição dos documentos de arquivo.

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
  2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
  3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
  4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
  5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
  6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
  7. Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada).
- (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 12-13).

A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística define que o objetivo da descrição arquivística é: “identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos”. (CIA, 2000, p. 11). É evidente que a base de descrição da ISAD (G) são os documentos de arquivo, seu contexto, conteúdo e a autoridade arquivística que os produz.

### 3.3.2. Norma ISAAR (CPF)

Em 1996, o CIA publica outra norma de descrição, a primeira edição da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Família - ISAAR (CPF) (*International Standard Archival for Authority Record (Corporate bodies, Persons and Families)*), com a segunda edição divulgada no ano de 2003. Esta norma “dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 11).

A base de descrição da norma ISAAR (CPF) são as entidades produtoras de documentos de arquivos, instituições, pessoas e famílias. O objetivo é

prover “regras para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto da produção de documentos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 11-12), o que permitirá o acesso a arquivos e documentos; a compreensão do contexto de produção e o uso dos arquivos e documentos por parte dos usuários; a identificação dos produtores de documentos e o intercâmbio das descrições entre instituições.

Os registros de autoridades arquivísticas têm como finalidade: Descrever a entidade coletiva, pessoa ou família; controlar a criação e uso de pontos de acesso e documentar relações entre os produtores de documentos e entre essas entidades e os documentos produzidos. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

A norma ISAAR (CPF) está conformada por vinte e sete elementos de descrição para um registro de autoridade arquivística (os elementos são apresentados no Quadro 6) que se encontram organizados em quatro áreas.

1. Área de Identificação (onde a informação visa identificar especificamente a entidade que está sendo descrita e são definidos pontos de acesso normalizados para o registro);
2. Área de Descrição (onde se registra informação pertinente sobre a natureza, contexto e atividades da entidade que está sendo descrita);
3. Área de Relacionamentos (onde relações com outras entidades coletivas, pessoas e/ou famílias são registradas e descritas);
4. Área de Controle (onde o registro de autoridade é especificamente identificado e é registrada a informação sobre como, quando e por qual instituição foi criado e mantido). (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 15).

A norma ISAAR (CPF) também inclui um capítulo onde fornece orientações para realizar a associação dos registros de autoridade com as descrições de documentos produzidos por estas entidades e “modelos de dados que ilustram as relações entre registros de autoridade que descrevem produtores de documentos arquivísticos e descrições dos arquivos produzidos por essas entidades”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 15).

### 3.3.3. Norma ISDF

No ano de 2007, o Conselho Internacional de Arquivos publicou a Norma Internacional para Descrição de Funções - ISDF (*International Standard for Describing Functions*), elaborada com base na importância das funções no contexto de produção dos documentos.

Esta norma fornece orientações para a preparação de “descrições de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção de arquivos”. A análise e identificação das funções servem como uma base para o arranjo, classificação, descrição e a avaliação de documentos, também como um instrumento para a análise e recuperação dos documentos. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 11).

A norma ISDF defende que a descrição de funções e atividades desempenha um papel relevante no esclarecimento da proveniência de documentos, podendo ajudar a:

[...] situar os documentos com mais segurança no contexto de sua produção e uso. Também ajudam a explicar como e por que documentos foram produzidos e subseqüentemente usados, o propósito ou papel que foram destinados a executar numa organização, e como se ajustavam a essa organização e se ligavam a outros documentos por ela produzidos. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 11).

A Norma Internacional para Descrição de Funções está conformada por quatro áreas e vinte e três elementos (os elementos são apresentados no Quadro 6). Também inclui um capítulo com orientações para “associar descrições de funções a registros de autoridade que descrevem produtores de documentos e/ou a descrições de documentos arquivísticos”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 14).

#### 3.3.4. Norma ISDIAH

Em 2008, se divulga a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico - ISDIAH (*International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*). A norma tem como objetivo: “facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torná-los disponíveis para o público em geral” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009, p. 11).

A norma ISDIAH dá diretrizes para a normalização de descrições de instituições com acervos arquivísticos, permitindo assim: a orientação na identificação e contato com estas instituições, seus serviços e o acesso ao acervo; a elaboração de listas de autoridade e diretórios de instituições com arquivos; o estabelecimento de conexões e a produção de estatísticas nos níveis regional,

nacional ou internacional sobre estas instituições. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009).

A Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico se encontra estruturada em seis áreas de informação e trinta e um elementos de descrição (os elementos são apresentados no Quadro 6). Além disso, dedica um capítulo para “orientações acerca de relacionamentos de informação sobre instituições com acervo arquivístico a descrições multinível segundo a ISAD (G) e a descrições conformes à ISAAR (CPF) de entidades coletivas, famílias e pessoas como produtoras de material arquivístico” (CIA, 2009, p. 14).

- 1 Área de identificação (onde a informação visa identificar, especificamente, a instituição com acervo arquivístico e definir pontos de acesso normalizados);
- 2 Área de contato (onde é fornecida informação sobre como contatar a instituição com acervo arquivístico);
- 3 Área de descrição (onde é fornecida informação relevante acerca da história, estrutura atual e política de entrada de documentos da instituição com acervo arquivístico);
- 4 Área de acesso (onde é fornecida informação sobre o acesso à instituição com acervo arquivístico: horário de funcionamento, quaisquer restrições de acesso etc.);
- 5 Área de serviços (onde é fornecida informação relevante sobre os serviços técnicos oferecidos pela instituição com acervo arquivístico);
- 6 Área de controle (onde é especificamente identificada a descrição da instituição com acervo arquivístico e é registrada informação sobre como, quando e por qual instituição foi criada e mantida). (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009, p. 14).

Segundo estas normas internacionais, a descrição arquivística não só é um processo de representação de um documento e de cada uma de suas partes, mas também especificam que a elaboração deste processo significa o produto. Assim, as normas compartilham a percepção em relação à definição, mas têm algumas mudanças na determinação de certos termos.

A norma ISAD (G) define a descrição arquivística como:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 14).

E as normas ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH compartilham a mesma definição, elas definem a descrição arquivística como:

Criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela

apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto e sistemas de documentos que os produziram. Este termo também descreve os produtos desse processo. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 14).

Como podemos observar, os termos que têm mudanças nestas duas definições são: na ISAD (G), se referem a uma “elaboração de uma acurada representação” e nas demais normas expressam a “criação de uma representação precisa”; a ISAD (G) fala de “documentos de arquivos” e “sistemas de arquivo” e as outras normas falam de “materiais arquivísticos” e “sistemas de documentos”.

Cada norma busca estabelecer a padronização internacional do processo de descrição arquivística, abarcando cada um dos elementos próprios que compõem a função arquivística na sociedade, ou seja, cada norma tem uma base específica de descrição, complementando-se entre si.

Quadro 6 – Elementos descritivos das normas internacionais de descrição arquivística.

ISAD (G) 2 ed.	ISAAR (CPF) 2 ed.	ISDF	ISDIAH
<b>1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</b> 1.1 Código (s) de referência 1.2 Título 1.3 Data (s) 1.4 Nível de descrição 1.5 Dimensão e suporte	<b>1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</b> 1.1 Tipo de entidade 1.2 Forma (s) autorizada (s) do nome 1.3 Formas paralelas do nome 1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras 1.5 Outras formas do nome 1.6 Identificadores para entidades coletivas	<b>1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</b> 1.1 Tipo 1.2 Forma (s) autorizada (s) do nome 1.3 Forma (s) paralela (s) do nome 1.4 Outra (s) forma (s) do nome 1.5 Classificação	<b>1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</b> 1.1 Identificador 1.2 Forma (s) autorizada (s) do nome 1.3 Forma (s) paralela (s) do nome 1.4 Outra (s) forma (s) do nome 1.5 Tipo da instituição com acervo arquivístico
<b>2 ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</b> 2.1 Nome (s) do (s) produtor (es) 2.2 História administrativa/Biografia 2.3 História arquivística 2.4 Procedência	<b>2 ÁREA DE DESCRIÇÃO</b> 2.1 Datas de existência 2.2 História 2.3 Locais 2.4 Status legal 2.5 Funções, ocupações e atividades 2.6 Mandatos/Fontes de autoridade 2.7 Estruturas internas/Genealogia 2.8 Contexto geral	<b>2 ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</b> 2.1 Datas 2.2 Descrição 2.3 História 2.4 Legislação	<b>2 ÁREA DE CONTATO</b> 2.1 Endereço (s) 2.2 Telefone, fax, correio eletrônico 2.3 Responsáveis para contato
<b>3 ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA</b> 3.1 Âmbito e conteúdo. 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo	<b>3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS</b> 3.1 Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas 3.2 Categoria do relacionamento 3.3 Descrição do relacionamento 3.4 Datas do relacionamento	<b>3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS</b> 3.1 Forma (s) autorizada (s) do nome/Identificador da função relacionada 3.2 Tipo 3.3 Categoria do relacionamento 3.4 Descrição do	<b>3 ÁREA DE DESCRIÇÃO</b> 3.1 História da instituição com acervo arquivístico 3.2 Contexto geográfico e cultural 3.3 Mandatos/Fontes de autoridade 3.4 Estrutura administrativa 3.5 Políticas de gestão e de entrada de documentos 3.6 Prédio (s)

		relacionamento 3.5 Datas do relacionamento	3.7 Acervo arquivístico e outros acervos 3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações
<b>4 ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</b> 4.1 Condições de acesso 4.2 Condições de reprodução 4.3 Idioma 4.4 Características físicas e requisitos técnicos 4.5 Instrumentos de pesquisa	<b>4 ÁREA DE CONTROLE</b> 4.1 Identificador do registro de autoridade 4.2 Identificadores da instituição 4.3 Regras e/ou convenções 4.4 Status 4.5 Nível de detalhamento 4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência 4.7 Idioma (s) e sistema (s) de escrita 4.8 Fontes 4.9 Notas de manutenção	<b>4 ÁREA DE CONTROLE</b> 4.1 Identificador da descrição da função 4.2 Identificadores da instituição 4.3 Regras e/ou convenções utilizadas 4.4 Status 4.5 Nível de detalhamento 4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência 4.7 Idioma (s) e forma (s) de escrita 4.8 Fontes 4.9 Notas de manutenção	<b>4 ÁREA DE ACESSO</b> 4.1 Horário de funcionamento 4.2 Condições e requisitos para acesso e uso 4.3 Acessibilidade
<b>5 ÁREA DE FONTES RELACIONADAS</b> 5.1 Existência e localização dos originais 5.2 Existência e localização de cópias 5.3 Unidades de descrição relacionadas 5.4 Nota sobre publicação	<b>Relacionando Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias a Materiais Arquivísticos e Outros Recursos</b> 1 Identificadores e títulos dos recursos relacionados 2 Tipos dos recursos relacionados 3 Natureza dos relacionamentos 4 Datas dos recursos relacionados e/ou relacionamentos	<b>Relacionando Funções a Entidades Coletivas, Materiais Arquivísticos e Outros Recursos</b> 1 Identificador e forma (s) autorizada (s) do nome/título do recurso relacionado 2 Natureza do relacionamento 3 Datas do relacionamento	<b>5 ÁREA DE SERVIÇOS</b> 5.1 Serviços de pesquisa 5.2 Serviços de reprodução 5.3 Áreas públicas

<p><b>6 ÁREA DE NOTAS</b> 6.1 Notas</p>			<p><b>6 ÁREA DE CONTROLE</b> 6.1 Identificador da descrição 6.2 Identificador da instituição 6.3 Regras e/ou convenções utilizadas 6.4 Status 6.5 Nível de detalhamento 6.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência 6.7 Idioma (s) e sistema (s) de escrita 6.8 Fontes 6.9 Notas de manutenção</p>
<p><b>7 ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO</b> 7.1 Nota do arquivista 7.2 Regras ou convenções 7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)</p>			<p><b>Relacionando Descrições de Instituições com Acervo Arquivístico a Materiais Arquivísticos e seus Produtores</b> 1 Título e identificador do material arquivístico relacionado 2 Descrição do relacionamento 3 Datas do relacionamento 4 Forma (s) autorizada (s) do nome e identificador do registro de autoridade relacionado</p>

**Fonte:** Compilado de CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2000; 2004; 2008; 2009).

### 3.3.5. Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE

Com a evolução das diferentes normas de descrição e com base nas necessidades próprias de descrição arquivística no Brasil, no ano de 2006, foi publicada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, com o objetivo de adaptar as normas internacionais à realidade brasileira. A norma está fundamentada principalmente nas normas ISAD (G) e ISAAR (CPF).

A NOBRADE é composta de oito áreas. No Quadro 7, abaixo, se apresentam as áreas e se especifica, conforme a mesma norma, a descrição de cada área.

**Quadro 7 – Áreas da NOBRADE**

<b>ÁREAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1. Área de identificação	onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição.
2. Área de contextualização	onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição.
3. Área de conteúdo e estrutura	onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição.
4. Área de condições de acesso e uso	onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição.
5. Área de fontes relacionadas	onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição.
6. Área de notas	onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores.
7. Área de controle da descrição	onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada.
8. Área de pontos de acesso e descrição de assuntos	onde se registram os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

**Fonte:** compilado de BRASIL (2006, p. 18).

A norma (BRASIL, 2006) considera a existência de seis principais níveis de descrição e três níveis intermediários que são admitidos:

- Nível 0: Acervo da entidade custodiadora
- Nível 0,5: Acervo da subunidade custodiadora - nível intermediário admitido
- Nível 1: Fundo ou coleção
- Nível 2: Seção
- Nível 2,5: Subseção - nível intermediário admitido
- Nível 3: Série
- Nível 3,5: Subsérie - nível intermediário admitido
- Nível 4: Dossiê ou processo
- Nível 5: Item documental

A NOBRADE adota o princípio de respeito aos fundos e a descrição multinível, de forma semelhante à norma ISAD (G), tendo as seguintes finalidades: Descrição do geral para o particular; brindar informação relevante para o nível de descrição; identificar as relações entre descrições e a não repetição da informação. (BRASIL, 2006).

Em relação ao conceito de descrição no seu início e com base no processo de normalização, é evidente que, neste período histórico, a descrição já passou a ganhar força como uma atividade em si, que tem o objetivo de representar as unidades documentais, favorecendo igualmente a compreensão das descrições arquivísticas por parte dos diferentes usuários e garantir o acesso à informação e à recuperação dos documentos. (BONAL ZAZO, 2000).

#### 3.4. A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

As TIC constituíram um incentivo determinante na transformação dos processos e métodos de trabalho da Arquivologia (LLANES PADRÓN, 2016), estabelecendo novas formas de realizar as diversas atividades arquivísticas, entre elas, a representação descritiva da informação. As TIC impulsionaram o desenvolvimento da normalização e padronização dos diversos processos e desenvolveram novos sistemas e ferramentas que englobam as novas exigências

sociais e tecnológicas, tendo presente os princípios básicos de cada área.

Mediante a crescente evolução e aplicação tecnológica, se estruturou uma nova forma de produção e apresentação da informação, ou seja, surgiu a informação eletrônica ou digital, gerando novos desafios para o processo de descrição, dando origem aos metadados, conhecidos geralmente como “dados sobre dados”, em outras palavras, dados que descrevem os atributos de uma unidade de informação. Os metadados permitem a estruturação de padrões e sistemas de representação de documentos, que compartilham o mesmo propósito, a identificação da informação para sua busca e recuperação. Segundo Alves (2010, p. 48), “[...] os metadados e padrões de metadados estão relacionados com o tratamento descritivo da informação (TDI), pois garantem a descrição e a representação padronizada do recurso informacional independente do tipo de suporte, com o objetivo de facilitar a busca e a recuperação [...]”.

De acordo com Martínez Arellano e Amaya Ramírez (2017), existem diferentes tipos de metadados - descritivos, administrativos, estruturais e semânticos -, os quais abrangem cada uma das características dos diferentes recursos de informação.

**Metadados descritivos:** Eles são usados para descrever e identificar os principais atributos ou características dos recursos de informação, alguns dos quais são mais relevantes relacionados ao seu conteúdo intelectual ou temático.

**Metadados administrativos:** Eles estão relacionados ao contexto administrativo de um determinado recurso de informação, facilitando o registro e o manejo de diferentes aspectos, como direitos autorais e permissões de acesso, bem como as ações necessárias para sua preservação.

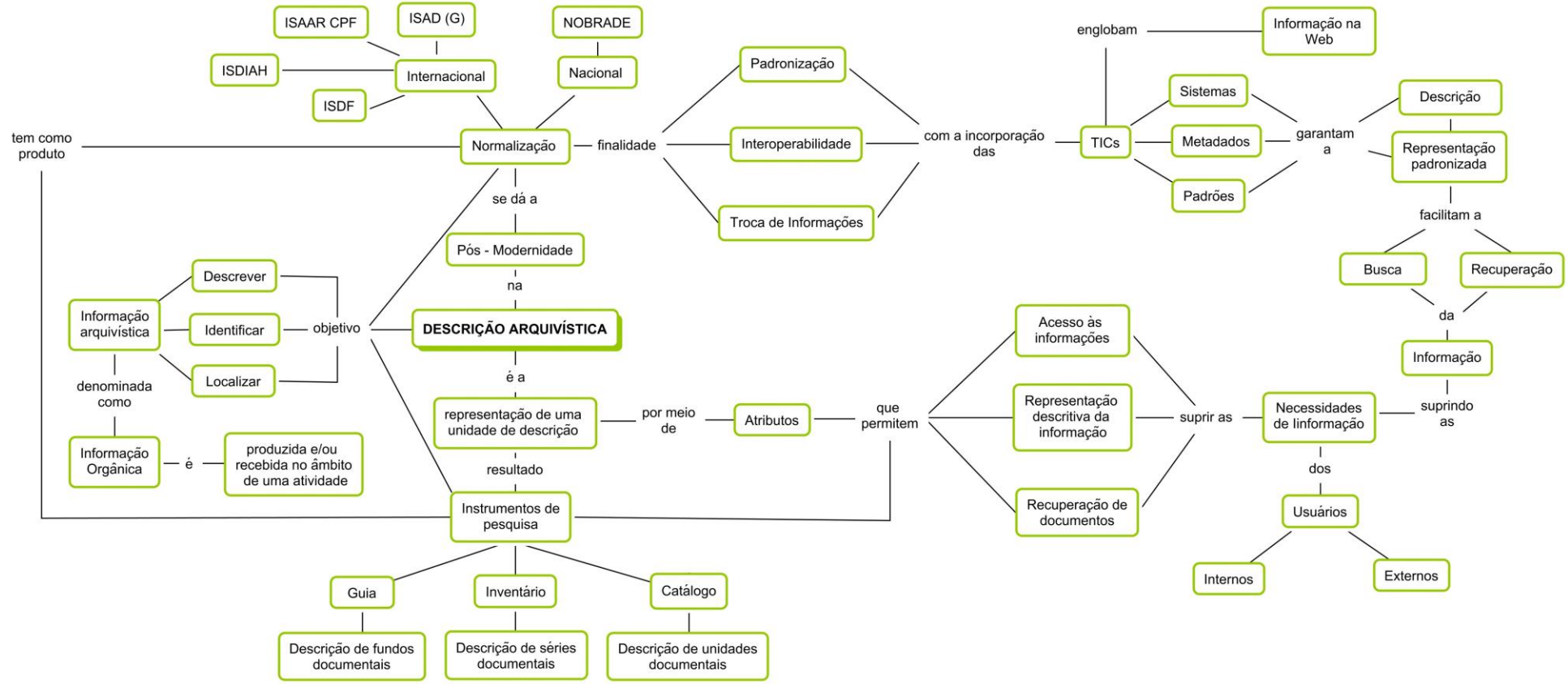
**Metadados estruturais:** Facilitam a navegação e a visualização de recursos de informação, através do estabelecimento de relações intrínsecas e extrínsecas de um recurso ou conjunto de recursos [...].

**Metadados Semânticos:** Eles fornecem às informações sobre os atributos dos recursos um significado ou contexto específico. (2017, p. 4 - 5, tradução nossa).

É evidente que as necessidades atuais em relação à representação da informação em ambientes digitais levaram à criação de sistemas, metadados e padrões de metadados com o objetivo de dar sentido às informações armazenadas na *Web*. A criação, aplicação e uso destes sistemas no processo descritivo permitem que os usuários identifiquem e recuperem os documentos, facilitando ainda a integração dos arquivos na nova dinâmica da sociedade, caracterizada pela presença das TIC. (LLANES PADRÓN, 2016).

Para finalizar, no seguinte mapa conceitual sintetizamos o tópico apresentando os elementos que identificam a descrição arquivística e ressaltando suas características, evolução, objetivos, funções e finalidades.

Figura 3 – Descrição Arquivística: Mapa Conceitual



Fonte: elaborado pela própria autora (2021).

#### 4. A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA BIBLIOTECONOMIA

---

Neste tópico, abordaremos, em traços gerais, a catalogação descritiva da informação na Biblioteconomia, com a finalidade de identificar, segundo os principais fatos e acontecimentos históricos, seu desenvolvimento, traçando a partir de três momentos relevantes – primeiros códigos de catalogação; a padronização internacional; e o impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação na catalogação descritiva – sua trajetória histórica. Ressaltamos os estudos e revisões realizados relacionados aos fundamentos teóricos e práticos da catalogação, os quais têm como resultado a elaboração de normas, regras, padrões, sistemas, entre outros princípios que consolidam o processo de catalogação descritiva e têm permitido sua evolução, respondendo adequadamente às mudanças sociais, tecnológicas e científicas que se apresentam constantemente.

Iniciamos contextualizando o que é a catalogação descritiva, seus objetivos, funções, características, entre outros aspectos que destacam sua atuação na representação descritiva da informação, além de identificar o catálogo como um instrumento que expõe os atributos dos registros bibliográficos e que, portanto, auxilia à busca, localização, seleção e acesso à informação por parte dos usuários.

Em seguida, apresentamos os primeiros códigos de catalogação, os quais representam os inícios da fundamentação teórica e prática da catalogação nas bibliotecas, onde pesquisadores como Panizzi, Jewett, Cutter, entre outros, dedicaram seu tempo ao estudo e desenvolvimento de teorias e códigos que determinam as regras e princípios para a realização dos catálogos, além de ser a base para pesquisas e revisões que fomentaram a normalização internacional da catalogação descritiva, possibilitando a elaboração e publicação de normas como o código AACR2, a RDA, a ISBD e o modelo conceitual FRBR, visando estabelecer a padronização e a uniformidade do tratamento descritivo da informação.

Logo após, destacamos o impacto das TIC na catalogação descritiva, processo que sofreu diversas mudanças e avanços e que traz consigo vantagens no aprimoramento da automatização das bibliotecas e dos serviços em rede como o desenvolvimento de padrões e formatos de metadados, tais como o Marc 21 e o Dublin Core, sistemas e metodologias que se adaptam às atuais

exigências tecnológicas e permitem suprir as necessidades de informação dos diferentes usuários. E finalizamos sintetizando o tópico mediante um mapa conceitual que representa o processo de catalogação descritiva na Biblioteconomia.

#### 4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA

Na Biblioteconomia, a representação descritiva da informação é denominada como catalogação descritiva ou descrição bibliográfica e tem como objetivo principal a descrição das diferentes unidades documentais, possibilitando a identificação dos documentos, a partir da aplicação de atividades como o levantamento dos atributos dos documentos e a cognição das características do usuário (MEY; SILVEIRA, 2009). Segundo as autoras, a catalogação é:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros de conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros de conhecimento e as mensagens internas dos usuários. (2009, p. 7).

A catalogação implica ter conhecimentos detalhados dos acervos, dos documentos e das necessidades dos usuários para garantir o acesso à informação. É evidente que a catalogação evoluiu de uma simples técnica de elaboração de catálogos para um processo que se fundamenta “nos relacionamentos entre os registros de conhecimento, estabelecidos de forma a criar alternativas de escolha para os usuários” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 8). A catalogação, então, orienta e abrange as necessidades informacionais dos usuários.

Segundo Vieira, a catalogação “é um conjunto de informações que visam à representação do conhecimento a partir do exame e da extração de informações de um documento, conforme regras fixas, precisando uma descrição única do documento” (2014, p. 109). O exame faz referência à “leitura técnica do documento” a qual permite a compreensão dos documentos e auxilia ao catalogador na descrição e identificação das características do documento. (VIEIRA, 2014).

Mey e Silveira (2009) expõem que deve existir um trabalho de cooperação entre as bibliotecas, possibilitando a integração de diversas atividades, pois a realização da descrição bibliográfica torna-se um processo mais ágil; os acervos são incrementados e se obtém uma redução de custos. Refletindo na integração das bibliotecas, encontramos que a catalogação cooperativa, a catalogação na fonte e a catalogação na publicação se baseiam no princípio de

catalogar uma só vez um livro e disponibilizar os dados às bibliotecas interessadas, fornecendo benefícios em relação a economizar tempo, recursos financeiros e recursos humanos. (VIEIRA, 2014).

De acordo com Vieira (2014), a catalogação cooperativa teve seu início em 1901 pela *Library of Congress* (LC), quando a catalogação era centralizada, e já na década de 1960, com o uso dos computadores, o formato MARC foi criado e utilizado como padrão para o registro e troca de informações eletrônicas, tornando eficaz o sistema de cooperação, ou seja, o MARC facilita a criação e disseminação de catalogação computadorizada entre as bibliotecas. Com base nesta automatização, evidenciam-se redes de bibliotecas como a *Online Computer Library Center* (OCLC), a qual fornece seus serviços a mais de 50.000 bibliotecas em diversos países, permitindo a estruturação de redes de informação que influem diretamente na catalogação cooperativa ou compartilhada, “devido à rapidez no processamento e à diminuição de custos” (VIEIRA, 2014, p. 111).

Vieira (2014) destaca ainda que a catalogação na fonte e a catalogação na publicação surgiram fundamentadas nas vantagens que representam na realização de uma única catalogação do livro antes de sua publicação, as quais foram evidenciadas por bibliotecários norte-americanos no transcurso de 1850, argumentando que com a implementação destas evita-se o desperdício de recursos, de tempo e o retrabalho. A proposta foi apresentada em 1877 na conferência criada pela ALA para estudar a factibilidade da catalogação na fonte, a qual “seria dividida em três subprodutos: Impressão dos registros catalográficos no livro; impressão de uma ficha catalográfica que seria enviada aos assinantes do serviço; publicação da ficha nas revistas *Library Journal* e *Publishers Weekly*” (VIEIRA, 2014, p. 111). O programa foi implementado, mas o reduzido número de assinantes o tornou inviável financeiramente.

A *Library of Congress* retomou o projeto em 1971 com uma nova denominação - catalogação na publicação, sendo atualmente um processo restrito aos EUA, por ser realizado de forma seletiva e geralmente não incluir todos os dados na publicação (VIEIRA, 2014). No caso do Brasil, a Lei No 10.753, de 30 de outubro de 2003, “institui a Política Nacional do Livro” e no capítulo III, Art. 6º, dispõe que “Na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação” (BRASIL, 2003, n.p.), fornecendo completamente os dados catalográficos e incluindo informações

sobre a descrição física.

Segundo Souza (2009, p. 86 – 87), “[...] a Catalogação compreende três partes: dados de localização, descrição bibliográfica – também chamada representação descritiva ou catalogação descritiva – e pontos de acesso”.

A descrição bibliográfica é tanto um produto quanto um processo (ou operação). Enquanto processo realiza: a descrição da parte física do documento; a descrição dos elementos de identificação do documento, o que inclui: o documento como um todo e as partes distintas que o compõem e a indicação das relações bibliográficas com elementos descritivos de outros documentos. Enquanto produto, a descrição bibliográfica pode ser vista como um conjunto organizado de informações acerca de determinado documento, destinado a fornecer uma descrição única deste documento, não ambígua, permitindo sua identificação em catálogos e bases de dados. (SOUZA, 2009, p. 86 – 87).

A autora expõe que a descrição bibliográfica é um processo e um produto, uma vez que, na realização desta atividade, não só se permite a descrição e identificação dos elementos físicos do documento, mas também se obtém um produto, uma ferramenta ou instrumento que fornece informação devidamente organizada, possibilitando a comunicação entre o usuário e os documentos.

A catalogação é o processo de análise, descrição e seleção dos elementos de informação, permitindo a identificação dos documentos e possibilitando pontos de acesso para sua recuperação, portanto, sua finalidade é caracterizar fisicamente o item bibliográfico e expandir seus pontos de acesso para sua posterior identificação e localização. De acordo com esta consideração e segundo Garrido Arilla (1996) e Mey e Silveira (2009), a catalogação é constituída por três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização.

Estas partes se ligam ao fato de que a catalogação deve individualizar os recursos bibliográficos, de forma a que não sejam confundidos entre si; reunir recursos bibliográficos por suas semelhanças, estabelecendo relações entre si, e, finalmente, permitir a localização de um recurso bibliográfico específico em acervo determinado. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 94).

Para as referidas autoras (2009), a descrição bibliográfica possibilita a individualização do recurso bibliográfico, tornando-o único entre os demais, mediante sua caracterização, ou seja, extrai do item bibliográfico toda a informação relevante para o usuário com base no disposto na norma internacional de descrição bibliográfica vigente, neste caso, a norma ISBD (*International Standard Bibliographic Description*), atendendo às disposições feitas pela Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC).

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação define os pontos de acesso como: “Um nome, termo, código e entre outros pelo qual os dados bibliográficos ou de autoridade são pesquisados e identificados [...]” (IFLA, 2016, p. 17). Caracterizando e relacionando os registros de autoridade por unidades de descrição (autor, título, edição, entre outros). O uso destes pontos de acesso pelos usuários possibilita coletar e limitar os resultados da pesquisa, fornecendo uma recuperação confiável. Os pontos de acesso podem ser controlados - incluem formas autorizadas de nome e se encontram registrados nos dados de autoridade - ou não controlados - não estão controlados pelos dados de autoridade -. (IFLA, 2016).

Os dados de localização “são as informações que permitem ao usuário localizar um item em determinado acervo, real ou ciberespacial” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 96). No Brasil, trata-se do número de chamada, o qual reúne os registros de autoridade por semelhança.

Segundo Mey e Silveira (2009), o conjunto completo de representação com cada uma de suas partes é identificado como registro bibliográfico ou dados bibliográficos, definidos pela declaração PIC como “um conjunto de elementos de dados que descreve e proporciona o acesso a um recurso bibliográfico” (IFLA, 2016, p. 14). Além das três partes da catalogação que foram referenciadas anteriormente (descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização), a realização de um registro bibliográfico implica primeiramente uma análise preliminar do recurso bibliográfico, com o objetivo de verificar se o item já se encontra na biblioteca; se existem mais exemplares; se é uma nova edição ou se já existem dados bibliográficos do item, entre outros aspectos que visem à não duplicação de informação; e também é preciso realizar uma leitura técnica do registro bibliográfico por parte do bibliotecário para o levantamento das informações necessárias para sua representação. (MEY; SILVEIRA, 2009).

O processo de catalogação conta com diversas características que visam principalmente abranger os interesses dos usuários, Mey e Silveira (2009) expõem as seguintes: integridade, clareza, precisão, lógica e consistência. Igualmente os PIC apresentam doze princípios que “regem a criação e o desenvolvimento dos códigos de catalogação” (IFLA, 2016, p. 5). A seguir, no Quadro 8, se especificam as características definidas pelas autoras.

**Quadro 8 – Características da catalogação**

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Integridade	Fidelidade, honestidade na representação, transmitindo informações passíveis de verificação.
Clareza	A mensagem deve ser compreensível aos usuários.
Precisão	Cada uma das informações só pode representar um único conceito, sem dubiedades ou dúvidas.
Lógica	As informações devem ser organizadas de modo lógico.
Consistência	A mesma solução deve ser sempre usada para informações semelhantes.

**Fonte:** adaptado de Mey e Silveira (2009, p. 5).

Na prática da catalogação, os catálogos representam um instrumento que auxilia aos usuários na busca, acesso e recuperação dos recursos bibliográficos e apoiam igualmente o desenvolvimento das atividades próprias das bibliotecas, pois “os catálogos veiculam as mensagens elaboradas pela catalogação” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 13). Fiuza destaca a “etimologia da palavra **catálogo** (do grego katalogos): **Kata** -- por, ou de acordo com; **Logos** – palavra, ordem, razão” (1987, p. 43), portanto, catálogo significa de acordo com a ordem ou razão.

Segundo Mey e Silveira (2009), o catálogo expõe os atributos dos recursos bibliográficos e os relacionamentos entre eles por meio de mensagens. Dessa maneira, as autoras definem o catálogo como:

[...] um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. (2009, p. 12).

Os catálogos podem ser manuais ou automatizados. Os catálogos manuais são apresentados em formas de fichas e são organizados alfabética e sistematicamente, sendo que estes tipos de catálogos foram mais implementados no começo da catalogação, quando ainda não existiam computadores para sua automatização. Já os catálogos automatizados são aqueles em linha, ou seja, conectados a redes e servidores, sendo estes os mais utilizados atualmente. (MEY; SILVEIRA, 2009).

De acordo com Mey e Silveira (2009), a uniformidade, a economia e a atualização dos catálogos constituem as principais qualidades de sua elaboração, permitindo sua compreensão, a economia de recursos e a atualidade dos catálogos.

#### 4.2. PRIMEIROS CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO

Os catálogos e os códigos de catalogação vêm sendo desenvolvidos desde a antiguidade e aprimorados continuamente na sua estrutura, alcance e automatização para atender a diversas necessidades e aos diferentes avanços sociais, tecnológicos e acadêmicos. Segundo a literatura da área e tendo como base o exposto por Garrido Arilla (1996) e Fiuza (1987), um dos primeiros códigos de catalogação com grande influência no mundo da catalogação foi “as 91 regras de Panizzi”, elaborado, em 1841, por Anthony Panizzi, em seu trabalho como bibliotecário assistente no *British Museum*, o qual tinha como objetivo definir padrões para criar um catálogo geral dos documentos. Os primeiros códigos de catalogação fundamentam-se no crescimento acelerado dos museus e bibliotecas, sendo necessário criar novos princípios para a organização dos livros e documentos.

Apresentamos, no Quadro 9 que segue, os primeiros códigos de catalogação elaborados por grandes pensadores, destacando que a tradição anglo-americana influenciou a Biblioteconomia Brasileira. (FIUZA, 1987).

**Quadro 9 - Primeiros códigos de catalogação**

AUTOR	CÓDIGO - DATA	DESCRIÇÃO
Calímaco	Catálogo <i>Pinakoi</i> – Idade Antiga	Um dos primeiros catálogos de livros, o qual catalogava a coleção de literatura da Biblioteca de Alexandria.
	Código Catalográfico francês - 1791	Publica-se na época da Revolução Francesa após o confisco das bibliotecas privadas dos nobres e do clero.
Anthony Panizzi	91 regras - 1841	O primeiro dos códigos modernos de grande influência no mundo da catalogação. Contém as famosas noventa e uma regras para a compilação do catálogo de livros

		impressos, mapas e materiais musicais do <i>British Museum</i> .
Charles Coffin Jewett	Sobre a construção de catálogos. ( <i>On the construction of catalogs</i> ) - 1852	Primeiras regras americanas que incluem a lista de assuntos complementares. Neste trabalho, a catalogação cooperativa centralizada já é recomendada.
Charles Ammi Cutter	Regras para um catálogo dicionário ( <i>Rules for a dictionary catalog</i> ) - 1876	Tem grande influência no mundo bibliotecário anglo-saxão. Elas são a base da catalogação americana. Inclui regras para autor e assunto. Cutter já propõe três maneiras de catalogar diferente: uma catalogação detalhada, outra imediata e outra extensa.
	Instruções Prussianas - 1899	Regras que foram amplamente aceitas na Alemanha e em outros países europeus. Elas incluem indicações incomuns sobre autor corporativo e obras anônimas.
Seymour Lubetzky	Regras e princípios da Catalogação ( <i>Cataloging rules and principles</i> ) - 1953	Sua obra fundamenta o trabalho de catalogação em "princípios" ou "condições", ao invés de "casos". Considera-se este trabalho como um dos eventos mais importantes na história da catalogação do século XX.

Fonte: compilado de Mey e Silveira (2009) e Garrido Arilla (1996).

Durante a Idade Antiga, Calímaco, nascido em Cirene, poeta, bibliógrafo e erudito, se destaca na história do catálogo, pois foi o autor do catálogo denominado *Pinakoi*, palavra que em grego significa tábuas ou mesas. Os *Pinakoi* ou “Tabelas de todos aqueles que foram eminentes em qualquer gênero literário e suas obras” continha mais de 120 volumes da Biblioteca de Alexandria do Egito.

Segundo Hipólito Escolar Sobrino, os *Pinakoi* “são simplesmente um catálogo da Biblioteca de Alexandria. Mas eles são certamente outra coisa, um inventário crítico da literatura Grega, visto que tratam de obras antigas já perdidas no seu tempo e com problemas de autenticidade” (2001, p. 166 – 167, tradução nossa).

O catálogo estava ordenado por assuntos e autores e, de acordo com o sistema de Calímaco, as obras eram divididas em vários grandes assuntos. (MEY; SILVEIRA, 2009). Entre esses assuntos se conhecem alguns, tais como: “épico, tragédia, comédia, filosofia, medicina, retórica, legislação e diversos” (ESCOLAR SOBRINO, 2001, p. 167, tradução nossa).

A Revolução Francesa, por sua parte, influenciou diretamente na catalogação, pois o século XVIII “é marcado pelo desenvolvimento da pesquisa científica e das atividades de estudo, o que levou a um crescimento substancial das bibliotecas na Europa” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 69). As bibliotecas privadas dos nobres e do clero foram confiscadas pelos dirigentes revolucionários, disponibilizando-as para uso público, obrigando-os a estabelecer normas para sua organização. (MEY; SILVEIRA, 2009).

O primeiro código nacional de catalogação francês foi feito em 1791, era um catálogo em fichas, o qual determinava que:

[...] se transcrevesse a página de rosto, sublinhando o sobrenome do autor para alfabetação. Quando não houvesse autor, seria sublinhada a palavra mais significativa do título. Incluíam-se dados físicos: número de volumes, tamanho, ilustrações, material de que o livro era feito, encadernação e indicação de falta de páginas [...] (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 69).

Segundo Fiuza (1987), Panizzi, autor das 91 regras de Panizzi, entendia que os catálogos deveriam ser identificados como um todo, com o objetivo de servir bem aos usuários, ou seja, os catálogos precisariam representar todas as edições, versões, traduções do livro, além de revelar outras obras relacionadas com o interesse dos usuários, porque a verdadeira necessidade dos usuários é a obra contida no livro.

Baseado nesta ideia e com a finalidade de auxiliar ao usuário encontrar a obra desejada e que atenda a seus objetivos, os principais aspectos trabalhados por Panizzi nas 91 regras são: um livro deve estar devidamente representado no catálogo, tendo em conta que não é uma entidade separada, ele faz parte de uma edição de determinada obra ou autor; tem que existir uma entrada a partir de um nome definido para todas as obras de um autor e cada uma de suas edições; igualmente os catálogos precisam ter entradas partindo do título original do livro para todas suas edições (ordenadas cronologicamente) e traduções (ordenadas por língua) e devem ser feitas referências apropriadas. (FIUZA, 1987).

Em relação ao código de Jewett, ele revisou as regras de Panizzi e as adotou para a prática norte-americana e igualmente projetou um sistema de reprodução de fichas que permitiam uma maior cooperação entre as bibliotecas e, assim, o catálogo tornou-se mais flexível. “Suas idéias para um catálogo coletivo nacional, expostas na Conferência dos Bibliotecários Americanos, em 1853, constituíram a base de muitos serviços de catalogação cooperativa e centralizada” (FIUZA, 1987, p. 48). Foi em torno do trabalho de Jewett que apareceram outros autores e pesquisadores destacados, como Cutter, Dewey, entre outros, os quais pouco a pouco conseguiram o estabelecimento de serviços cooperativos de catalogação e a adoção de técnicas comuns de catalogação. (GARRIDO ARILLA, 1996).

Fazendo referência ao trabalho de Cutter, ele escreveu, em 1876, as regras para um catálogo dicionário (*Rules for a dictionary catalog*), este código “permitia escrever um registro bibliográfico com três entradas: autor, título e assunto” (GARRIDO ARILLA, 1996, n.p., tradução nossa). A finalidade de Cutter era ordenar cientificamente os livros para ajudar os estudantes e pesquisadores. Cutter determina que o catálogo deve ser um instrumento para permitir que uma pessoa encontre um livro do qual conhece o autor, o título e/ou o assunto, além de mostrar o que a biblioteca tem de um determinado autor, assunto e/ou espécie de literatura. (FIUZA, 1987).

Já em 1899, foram publicadas as Instruções Prussianas, as quais seguem a tradição de Jewett, pois sua finalidade era a elaboração de um catálogo coletivo unificado, cujas características fundamentais são: Redação clara e sem ambiguidades; conjunto de regras cuidadosamente pensadas e os aspectos essenciais da catalogação são notáveis. (GARRIDO ARILLA, 1996).

Segundo Garrido Arilla (1996), a estrutura das Instruções Prussianas, na primeira e segunda edição em 1908, prioriza a descrição bibliográfica para logo determinar os pontos de acesso. Essas instruções foram aplicadas nas bibliotecas universitárias da Prússia e, em seguida, da Alemanha e da Áustria, permitindo a catalogação cooperativa nas bibliotecas alemãs, tornando-se a primeira catalogação cooperativa na Europa.

Foi evidente a proliferação de códigos de catalogação nos séculos XIX e XX, sendo obras e trabalhos que influenciaram na prática moderna, dessa maneira, nestes séculos, caracterizam-se os fatos notáveis da história da

catalogação. Na biblioteconomia brasileira, o código da Vaticana (*Norme per il catalogo degli stampati*), regras de catalogação para as bibliotecas italianas, exerceu enorme influência a partir de sua primeira edição em espanhol, em 1940, e, posteriormente, em suas duas edições em português em 1949 e 1962. Ensinava-se este código no curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional e eram adotadas estas normas da Vaticana em diversas bibliotecas. (MEY; SILVEIRA, 2009).

No século XX, o trabalho de Lubetzky, intitulado *Cataloging rules and principles*, publicado em 1953, significou uma das obras mais importantes da catalogação descritiva. Segundo a autora Fiuza, a teoria desta obra pode ser resumida nos seguintes pontos:

1. Os objetivos do Catálogo são:
  - mostrar se a biblioteca possui ou não um item determinado, publicado sob um nome de autor ou sob um título determinado;
  - identificar o autor e a obra representado pelo item e relacionar as várias obras do autor e as várias edições da obra.
2. As duas funções do Catálogo são:
  - localizar documentos, atendendo ao 1º objetivo;
  - agrupar documentos, atendendo ao 2º objetivo.
3. Os problemas encontrados nas entradas de autor e título podem ser agrupados em blocos e resolvidos através de princípios básicos, visando a consistência do catálogo. (1987, p. 50).

A perspectiva dos catálogos muda no século XX a partir da impressão e venda de fichas pela *Library of Congress* (LC), em 1901, resultando numa padronização baseada na utilização de fichas idênticas pelas bibliotecas, pois bastava acrescentar os cabeçalhos. Após este acontecimento, a *American Library Association* (ALA) estabelece uma comissão para estudar as regras da LC em colaboração com a *Library Association* da Inglaterra e publica-se, em 1908, a primeira edição do *Cataloging rules: autor and title entries*, utilizando-se as regras de Panizzi, Cutter, Jewett e LC. (MEY; SILVEIRA, 2009).

Segundo os avanços na sociedade em geral e no âmbito da catalogação, as diferentes pesquisas e fatos históricos constituem o fomento para a padronização e normalização internacional do processo de catalogação, estabelecendo-se novos estudos, discussões, encontros, instituições, entre outros, que acompanham de perto e trabalham constantemente no seu desenvolvimento.

#### 4.3. NORMALIZAÇÃO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO DESCRITIVA

A partir da institucionalização no século XX de programas e projetos

internacionais focados em iniciativas de organização documental, foi possível a elaboração de princípios e diretrizes que permitiram estabelecer a uniformidade na descrição bibliográfica (SOUZA, 2009). E, assim como em 1961, a IFLA (*International Federation of Library Associations*) organiza em Paris, com patrocínio da UNESCO, a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, a qual reuniu vários países, a fim de iniciar o primeiro acordo internacional sobre a catalogação, obtendo-se como resultado a declaração de 12 princípios, conhecidos como os Princípios de Paris.

Segundo Souza (2009), a Declaração de Princípios da Catalogação, estabelecida no marco da realização da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, significou o primeiro acontecimento rumo à normalização internacional, orientando até hoje o processo de catalogação, o qual tem se atualizado e modificado conforme as constantes mudanças.

As discussões realizadas no referido evento foram a base da fundamentação de vários códigos, normas e modelos que procuram estabelecer regras e princípios para a catalogação, tais como o código AACR2, as ISDB e o modelo conceitual FRBR, os quais têm se destacado na prática dos bibliotecários.

#### 4.3.1. Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2

A partir das decisões tomadas na ICCP e no trabalho conjunto entre a ALA, a *Canada Library Association* e a *Library Association*, foi publicada, em 1967, a primeira edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (*Anglo-American Cataloging Rules - AACR*), estabelecido como o código padrão de catalogação, por sua grande difusão e por ter sido amplamente adotado na área. Foram publicadas duas versões, uma norte-americana e uma britânica, ambos os textos estavam constituídos de três partes: Parte I - Entrada e Cabeçalhos; Parte II – Descrição; e Parte III - Materiais que não são de livros. No Brasil, foi traduzido, em 1969, com o título de Código Anglo-Americano de Catalogação (CCAA).

Depois da excelente recepção do código, surgem diversas críticas e opiniões apontando para a necessidade de uma revisão contínua do AACR, sendo publicadas em 1969 e 1975 as atualizações com diferentes emendas e alterações.

Ainda em 1974, foi estabelecido o *Joint Steering Committee* (JSC) com o objetivo de integrar as duas versões em um único texto, tendo como editores

Michael Gorman, da Biblioteca Britânica, e Paul W. Winkler, da Biblioteca do Congresso. Segundo o trabalho desenvolvido neste comitê, foi publicada, em 1978, a segunda edição do *Anglo-American Cataloging Rules – AACR2*, a qual está dividida em duas partes: na parte I, intitulada Descrição, são fornecidas informações que descrevem o material que está sendo catalogado e na parte II, intitulada Cabeçalhos, títulos uniformes e referências, apresentam-se as regras para a escolha dos pontos de acesso para entradas. Esta edição foi traduzida no Brasil em dois volumes, um no ano de 1983 e outro em 1985.

Tendo em vista que esta nova edição não apresentava mudanças nem alterações, pois o objetivo foi conciliar e integrar em um só texto as duas versões já existentes e as emendas e alterações que tinham sido divulgadas, foram publicadas várias atualizações do código tendo como base as críticas recebidas e as diferentes mudanças nos suportes de informação e nas expectativas dos usuários (SOUZA, 2009). Desde então, o JSC, por meio do *Joint Steering Committee for Revision of AAC*, trabalhou no programa de investigação e reforma do código, “iniciando com a Conferência Internacional sobre Princípios e Desenvolvimentos Futuros do AACR, realizado em Toronto em 1997” (CÓDIGO, 2002, p. xxvii). Foram lançadas diferentes revisões nos anos de 1988, 1998 e 2002, o código continuou com o mesmo nome, não se criaram novas edições, só foi adicionada a anotação da revisão seguida do ano, como, por exemplo, revisão 2002.

O *Anglo-American Cataloging Rules*, segunda edição, revisão 2002, foi lançada em versão impressa e “representa um marco na história da publicação do código” (CÓDIGO, 2002, p. xxvii). Esta revisão foi traduzida no Brasil, em 2004, sob a responsabilidade da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).

Segundo a versão em língua portuguesa do CCAA (2002), a estrutura da revisão 2002 se encontra conformada inicialmente pelas comissões, o prefácio à revisão de 2002, o sumário das revisões das regras desde a segunda edição do AACR (Revisão 1998) e a introdução geral. Em seguida, apresentam-se a PARTE I: Descrição, constituída por uma introdução e 13 capítulos respectivamente, e a PARTE II: Pontos de Acesso, Títulos Uniformes, Remissivas, composta de uma introdução e 6 capítulos, finalizando assim com os apêndices, 6 especificamente, e o índice. O código fornece diferentes regras para a elaboração de catálogos ou listas em bibliotecas gerais, incluindo a descrição e a provisão de pontos de acesso para

todos os materiais que podem ser encontrados nas bibliotecas, tais como: Livros, folhetos e folhas impressas; Materiais Cartográficos; Manuscritos; Música, Gravações de som; Filmes cinematográficos e gravações de vídeo; Materiais Gráficos; Recursos eletrônicos; Artefatos tridimensionais; Microformas.

As regras da parte I baseiam-se na estrutura geral do ISBD (G) (*General International Standard Bibliographic Description*) conforme acordo entre a IFLA e a Comissão Conjunta para Revisão do AACR e as regras na parte II “se baseiam na proposição de que para cada item descrito se faça uma *entrada principal* suplementada por *entradas secundárias*” (CÓDIGO, 2002, p. 1).

As regras obedecem à seqüência das operações executadas atualmente, pelos catalogadores, na maioria das bibliotecas e entidades bibliográficas. A parte I se refere às instruções relativas às informações para descrição do item que está sendo catalogado e a parte II trata da determinação e do estabelecimento de cabeçalhos (pontos de acesso) sob os quais a informação descritiva será apresentada aos usuários e, também, da elaboração de remissivas para esses cabeçalhos [...]. (CÓDIGO, 2002, p. 1).

As regras de ambas as partes se encontram apresentadas do geral ao específico. No seguinte Quadro 10, apresentamos a estrutura geral do Código de Catalogação Anglo-Americano segunda edição, revisão 2002, tradução do Brasil.

#### Quadro 10 – Estrutura da AACR2, revisão 2002

Comissões; Prefácio à revisão de 2002; Sumário das revisões das regras desde a segunda edição do AACR (Revisão 1998); Introdução Geral.	
<b>PARTE I - DESCRIÇÃO</b> Introdução Parte I <b>1</b> Regras Gerais de Descrição <b>2</b> Livros, Folhetos e Folhas impressas <b>3</b> Materiais Cartográficos <b>4</b> Manuscritos (incluindo Coleções Manuscritas) <b>5</b> Música <b>6</b> Gravações de Som <b>7</b> Filmes Cinematográficos e Gravações de Vídeo <b>8</b> Materiais Gráficos <b>9</b> Recursos Eletrônicos <b>10</b> Artefatos Tridimensionais. <b>11</b> Microformas <b>12</b> Recursos Contínuos <b>13</b> Análise	<b>PARTE II - PONTOS DE ACESSO, TÍTULOS UNIFORMES, REMISSIVAS</b> Introdução Parte II <b>21</b> Escolha dos Pontos de Acesso <b>22</b> Cabeçalhos para Pessoas <b>23</b> Nomes Geográficos <b>24</b> Cabeçalhos para Entidades <b>25</b> Títulos Uniformes <b>26</b> Remissivas
APÊNDICES: <b>A</b> Maiúsculas e Minúsculas - <b>B</b> Abreviaturas - <b>C</b> Numerais - <b>D</b> Glossário - <b>E</b> Artigos Iniciais - <b>F</b> Apêndice à Tradução Brasileira <b>ÍNDICE</b>	

Fonte: compilado de CÓDIGO (2002, p. xvii).

Após a realização da *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, em 1997, em Toronto – Canadá, estabeleceu-se o desenvolvimento da terceira edição do AACR, denominado AACR3. A divulgação dos rascunhos, em 2005, permitiu evidenciar que se tratava de uma nova abordagem, por isso, toma-se a decisão de adotar o título: *Resource Description and Access (RDA)*. (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013). Assim, depois de disponibilizar para revisão vários rascunhos, minutas e uma nova organização para o RDA, entre 2006 e 2009, publica-se, em junho de 2010, o RDA desenvolvido em um processo colaborativo liderado pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA*.

RDA é um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções para a criação de metadados de recursos de patrimônio cultural e de bibliotecas que são bem formados de acordo com modelos internacionais para aplicativos de dados vinculados focados no usuário. (RDA, 2020, *online*, tradução nossa).

O RDA está fundamentado nos modelos conceituais FRBR e FRAD, os quais identificam as relações que uma obra pode ter com cada uma das entidades elencadas nos modelos. Por ser uma ferramenta *online*, baseada na *web*, facilita a eficiência da catalogação, uma vez que precisam ser organizadas para se adequar a tarefas particulares e para catalogar diversos tipos específicos de matérias, ou seja, ele pode recuperar todas as regras necessárias ao material que está sendo catalogado, além disso, permite que os usuários acrescentem anotações próprias, possibilitando a integração em rede, aperfeiçoando o fluxo e desempenho do trabalho dos catalogadores. (RDA, 2010).

A estrutura geral do RDA está composta de duas partes, a primeira parte, intitulada Registro dos atributos das entidades, está integrada por quatro seções e a segunda parte, com o título Registro dos relacionamentos entre as entidades, está conformada por seis seções. Além disso, possui doze apêndices com instruções que complementam as seções. (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013).

#### 4.3.2. ISBD

Paul Otlet e Henry La Fontaine fundaram, em 1895, o *Institut International de Bibliographie* (IIB) com o objetivo de criar um repertório bibliográfico universal, o que levou a um segundo objetivo, o desenvolvimento da Classificação Decimal Universal (CDU), ambos acreditavam que a bibliografia universal seria fundamental para a paz (MEY; SILVEIRA, 2009). A publicação da *International*

*Standard Bibliographic Description* (ISBD) indica o mesmo objetivo, um controle bibliográfico universal, “Restringindo-se aos elementos descritivos, utiliza uma pontuação rígida como linguagem para identificação desses elementos e, conseqüentemente, intercâmbio de informações” (MEY, 1986, p. 305).

Segundo aponta Maringelli (2016), a ISBD ou Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada surgiu a partir da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague no ano de 1969, na qual participaram catalogadores de diferentes países com a finalidade de promover a padronização a nível internacional e possibilitar o compartilhamento de dados bibliográficos.

Esta reunião produziu uma resolução que propôs a criação de normas para regularizar a descrição bibliográfica na sua forma e conteúdo. Como resultado, a Comissão de Catalogação determinou que o seu trabalho prioritário seria providenciar os meios para incrementar consideravelmente a partilha e troca de dados bibliográficos. Este trabalho resultou no conceito da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD) [...] (IFLA, 2002b, p. ii, tradução nossa).

A ISBD dividiu-se em oito áreas de tipos de informação, ou seja, “cada uma das unidades de informação dentro de uma área” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 105), sendo publicadas as seguintes edições: ISBD (M) monografias; ISBD (S) seriado, que se tornou posteriormente em ISBD (CR) recursos contínuos; ISBD (G) geral; ISBD (CM) material cartográfico; ISBD (CF) arquivo de computador, torna-se depois em ISBD (ER) recursos eletrônicos; ISBD (NBM) materiais não livro; ISBD (A) publicações monográficas antigas e a ISBD (PM) música impressa. (SILVA, 2016). No Quadro 11, apresentamos o alcance e evolução de cada uma das ISBDs.

Quadro 11 – Alcance e evolução das ISBDs

ISBD	ALCANCE	EVOLUÇÃO	
<b>ISBD (M)</b> <i>International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications</i>	Especifica os requisitos para a descrição e identificação de publicações monográficas. Limita-se a publicações emitidas em 1801 ou posterior. (IFLA, 2002b).	1971	Publicação texto inicial.
		1973	1ª edição texto original inglês adaptado por várias agências bibliográficas e traduzido em diferentes idiomas.
		1978	Edição revisada.
		1987	Edição revisada.
		2002	Edição revisada.
<b>ISBD (S)</b> <i>International Standard Bibliographic Description for Serials</i>  <b>ISBD (CR)</b> <i>International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources</i>	Especifica os requisitos para a descrição e identificação de publicações em série e outros recursos contínuos. “Os recursos contínuos consistem em recursos bibliográficos que são publicados ao longo do tempo, sem conclusão. Esses recursos contínuos incluem publicações em série e recursos de integração contínuos. Enquanto os seriados são emitidos em uma sucessão de questões ou partes discretas, integrando recursos são adicionados ou alterados por meios de atualizações que não permanecem discretas e são integradas no todo” (IFLA, 2002a, p. 1, tradução nossa).	1974	Lançamento da 1ª edição.
		1977	Edição revisada e harmonizada com a AACR2.
		1988	Edição revisada.
		2002	Edição revisada e se tornou ISBD (CR) <i>International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources</i> .

<b>ISBD (CM)</b> <i>International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials</i>	Especifica os requisitos para a descrição e identificação de materiais cartográficos. “Os materiais cartográficos são todos os materiais que representam, no todo ou em parte, a terra ou qualquer corpo em qualquer escala, como mapas e planos bidimensionais e tridimensionais; mapas digitais; aeronáutico, cartas de navegação e celestes; globos; diagramas de blocos; seções do mapa; aérea, satélite e espaço fotografias; imagens de sensoriamento remoto; atlas; vistas panorâmicas, etc” (IFLA, 1987a, p. 1, tradução nossa).	1977	Publicação da 1ª edição.
		1987	Edição revisada.
<b>ISBD (NBM)</b> <i>International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials</i>	Especifica os requisitos para a descrição e identificação de materiais que não são livros. “Por itens monográficos não pertencentes ao livro deve-se entender uma variedade de materiais (exceto aqueles que são os sujeitos de outras ISBDs) tendo como objetivo principal a transmissão de ideias, informação ou conteúdo estético (IFLA, 1987b, p. 1, tradução nossa).	1977	Lançamento da 1ª edição.
		1987	Edição revisada.
<b>ISBD (G)</b> <i>General International Standard Bibliographic Description</i>	Especifica os requisitos para a descrição e identificação dos tipos mais comuns de recursos que provavelmente aparecerão em coleções de biblioteca. (IFLA, 2004).	1975	O Comitê responsável pela AACR propôs ao Comitê de Catalogação da IFLA o desenvolvimento de uma norma de descrição bibliográfica geral.
		1977	Publicação da 1ª edição.

		1992	Edição revisada.
		2004	Edição revisada.
<b>ISBD (A)</b> <i>International Standard Bibliographic Description for Antiquarian</i>	Especifica os requisitos para a descrição e identificação para Publicações Monográficas Mais Antigas (Antiquário). “Publicações monográficas mais antigas são principalmente aquelas produzidas antes da introdução da impressão por máquina no século XIX e incluem aquelas publicadas para distribuição limitada ou para venda sob demanda” (IFLA, 2006, p. 1, tradução nossa).	1980	Lançamento da 1ª edição.
		1991 2006	Edição revisada. Edição revisada.
<b>ISBD (PM)</b> <i>International Standard Bibliographic Description for Printed Music</i>	Especifica os requisitos para a descrição e identificação para partituras de música impressa. “Publicações musicais incluem publicações em formato legível ou em relevo para uso de cegos e incluem aquelas publicadas para distribuição limitada ou para venda sob demanda” (IFLA, 1991, p. 1, tradução nossa).	1980	Publicação da 1ª edição.
		1991	Edição revisada
<b>ISBD (CF)</b> <i>International Standard Bibliographic</i>	Especifica os requisitos para a descrição e identificação para recursos eletrônicos. “Recursos eletrônicos consistem em materiais controlados por computador,	1990	Lançamento da 1ª edição.

<p><i>Description for Computer Files</i></p> <p><b>ISBD (ER)</b></p> <p><i>International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources.</i></p>	<p>incluindo materiais que requerem a utilização de um periférico (por exemplo, um leitor de CD-ROM) ligado a um computador; os itens podem ou não podem ser usados no modo interativo” (IFLA, 1997, p. 1, tradução nossa).</p>	<p>1997</p>	<p>Edição revisada e torna-se ISBD (ER) <i>International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources.</i></p>
---	---	-------------	---

**Fonte:** compilado de Silva (2016); IFLA (1987a; 1987b; 1991; 1997; 2002a; 2002b; 2004; 2006).

Em 2003, na conferência da IFLA, em Berlim, decidiu-se pela constituição do Study Group on Future Directions of the ISBDs com a finalidade de preparar um texto definitivo para a consolidação de todas as ISBDs, cujo resultado foi o lançamento da edição preliminar consolidada da ISBD no ano 2007. O texto foi estabelecido em uma nova estrutura, integrando as diferentes versões publicadas dos diversos tipos de material e agregando-se também as revisões de ISBD dos últimos anos. (IFLA, 2011).

A ISBD consolidada pretende servir como um padrão para a descrição de todos os tipos de materiais publicados até a presente data, e para facilitar a descrição de recursos que compartilham características de mais de um formato. Além disso, facilita o trabalho de manter a ISBD atualizada e consistente para o futuro. (IFLA, 2011, p. xii, tradução nossa).

Ao longo de um período de revisões, publicou-se, em 2011, a edição consolidada da ISBD. Esta versão apresenta uma nova área e “reflete o esforço para trazer a descrição de todos os materiais para um estado comum de conformidade com o FRBR” (IFLA, 2011, p. ix, tradução nossa), designando elementos obrigatórios ou opcionais de acordo com o FRBR.

A ISBD consolidada está conformada por 9 áreas, as quais são:

- ÁREA 0 – área da forma de conteúdo e tipo de meio.
- ÁREA 1 – área do título e indicação de responsabilidade.
- ÁREA 2 – área da edição.
- ÁREA 3 – área dos detalhes específicos do material.
- ÁREA 4 – área da publicação, distribuição.
- ÁREA 5 – área da descrição física.
- ÁREA 6 – área da série e recurso monográfico multiparte.
- ÁREA 7 – área das notas.
- ÁREA 8 – área do número normalizado e das modalidades de aquisição.

A Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada sempre está focada em servir como norma fundamental para a promoção do controle bibliográfico universal. “Desde o início, o principal objetivo da ISBD tem sido proporcionar consistência para o intercâmbio de informações bibliográficas” (IFLA, 2011, p. x, tradução nossa). O objetivo é que todo tipo de informação bibliográfica publicada no mundo, nos diferentes recursos, esteja disponível em qualquer lugar de forma ágil,

rápida e aceitável para as diversas necessidades do usuário. (IFLA, 2011).

A ISBD consolidada e as demais ISBDs definem que a descrição bibliográfica é “um conjunto de dados bibliográficos que descrevem e identificam um recurso” (IFLA, 2011, p. 320, tradução nossa).

#### 4.3.3. Modelo FRBR

Os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), ou, em português, os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, são um modelo conceitual de tipo entidade-relacionamento para o universo bibliográfico. O modelo conceitual representa “[...] o *design* do sistema, pautado no domínio para o qual o mesmo está sendo desenvolvido, de modo a descrever os elementos que deverão ser modelados e prever como estes se relacionarão uns com os outros. (SILVA; SANTOS, 2012, p. 123).

O grupo de estudo da IFLA sobre os FRBR investigou e desenvolveu este modelo entre os anos de 1992 e 1995, publicando, em 1998, o relatório final. Segundo Tillett (2004), os FRBR não só fornecem uma visão atual sobre a estrutura e relacionamentos dos registros bibliográficos e de autoridade, mas também proveem um vocabulário mais preciso para auxiliar a elaboração de regras de catalogação e o *design* de sistemas para o atendimento das necessidades dos usuários. Os objetivos dos FRBR especificados no relatório final são:

O primeiro é fornecer um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar os dados que são especificados em registros bibliográficos às necessidades dos usuários. O segundo objetivo é recomendar um nível básico de funcionalidade para registros criados por entidades bibliográficas nacionais. (IFLA, 2009, p. 7, tradução nossa).

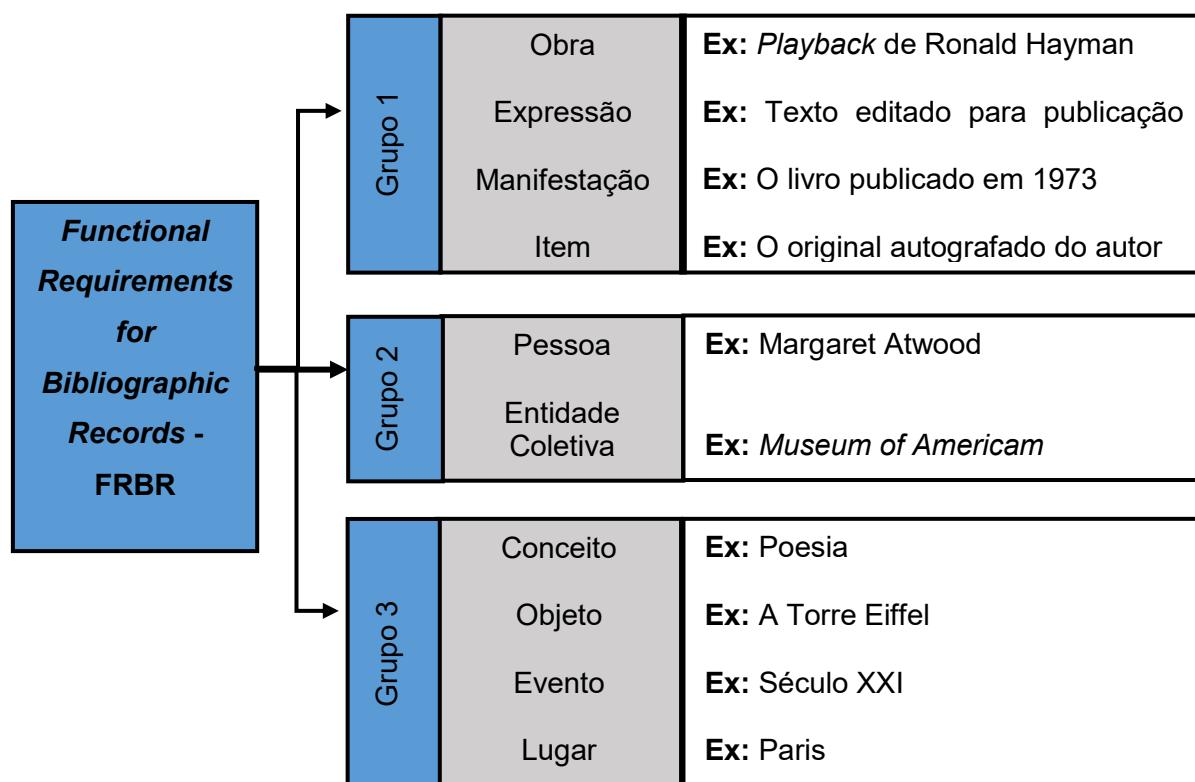
Com base no exposto pelas autoras Mey e Silveira (2009), os FRBR não descrevem a forma de apresentação dos elementos, ou seja, não são um código de catalogação. Eles são um modelo conceitual que contribui para a base conceitual do aprimoramento das normas, formatos e regras de catalogação.

O modelo FRBR, usando como metodologia de análise o modelo entidade-relação (E-R), apresenta: as entidades dos registros bibliográficos, um total de 10 entidades especificamente; os atributos associados a cada uma das entidades; as relações entre as entidades e as tarefas do usuário.

As entidades são o aspecto mais importante do modelo FRBR, elas “representam os principais objetos de interesse para os usuários de dados bibliográficos” (IFLA, 2009, p. 13, tradução nossa). As entidades estão divididas em três grupos: o grupo 1: Obra, expressão, manifestação e item; o grupo 2: Pessoa e entidade coletiva; e o grupo 3: Conceito, objeto, evento e lugar.

Na Figura 4, que segue, apresentamos graficamente a estruturação das entidades do modelo FRBR e expomos alguns exemplos.

**Figura 4 – Exemplos das entidades do modelo FRBR**



**Fonte:** adaptado de IFLA (2009).

O primeiro grupo inclui os produtos do trabalho intelectual ou artístico. A *obra* é uma criação intelectual ou artística distinta; a *expressão* é a realização intelectual ou artística de uma obra; a *manifestação* é a materialização de uma expressão de uma obra e o *item* é a exemplificação única de uma manifestação. No segundo grupo, está a pessoa e entidade coletiva, as quais “representam os responsáveis pelo conteúdo, produção, disseminação e, ou, guarda das entidades do primeiro grupo” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 18). A *pessoa* é um indivíduo e a *entidade coletiva* é uma organização, um grupo de indivíduos ou organizações agindo coletivamente. O grupo três compreende as entidades que, segundo Mey e Silveira (2009, p. 18), “representam os assuntos de uma obra”. O

*conceito* é uma noção ou ideia abstrata; o *objeto* é uma coisa material; o *evento* é uma ação ou ocorrência e o *lugar* é uma localização. (IFLA, 2009).

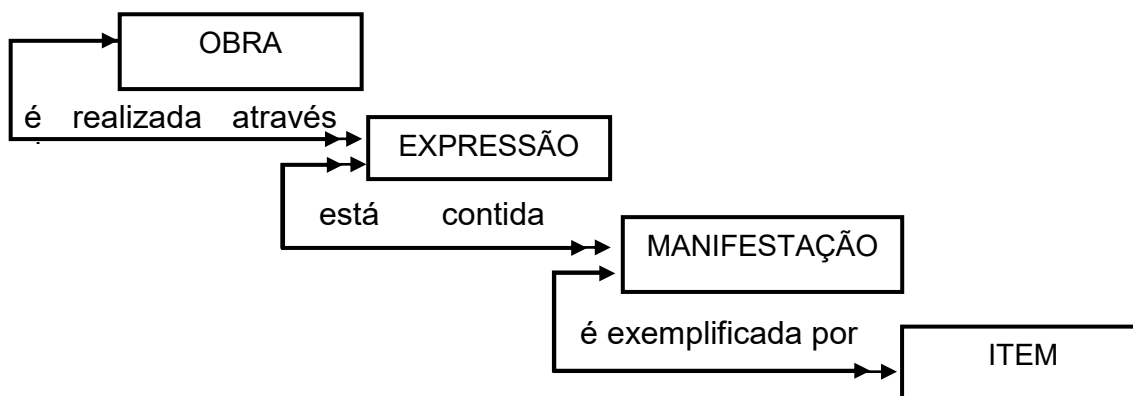
Os atributos ou características que se encontram associados às entidades elencadas no modelo FRBR “servem como meio pelo qual os usuários formulam consultas e interpretam as respostas ao buscar informação sobre uma determinada entidade” (IFLA, 2009, p. 31, tradução nossa). Segundo a IFLA (2009), os atributos se encontram divididos em duas categorias: na primeira, estão os atributos próprios a uma entidade, vinculados aos aspectos físicos e na segunda, estão aqueles que são atribuídos externamente, vinculados aos aspectos contextuais. “Esses atributos, responsáveis por descrever entidades, permitem que as questões dirigidas ao sistema sobre a entidade à qual estão associados sejam respondidas com êxito” (SILVA; SANTOS, 2012, p. 120).

As relações entre as entidades “servem como veículo para representar a ligação entre uma entidade e outra e, portanto, como meio de auxiliar o usuário a “navegar” pelo universo representado em uma bibliografia, catálogo ou base de dados bibliográfica” (IFLA, 2009, p. 55, tradução nossa). O modelo FRBR especifica três principais relações: as relações primárias, que se dão entre o grupo 1 de entidades; as relações de “responsabilidade” existentes entre o grupo 1 e o grupo 2 de entidades; e as relações de “assunto” entre a entidade *obra* e as demais entidades. (IFLA, 2009).

As relações primárias entre as entidades do grupo 1 são: uma *obra* que é realizada através de uma ou várias *expressões*; uma ou várias *expressões* que podem ser realizadas por uma única *obra*; uma ou várias *expressões* contidas em uma ou várias *manifestações*; uma ou várias *manifestações* contidas em uma ou várias *expressões*; uma *manifestação* é exemplificada por um ou vários *itens* e um ou vários *itens* estão exemplificados por uma única *manifestação*. (IFLA, 2009).

As setas duplas “indicam mais de uma entidade de mesmo tipo relacionada à outra entidade” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 25). Na Figura 5, exemplificamos essas relações.

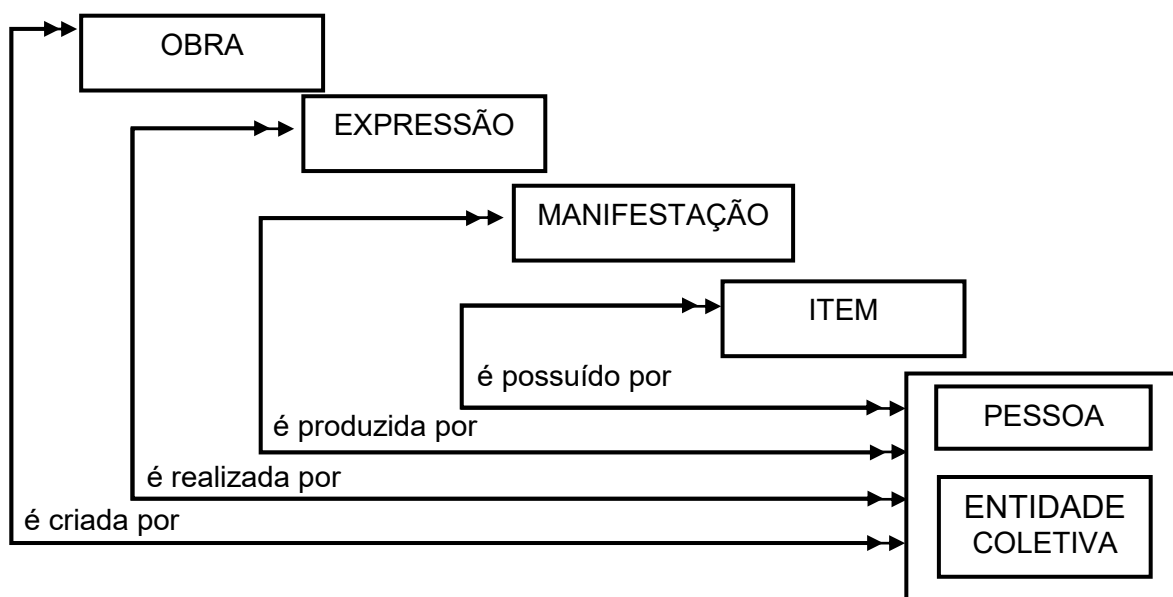
**Figura 5 – Relações primárias**



Fonte: adaptado de IFLA (2009).

As relações de “responsabilidade” (Figura 6) existentes entre o grupo 1 e o grupo 2 das entidades do modelo FRBR são: uma ou várias *obras* podem ser criadas por uma ou várias *pessoas* ou entidades *coletivas*; uma ou várias *pessoas* ou *entidades coletivas* podem criar uma ou várias *obras*; uma ou várias *expressões* podem ser realizadas por uma ou várias *pessoas* ou entidades *coletivas*; uma ou várias *pessoas* ou *entidades coletivas* podem realizar uma ou várias *expressões*; uma ou várias *manifestações* podem ser produzidas por uma ou várias *pessoas* ou entidades *coletivas*; uma ou várias *pessoas* ou *entidades coletivas* podem produzir uma ou várias *manifestações*; um ou vários *itens* podem ser possuídos por uma ou várias *pessoas* ou entidades *coletivas*; uma ou várias *pessoas* ou *entidades coletivas* podem possuir um ou vários *itens*. (IFLA, 2009).

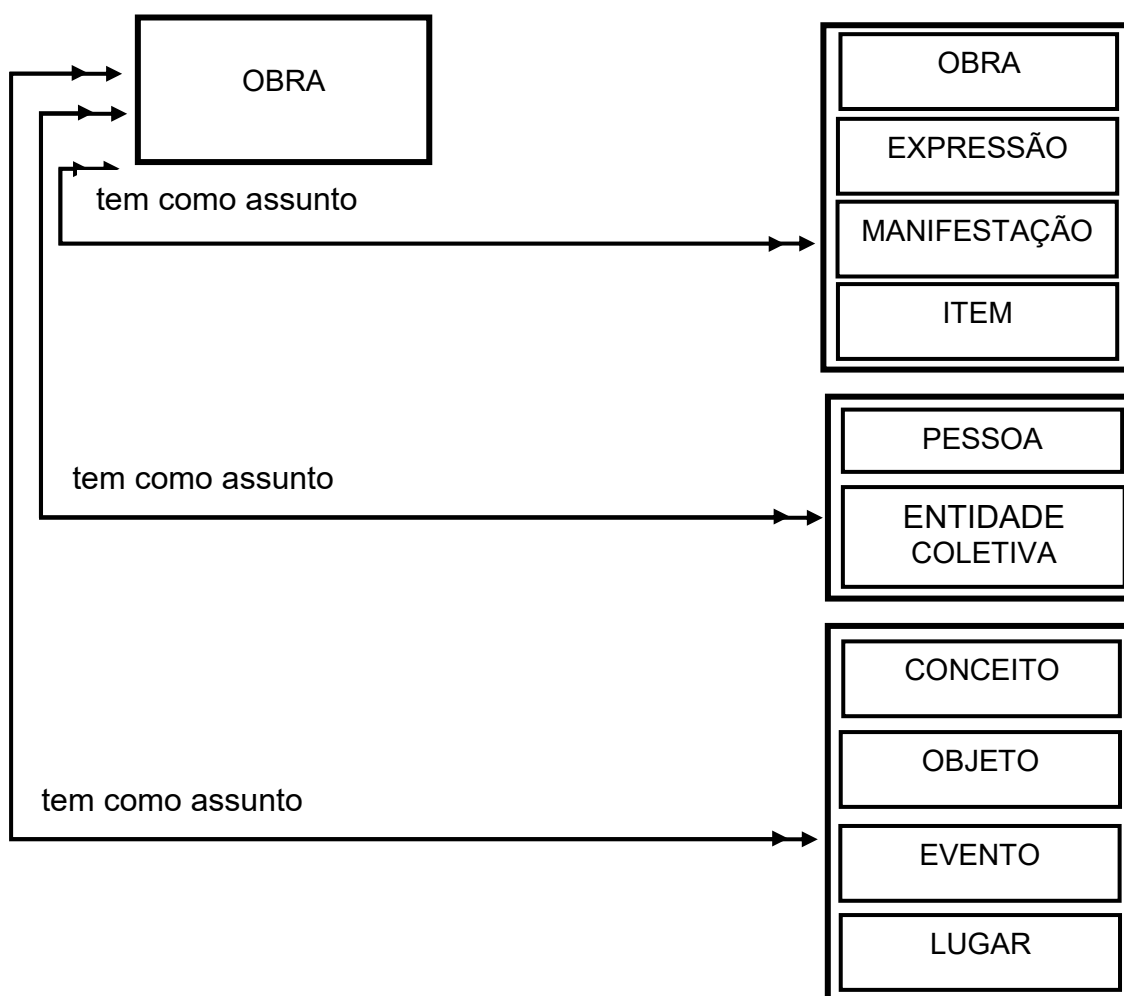
**Figura 6 – Relações de “Responsabilidade”**



Fonte: adaptado de IFLA (2009).

As relações de “assunto” entre a entidade *obra* e as demais entidades são: uma ou várias *obras* têm como assunto uma ou várias *obras*, *expressões*, *manifestações*, *itens*, *pessoas*, *entidades coletivas*, *conceitos*, *objetos*, *eventos* ou *lugares* e vice-versa; uma ou várias *obras*, *expressões*, *manifestações*, *itens*, *pessoas*, *entidades coletivas*, *conceitos*, *objetos*, *eventos* ou *lugares* têm como assunto uma ou várias *obras*. (IFLA, 2009). A Figura 7 exemplifica essas relações.

**Figura 7 – Relações de “assunto”**



**Fonte:** adaptado de IFLA (2009).

O modelo FRBR enumera também quatro tarefas dos usuários, as quais são definidas em relação aos usos básicos dos dados realizados pelo usuário. *Encontrar* entidades que correspondam aos critérios de busca estabelecidos pelo usuário; *identificar*, ou seja, confirmar se a entidade descrita corresponde à entidade buscada; *selecionar* a entidade adequada para as necessidades do usuário e *adquirir ou obter* acesso à entidade descrita. (IFLA, 2009).

#### 4.4. A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Segundo Alves e Souza (2007), as Tecnologias da Informação e da Comunicação têm influenciado na organização e representação da informação, dando lugar a novas abordagens que englobam o meio eletrônico, possibilitando o desenvolvimento de sistemas e metodologias de tratamento descritivo, como é o caso dos padrões de metadados. A implementação de padrões como o MARC 21 e o Dublin Core “propicia a interoperabilidade entre aplicações e o compartilhamento de dados entre sistemas” (2007, p. 20).

As TIC tornaram possível o surgimento das bibliotecas digitais a partir da automatização dos catálogos, gerando novas formas de organização, representação, busca e recuperação de informações o que muda a interação com o usuário, levando à criação de necessidades novas orientadas pela utilização de ferramentas tecnológicas. De acordo com Maringelli (2016), esses novos recursos contribuem notavelmente na criação e aprimoramento dos serviços oferecidos pelas bibliotecas, como os catálogos *on line*, sendo o *Online Public Access Catalog* (OPAC) o mais representativo.

O OPAC é um catálogo em linha, ou seja, é de acesso público que disponibiliza em linha os dados bibliográficos dos materiais das bibliotecas. O uso das TIC por parte da catalogação permitiu “o surgimento de programas de cooperação e compartilhamento de registros bibliográficos, baseados no intercâmbio de dados bibliográficos e catalográficos, garantindo ao usuário o acesso a um número maior de informações” (ALVES, 2010, p. 39).

A autora Alves (2010) diz que as Tecnologias da Informação e da Comunicação possibilitaram o surgimento de novos ambientes e recursos informacionais digitais, fazendo com que os métodos tradicionais de representação e recuperação da informação desenvolvessem sistemas e padrões de metadados que supririam as novas demandas e necessidades dos usuários.

Essa “nova” forma de representação informacional, que passou a ser denominada metadados, gerou uma variedade de padrões para representação das informações em meio digital e atualmente os métodos de organização, tratamento e representação informacional estão vinculados ao seu desenvolvimento e aplicação. (ALVES, 2010, p. 38).

Entre os padrões de metadados mais destacados no tratamento descritivo da informação (TDI) na Biblioteconomia encontramos o formato MARC 21, que tem um enfoque mais específico no domínio bibliográfico, e o padrão Dublin Core, fundamentado a partir do estabelecimento de elementos de descrição mais simples para os registros de informação da *Web*. Os padrões de metadados são “estruturas de descrição constituídas por um conjunto predeterminado de metadados (atributos codificados ou identificadores de uma entidade) metodologicamente construídos e padronizados”. (ALVES, 2010, p. 47). Esses padrões constituem um conjunto de metadados que permitem a representação total de uma entidade, identificando e individualizando a entidade de “forma única e inequívoca” possibilitando sua recuperação. (ALVES, 2010).

O formato MARC 21 foi desenvolvido em 1960 pela *Library of Congress* (LC). MARC é a sigla de *MAchine-Readable Cataloging* e o número 21 faz referência ao século XXI. Alves e Souza expõem que o Formato MARC 21 é “um conjunto de padrões para identificar, armazenar, e comunicar informações bibliográficas em formato legível por máquina [...]” (2007, p. 25). É um formato criado a partir de um propósito específico, sendo utilizado principalmente no domínio bibliográfico.

[...] o princípio que norteou o desenvolvimento do formato MARC 21 foi a criação de uma estrutura descritiva padronizada e internacionalmente aceita pela comunidade biblioteconômica, para que pudesse representar e intercambiar dados bibliográficos de modo automatizado. (ALVES, 2010, p. 69).

Segundo Alves (2010), existem cinco tipos de padrões dos formatos MARC 21, identificados igualmente como formatos ou famílias de formatos MARC 21, os quais, embora apresentem a mesma característica sintática, foram desenvolvidos com fins específicos, ou seja, cada um corresponde a um propósito de descrição diferente.

- MARC21 para dados bibliográficos: para a descrição dos diferentes tipos de materiais bibliográficos;
- MARC21 para dados de autoridade: para a descrição dos registros de autoridade de nomes, assuntos e séries;
- MARC21 para controle de dados: para a codificação de informações específicas;
- MARC21 para dados de classificação: para a codificação de

informações contidas em um sistema de classificação;

- MARC21 para informação de comunidade: para a codificação de informação de recursos bibliográficos.

Por ser um formato mais específico, apresenta mais elementos, utilizando campos fixos e variáveis, subcampos e indicadores, além de definir etiquetas de três dígitos numéricos para a identificação de cada campo. (ALVES; SOUZA, 2007). No Quadro 12, descrevemos os elementos básicos do MARC 21.

**Quadro 12 – Elementos básicos do formato MARC 21**

<b>Campos</b>	<b>Descrição</b>
<b>0XX</b>	Informações de controle, números e códigos
<b>1XX</b>	Autoria (nome pessoal, entidade, evento)
<b>2XX</b>	Títulos, edição
<b>3XX</b>	Descrição física
<b>4XX</b>	Série
<b>5XX</b>	Notas
<b>6XX</b>	Entradas de assunto
<b>7XX</b>	Entradas secundárias (nome pessoal, entidade, evento, título)
<b>8XX</b>	Entradas secundárias de série
<b>9XX</b>	Uso local

**Fonte:** adaptado de Alves e Souza (2007, p. 26 - 27).

O padrão de metadados *Dublin Core* (DC) foi elaborado especificamente para o domínio da *Web*, ou seja, apresenta um esquema simples e eficaz de metadados para descrever recursos existentes na *Web*. (ALVES, 2010). O DC foi criado em 1995, pela *Online Computer Library Center* (OCLC) junto com o consórcio W3C. De acordo com Dziekaniak (2006, p. 239), o DC é: “[...] um conjunto de elementos de metadados elaborado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos”.

É um padrão amplamente destacado porque se caracteriza pela flexibilidade e extensibilidade, ou seja, apresenta elementos simples para a descrição dos recursos e pode ser utilizado facilmente sem ter amplos conhecimentos sobre o processo de catalogação, além de apresentar grande adaptabilidade dos elementos para suprir necessidades adicionais de descrição dos usuários. (DZIEKANIAK, 2006).

O DC se encontra composto de quinze elementos de descrição: Título, Assunto; Descrição ou Categoria; Fonte; Idioma; Relação e Cobertura; Autor ou Criador; Editor; Contribuinte e Direitos autorais; Data; Tipo; Formato e Identificação.

**Quadro 13 – Elementos do *Dublin Core***

<b>Elementos</b>	<b>Descrição</b>
<b>Título</b>	Nome dado ao recurso
<b>Criador</b>	Entidade originalmente responsável pela criação do conteúdo do recurso
<b>Assunto</b>	Tema do conteúdo do recurso. Pode ser expresso em palavras-chaves e/ou Categoria. Recomenda-se o uso de vocabulários controlados
<b>Descrição</b>	Relato do conteúdo do recurso. Exemplos: texto livre, sumário e resumo
<b>Publicador</b>	Entidade responsável por tornar o recurso disponível
<b>Colaborador</b>	Entidade responsável pela contribuição intelectual ao conteúdo do recurso
<b>Data</b>	Data associada a um evento ou ciclo de vida do recurso
<b>Tipo</b>	Natureza ou gênero do conteúdo do recurso. Exemplos: texto, imagem, som, dados, <i>software</i>
<b>Formato</b>	Manifestação física ou digital do recurso. Exemplos: <i>HTML, PDF, PPT, GIF,</i>
<b>Identificador</b>	Referência não ambígua (localizador) para o recurso dentro de dado contexto
<b>Fonte</b>	Referência a um recurso do qual o presente é derivado
<b>Idioma</b>	Língua do conteúdo intelectual do recurso
<b>Relação</b>	Referência para um recurso relacionado
<b>Cobertura</b>	Extensão ou escopo do conteúdo do recurso; pode ser temporal e espacial
<b>Direitos autorais</b>	Informação sobre os direitos assegurados dentro e sobre o recurso

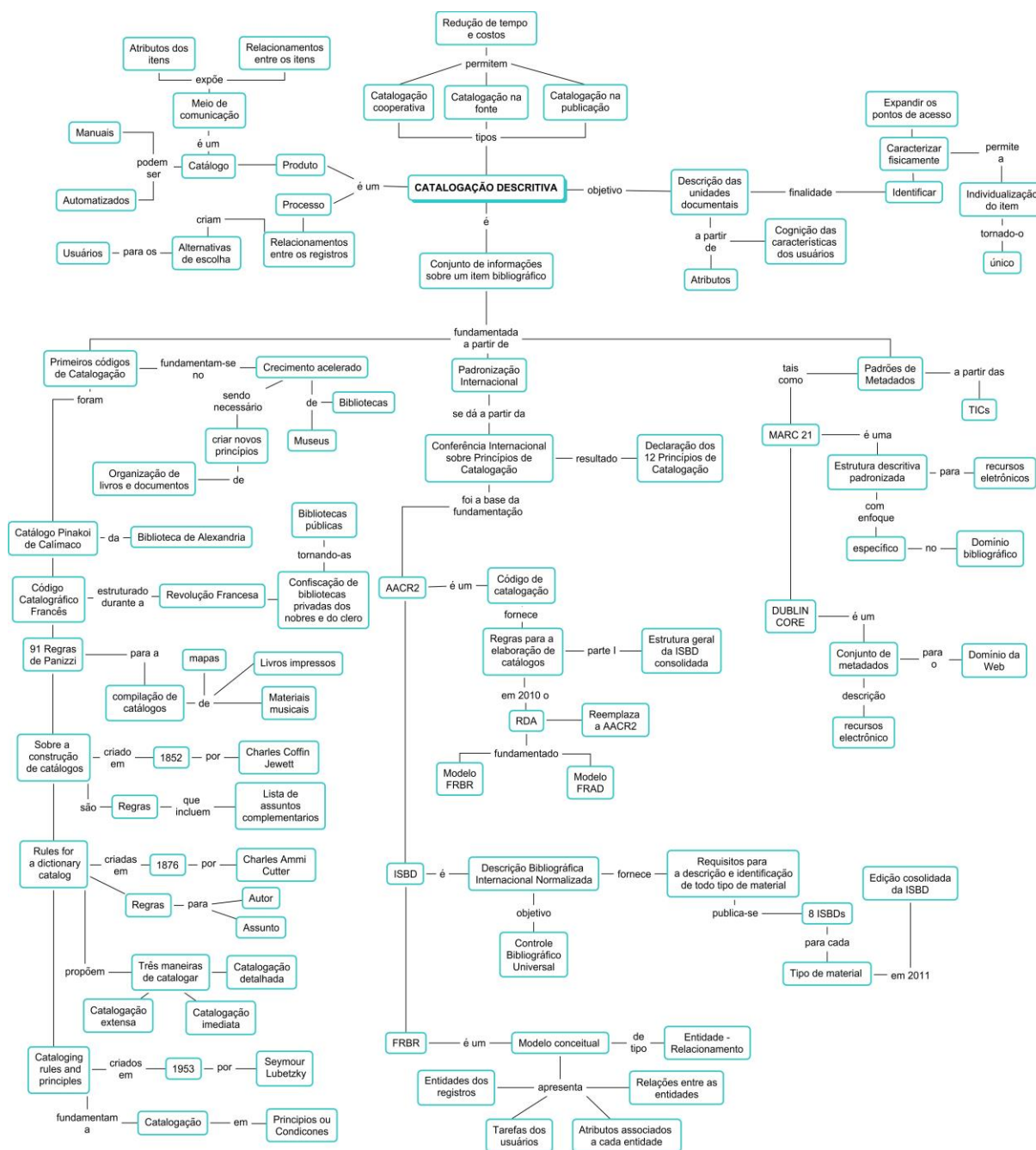
**Fonte:** adaptado de Alves e Souza (2007, p. 25).

Segundo Mey e Silveira (2009), o padrão de metadados Dublin Core busca complementar os outros padrões de metadados toda vez que os elementos básicos que o constituem podem ser implementados livremente, sendo um padrão adotado para efetuar a interoperabilidade entre outros formatos.

Com base no exposto, é evidente que os metadados e padrões de metadados fazem parte do processo de representação descritiva da informação, pois fortalecem e padronizam a descrição dos diversos tipos de recursos bibliográficos informacionais, a partir da disponibilidade dos dados bibliográficos que auxiliam a adequada busca e recuperação da informação por parte dos diferentes usuários. (ALVES, 2010).

Para fechar o presente tópico, o seguinte mapa conceitual representa o processo de catalogação descritiva na Biblioteconomia.

Figura 8 – Catalogação Descritiva: Mapa Conceitual



Fonte: elaborado pela própria autora (2021).

## 5. A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA MUSEOLOGIA

---

Este tópico apresenta a catalogação na Museologia, com o objetivo de identificar e ressaltar os acontecimentos e fatos históricos que têm permitido seu desenvolvimento, além de ressaltar os projetos e iniciativas existentes que estão direcionadas à estruturação e constituição de instruções e diretrizes para a gestão geral dos acervos museológicos, centrando-nos especificamente no processo de descrição, em que os catálogos e fichas catalográficas representam o produto e o resultado desta atividade, os quais têm como finalidade a identificação e descrição do objeto de museu para sua recuperação e acesso.

No começo, contextualizamos a documentação em museus, base da gestão dos museus e suas coleções, desde a incorporação do objeto ao museu até sua exposição, abarcando assim o processo de catalogação. Abordamos as funções, características, fases, objetivos e finalidades do sistema de documentação.

Na sequência, trabalhamos na identificação da catalogação na Museologia, destacando, a partir da literatura, manuais, livros e trabalhos acadêmicos da área em suas diferentes concepções, as políticas de catalogação, os modelos de ficha catalográfica e os campos de catalogação, permitindo-nos reconhecer seus objetivos, funções e finalidades. Continuamos ressaltando as Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus (CIDOC), publicadas em 1995 pelo *International Council of Museums*, no intuito de padronizar e unificar a gestão museológica, servindo de base e ou modelo para a estruturação do sistema de documentação nos museus, enfatizando nos grupos de informação e as categorias que possibilitam a descrição dos objetos de museu.

Logo, relacionamos o CIDOC CRM, um modelo conceitual do ICOM que representa uma “ontologia” para a descrição da informação do patrimônio cultural, e o programa Donato, uma iniciativa do Museu Nacional das Belas Artes do Brasil para a catalogação dos objetos museológicos, projetos que expõem a incorporação e impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação na prática museológica, partindo da sistematização automatizada de suas atividades.

E finalizamos resumindo o tópico mediante um mapa conceitual que esquematiza o processo de catalogação na Museologia.

## 5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS

O sistema ou política de documentação constitui a base da gestão dos acervos museológicos, pois abarca “o desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos que fazem parte do acervo e os procedimentos que auxiliam a sua administração” (COMITÉ, 2014, p. 19). Ou seja, é o conjunto de informações sobre o acervo, constituído pela compilação dos dados e seu tratamento informacional, com a finalidade de fornecer informações que facilitem a identificação, preservação e acesso dos objetos de museu (PADILHA, 2014).

A documentação museológica tem como particularidade reconhecer os acervos museológicos, independentemente de sua natureza, como suportes de informação. Está focada na busca, reunião, organização, preservação e disponibilização de todas as informações, sobre quaisquer suportes, que digam respeito a esses mesmos acervos. (BOTTALLO, 2010, p. 51).

De acordo com Bottallo (2010), a documentação, mediante a execução de suas atividades, o registro, organização, manutenção e interpretação da informação, permite a identificação dos objetos museológicos. Os registros fornecem dados sobre a história, as características físicas, os dados administrativos, entre outros atributos que fazem parte do objeto, além de significar um meio de comunicação entre o acervo e o público em geral, é assim como a documentação possibilita que os objetos de museu cumpram com sua função museológica. Dessa maneira, o museu é “produto da ação humana” (BOTTALLO, 2010, p. 53) e a adequada e clara implementação dos processos da documentação “ampliam e democratizam o conhecimento ali gerado” (BOTTALLO, 2010, p. 53).

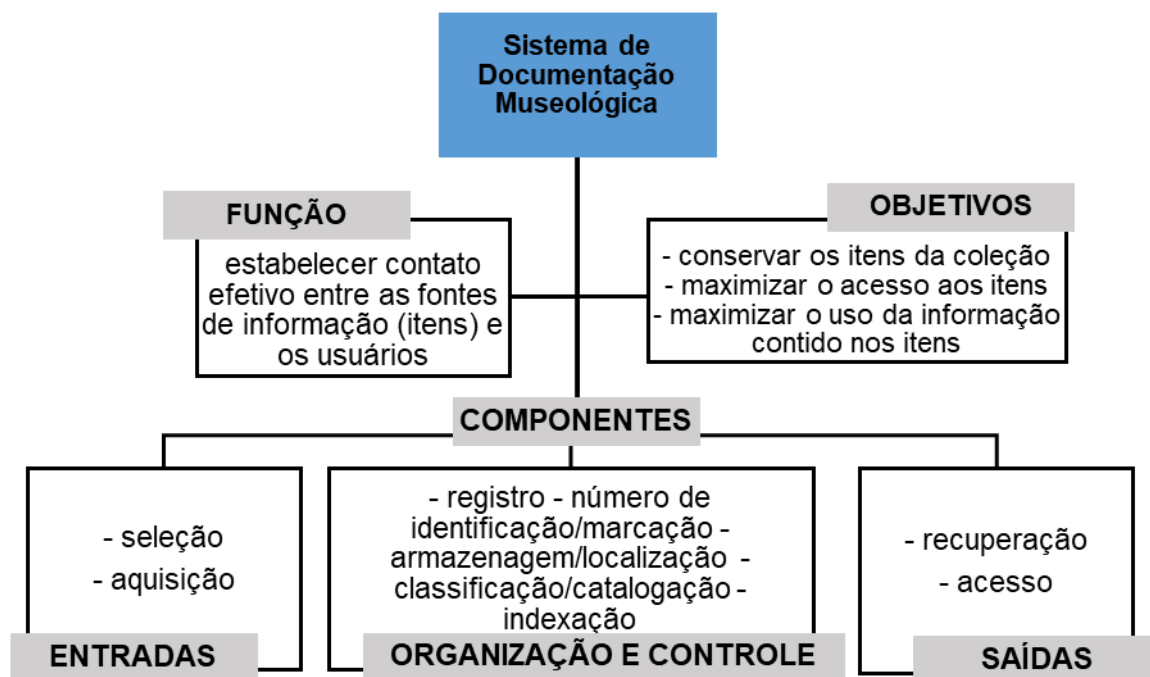
Para Ferrez (1991), a documentação museológica deve exercer um papel primordial nos museus, uma vez que permite a evolução dos fundamentos teórico-práticos da Museologia. A autora define documentação museológica como:

[..] conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (1991, p. 1).

Percebemos que os sistemas de documentação representam os sistemas de recuperação da informação, partindo da identificação, conservação e segurança dos objetos de museu, atividades que permitem a maximização do

acesso e uso da informação contida nestes objetos. (FERREZ, 1991). Com base na perspectiva da autora, apresentamos na Figura 9 um mapeamento dos sistemas de documentação museológica, agrupando sua função, objetivos e componentes.

**Figura 9 – Sistema de Documentação Museológica**



Fonte: adaptado de Ferrez (1991, p. 3).

Na visão de Camargo-Moro (1986), a documentação do museu não só é um “processo de organização dos diversos elementos de identificação do acervo”, mas também é um “conjunto de conhecimentos e técnicas que têm por fim a pesquisa, reunião, descrição, produção e utilização dos documentos sobre as coleções” (p. 238). A autora especifica que a documentação se encontra constituída de duas etapas, na primeira se realiza a identificação (medição, marcação e numeração) do objeto de museu, incluídos os dados que permitem saber a forma de incorporação, transferência ou transação realizada para adquiri-lo, já na segunda etapa, chamada de “catalogação aprofundada ou classificação”, realiza-se uma análise mais profunda do objeto.

A obra de Camargo-Moro foi publicada em 1986 e, a partir disso, tem-se realizado diferentes estudos, revisões e modificações aos processos e fundamentos teóricos e práticos da Museologia que resultaram na estruturação de novos projetos os quais incorporam não só as bases principais da área, mas também vêm atualizando-se em conformidade com os recentes desafios e necessidades sociais. O livro Como Gerir um Museu: Manual Prático, publicado em

2004 pelo ICOM, é um exemplo destes projetos que visam providenciar as bases fundamentais da Museologia e de cada um de seus processos e atividades. No capítulo intitulado “*Inventário e Documentação*”, o autor Andrew Robert (2004) segue muito de perto a visão já apresentada por Camargo-Moro, expondo que a fase fundamental da documentação é a incorporação das aquisições do museu, “registrando a evidência legal da propriedade dos bens no acervo e providenciando o ponto de partida para a total catalogação dos bens individuais” (2004, p. 33). Além disso, Robert aponta que o controle do inventário e catalogação é a segunda fase da documentação, pois “o museu deve estabelecer registros sobre cada um dos bens do acervo e atualizá-los sempre que [...] são examinados e utilizados” (2004, p. 35).

De acordo com Robert (2004), a primeira fase compreende os processos de aquisição, empréstimos a longo prazo e incorporação, o museu deve elaborar um registro que contemple toda a informação que envolve cada uma destas atividades, ou seja, registrar numa folha sumária os dados sobre o proprietário e a descrição geral sobre os objetos, incluindo o método de aquisição, a importância do objeto para o museu, autenticação da origem do objeto e seu estado de conservação, uma fotografia do objeto, a transferência legal ou o motivo de empréstimo e a duração, se for o caso, entre outros dados necessários. Quando o museu receber uma coleção ou um conjunto de objetos, o autor recomenda tratá-la como uma única aquisição procurando atribuir-lhe um número de incorporação comum aproximada. Além deste arquivo de folha sumária, o museu precisa contar com uma lista de todas as aquisições, um registro de incorporação que deve ser mantido seguro, pois representa o relatório de todos e cada um dos objetos.

A segunda fase envolve o controle do inventário e a catalogação, ou seja, “é o desenvolvimento e utilização da informação” (ROBERT, 2004, p. 35) sobre cada um dos objetos do museu. O autor apresenta uma tabela com as recomendações dos campos do inventário e do catálogo, os quais foram definidos com base em diferentes projetos existentes, como o Manual de Procedimentos da AFRICOM, as Diretrizes CIDOC e os padrões SPECTRUM, Objeto ID e Dublin Core. Com base em Robert (2004), os campos de “número de objeto, localização atual e características próprias” (p. 35) representam grande importância para a segurança e gestão do acervo museológico e os campos como produtor, datas e período de produção “são importantes para a investigação e acesso público” (p. 35).

É importante ressaltar que dependendo das áreas de conhecimento e da “importância entre a investigação e a utilidade pública” (ROBERT, 2004, p. 35) são definidos os campos pertinentes ao museu, ficando evidente que cada museu, além de incluir os campos principais e obrigatórios, pode usar aqueles campos que estão diretamente ligados com as particularidades próprias de cada acervo. Essa segunda fase da documentação é trabalhada e aprofundada detalhadamente na seguinte seção, intitulada ‘Catalogação na museologia”, visto que esse processo refere-se à representação descritiva da informação na museologia.

Compreendemos assim que, a partir destas atividades, o sistema de documentação procura a organização do acervo museológico possibilitando a recuperação da informação contida nele, pois a recopilação e organização dos dados permitem a estruturação dos registros que “podem ser utilizados como base para a investigação, acesso público, exposição, educação, desenvolvimento do acervo, gestão do acervo e segurança” (ROBERT, 2004, p. 35). Os registros significam o meio de comunicação entre os usuários e o acervo, pelo qual devem estar estruturados visando à padronização, à interoperabilidade institucional e ao controle do vocabulário sem esquecer as singularidades próprias dos diferentes tipos de museus.

Segundo Hernández (1994), a confiabilidade, a flexibilidade e a economia são as principais características de um bom sistema de documentação. A confiabilidade faz referência à capacidade de garantir que todos os processos de documentação sejam cobertos por ferramentas apropriadas; a flexibilidade é a capacidade de se adaptar aos diferentes tipos de museus e suas diversas coleções e a economia se refere a que o sistema deve fornecer acesso rápido e eficaz às informações necessárias pelos usuários. Com um sistema de documentação eficiente, o museu pode promover o desenvolvimento das “políticas de acervo; cuidados e prestação de contas em relação ao acervo; acesso, interpretação e utilização do acervo; pesquisa do acervo” (COMITÉ, 2014, p. 19).

Por sua parte, Ferrez (1991) relaciona uma série de “pré-requisitos” para um eficiente sistema de documentação museológica, destacando inicialmente que a documentação mais do que um conjunto de informações sobre cada objeto do museu, “é um sistema composto de partes inter-relacionadas que formam um todo coerente, unitário, que intermedeia fontes de informação e usuários e se estrutura em função do objetivo de atender as necessidades de informação” (1991, p. 5).

Dessa maneira, visto como um sistema de recuperação da informação demanda: clareza e exatidão dos dados, definição dos campos de informação, normas e procedimentos, controle de terminologia, catálogos, numeração dos objetos e segurança da documentação.

É importante que as informações sobre os objetos de museus sejam completas, claras e exatas, evitando a perda de informação e a identificação errada dos objetos; os campos de informação precisam ser definidos de acordo com a estrutura informativa dos objetos, ou seja, a partir das características e particularidades próprias do acervo e considerando também as necessidades de informação dos usuários; em relação à prática da documentação tem que se acatar as normas e procedimentos estabelecidos, visando sua normalização. Além disso, procura-se contar com terminologia controlada através dos vocabulários controlados, garantindo uma estrutura organizada que permite a adequada indexação e recuperação da informação; embora o catálogo geral dos museus e as fichas catalográficas de cada objeto de museu agrupem a informação destes objetos, necessitam ser associados a outros catálogos ou sistemas que possibilitem a recuperação da informação; o número dos objetos deve ser simples e estar sempre legível no objeto; o último requisito, e não menos importante que os demais, é a segurança da documentação, velando por seu cuidado, conservação e manutenção constantes. (FERREZ, 1991).

Evidenciamos, assim, que na trajetória histórica dos museus foram e seguem sendo desenvolvidos diferentes projetos, manuais e instruções que fornecem elementos para a estruturação e definição de um adequado sistema de documentação, representando a base da planificação, identificação, gestão e catalogação das coleções e acervos museológicos, garantindo o controle, a segurança, o acesso e a pesquisa dos objetos de museu.

Na Espanha, a publicação “Instruções para elaboração do inventário geral, catálogos e registros nos museus atendidos pelo corpo facultativo de arquivistas, bibliotecários e arqueólogos”, de 1942, representou uma das primeiras obras elaboradas para estabelecer os modelos do inventário geral, o catálogo sistemático e monográfico e dos livros de registro dos objetos de museu. (HERNÁNDEZ, 1994). A autora expõe que o “inventário geral tem como finalidade a identificação de cada um dos objetos de um museu” (p. 118, tradução nossa), o inventário nos auxilia no reconhecimento geral do museu, seus objetos e coleções.

Os elementos que o compõem são: nome do objeto, medidas, peso, forma de aquisição, matéria e numeração. O catálogo sistemático recolhe informações específicas dos objetos, como características históricas, científicas e artísticas e o catálogo monográfico fornece “informação sobre os trabalhos e estudos realizados na obra, incluindo toda a bibliografia existente da mesma e das referências sobre o seu estado de conservação ou se sofreu algum processo de restauração” (p. 118, tradução nossa). Os livros de registro contêm a informação sobre o ingresso do objeto no museu, ressaltando os seguintes elementos: “data de ingresso, número de entrada, número de inventário geral, descrição do objeto, dimensões, estado de conservação, proveniência, forma de aquisição, número do expediente e observações” (p. 118, tradução nossa).

No âmbito internacional, a criação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) pelo *International Council of Museums* (ICOM), em 1950, estabelece-se como um fato histórico que impulsionou os sistemas de documentação em museus, pois foram constituídas diretrizes de aplicação universal. Na atuação do CIDOC em conjunto com profissionais de diferentes países, publica-se em inglês, em 1995, as Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM), um trabalho que consolida as discussões, propostas e recomendações feitas durante o processo de sua elaboração com a finalidade de agrupar as diretrizes que servem como bases para a gestão dos museus, além de poderem ser utilizadas como modelo para a criação de um sistema de documentação ou para seu aprimoramento. (COMITÊ, 2014).

A edição em português foi lançada em 2014 agrupando as Diretrizes e a Declaração de Princípios de Documentação em Museus, publicada originalmente em inglês em 2012. Enquanto as diretrizes se concentram nas questões conceituais e práticas da estruturação da informação, ou seja, eles se focam em definir o “como” deve ser elaborado o sistema de documentação, os princípios procuram expor o porquê, mediante a declaração dos objetivos e a função da documentação no museu. (COMITÊ, 2014).

Com base nestas diretrizes, o ICOM e o Comitê Coordenador da AFRICOM desenvolveram e publicaram, em 1996, o *Handbook of Standards: Documenting African Collections*, um manual que fornece instruções para a implementação e aprimoramento das práticas museológicas nos museus africanos,

visando a padronização, o controle e segurança dos objetos de museus que constituem a propriedade cultural. (MARINGELLI, 2016). Segundo Maringelli (2016) e Robert (2014), a estrutura deste manual está constituída por dois capítulos, um orientado aos artefatos das coleções de humanidades e o outro às ciências naturais, igualmente apresenta mais de 50 campos, organizados em quatro grupos: gestão do objeto, descrição do objeto, história do objeto e documentação do objeto.

Em geral, vários países trabalham na documentação museológica. Por exemplo, no Reino Unido, a Associação de Documentação para Museus (MDA) desenvolveu, em 1997, o *Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums* (SPECTRUM), um padrão que incorpora diferentes procedimentos em um sistema de documentação de museu, e elaboraram também um manual de catalogação que agrupa os principais campos de catalogação (ROBERT, 2004). A preocupação e interesse que demonstram as entidades no estabelecimento e determinação de instruções para a prática da documentação museológica possibilitam a padronização e intercâmbio de informação. Segundo Torres (2002), “A tendência atual dos organismos internacionais é a obtenção de normas de informação museológicas que permitam prover um modelo-base para a unificação de práticas que facilite a comunicação [...]” (p, 307, tradução nossa).

Já no âmbito nacional, de acordo com Yassuda (2009), os processos de documentação nos museus seguem a visão do Museu Nacional de Belas Artes, isto é, “cada museu cria seu próprio sistema de informação, com uma base de dados e um vocabulário controlado próprios. A padronização limita-se ao catálogo e à linguagem utilizada [...]” (2009, p. 39), não se tem estabelecido um modelo de criação do sistema, “existe é uma troca de experiências entre instituições museológicas” (2009, p. 39).

Percebemos que, no transcurso do tempo e conforme as mudanças sociais e os novos desafios da sociedade em geral, a Museologia como área do conhecimento vem traçando um caminho de avanços teórico-práticos, visto que se tem aprofundado e aprimorado os processos e atividades museológicas, especialmente a documentação, representado na constituição de instituições internacionais que permitem o diálogo, a pesquisa e o estudo em conjunto, obtendo como resultado diretrizes padronizadas que possibilitam a prática museológica a partir da unificação com a finalidade de garantir a descrição do objeto de museu, sua recuperação e o acesso dos diferentes usuários.

## 5.2. CATALOGAÇÃO NA MUSEOLOGIA

Com base no exposto, é evidente que a catalogação e descrição de objetos de museu fazem parte do sistema de documentação museológica. Segundo a autora Camargo-Moro (1986), catalogar é “o ato de identificar e relacionar bens culturais ou espécimes naturais através do seu estudo que poderá ter maior ou menor profundidade em sua análise e posterior fichamento” (p. 79). A catalogação procura identificar o objeto de museu ressaltando sua localização; história; características físicas; descrição conceitual e demais elementos necessários de acordo com as particularidades próprias das diferentes coleções museológicas.

O CIDOC - ICOM define a catalogação como a “compilação e manutenção de informações importantes por meio da descrição sistemática dos objetos da coleção, incluindo a organização dessas informações para formar um arquivo catalográfico dos objetos” (COMITÉ, 2014, p. 41). Como resultado deste processo, temos os catálogos e fichas catalográficas, instrumentos que auxiliam a documentação da informação dos objetos e que possibilitam a difusão dos museus e suas coleções. Os catálogos podem ter diferentes níveis de profundidade e abrangência, ou seja, permitem abordar a totalidade do acervo ou só algumas coleções do museu e as fichas catalográficas abarcam cada um dos objetos do museu.

Compreendemos, assim, que a catalogação é um processo que incorpora a identificação dos objetos de museus, por meio de elementos ou atributos de descrição física e conceitual que ressaltam as características próprias do item; a assinatura de um número único e permanente que permite a identificação individual de cada objeto, além de servir como ponte entre o objeto museológico e os registros de informação ou catálogos e uma imagem ou fotografia que vai possibilitar obter uma percepção e reconhecimento geral do objeto.

Camargo-Moro (1986), Ladkin (2004) e Bottallo (2010) recomendam a elaboração de manuais ou políticas do processo de catalogação nos museus para que auxiliem sua realização, uma vez que indicam informação sobre o uso dos campos, os procedimentos aplicados, a manipulação dos objetos, entre outras recomendações que evitam a repetição do processo e a perda de informações. Ladkin (2004) apresenta uma série de indicações gerais da política do processo de catalogação, ressaltando as principais atividades a serem realizadas.

### Quadro 14 – Política do processo de catalogação

1. Os objetos do museu são catalogados para obter um registo dos seus atributos físicos e proveniência.
2. São atribuídos e aplicados números de identificação do catálogo, a todos os objetos.
3. Se o museu gere, ou está associado a escavações arqueológicas e trabalhos de campo semelhantes, todos os esforços devem ser realizados para integrar o campo de registo na catalogação permanente.
4. Os objetos são sempre catalogados antes de terem autorização para deixar o museu, por empréstimo.
5. A catalogação é feita o mais rapidamente possível para evitar a acumulação.
6. Sempre que se verifique uma acumulação de incorporação e catalogação, o museu deve elaborar e implementar um plano para atualizar a catalogação, tão rapidamente quanto possível, num padrão aceitável.

Fonte: adaptado de Ladkin (2004, p. 22)

Tal como expõem Fabbri e Machado (2010), a catalogação e seus campos descritivos devem permitir a abrangência das diversidades que constituem os acervos museológicos, ou seja, tem que existir campos que possibilitem a inserção de particularidades que se encontram nos objetos de museus. Projetos e instituições vêm trabalhando na definição e recomendação dos campos de catalogação, ressaltando sua padronização, garantindo que o processo seja mais rápido e que haja uma manipulação e recuperação da informação mais eficaz. É claro que alguns campos são considerados como obrigatórios, visto que apresentam a principal informação do objeto, acervo do museu e os demais campos podem ser preenchidos de acordo com as características e singularidades próprias do item.

De acordo com o já exposto, a decodificação básica é a primeira atividade da documentação seguida por uma decodificação de profundidade, chamada por Camargo-Moro (1986) como “catalogação aprofundada ou classificação”, etapa na qual são elaboradas as fichas de catálogo ou fichas classificatórias que integraram o catálogo geral. Para a autora, “é denominada, genericamente, **ficha de catálogo** ou **ficha catalográfica**, qualquer ficha relativa à

ordenação, análise ou classificação de peças de um acervo” (1986, p. 79, grifo da autora), os catálogos são definidos como “os conjuntos de fichas devidamente ordenadas” e o catálogo geral é “o conjunto total de fichas de diversos tipos e diferentes conteúdos” (1986, p. 79).

As áreas principais que integram as fichas classificatórias, segundo Camargo-Moro (1986, p. 80), são:

- Identificação da peça e sua localização no museu.
- História desta peça em função de sua participação no acervo do museu.
- História desta peça em função de sua criação ou descobrimento no tempo e no espaço.
- Descrição da peça quanto a sua característica física.
- Descrição da peça quanto a seu conteúdo, seu uso, sua classificação, sua tipologia e respectivo detalhamento.

A proposta da autora está relacionada a um processo geral de catalogação, possibilitando uma maior abrangência que integra desde a identificação e história até a descrição física e conceitual do objeto. Recomenda-se que, para preencher a ficha, esteja sempre presente o objeto de museu, “propiciando a leitura museológica e as diversas etapas de percepção, análise e dedução, que envolve a classificação” (CAMARGO-MORO, 1986, p. 80).

Podemos evidenciar que, na literatura da área, as fichas têm diversas denominações, tais como fichas de inventário; fichas classificatórias (CAMARGO-MORO, 1986); fichas de catálogo (HERNÁNDEZ, 1994); (ROBERT, 2004); fichas de catalogação (PADILHA, 2014) e fichas catalográficas (BOTTALLO, 2010), sendo, estas últimas, as designações mais acertadas, além de ser utilizadas pela ICOM.

Na visão de Padilha (2014), as fichas de catalogação são um instrumento que auxilia a documentação e descrição das informações dos objetos de museu. A autora propõe um modelo com a estrutura da ficha de catalogação integrada por dois grupos: identificação e características do objeto e informações contextuais. De acordo com a referida autora, “o primeiro diz respeito às informações relacionadas com a identificação do objeto no acervo e com as suas características físicas e o segundo trata das informações históricas, simbólicas e de usos do objeto no museu” (2014, p. 52). Os elementos ou metadados, como são definidos pela autora, que compõem a ficha são apresentados no Quadro 15 a seguir:

Quadro 15 – Estrutura de modelo da ficha de catalogação

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:	INFORMAÇÕES CONTEXTUAIS:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Número de tomo:</b> é o registro que identifica o objeto como patrimônio do museu por meio de uma numeração corrida.</li> <li>• <b>Número de registro:</b> é uma numeração estipulada pelo museu para o registro de identificação do objeto no acervo museológico.</li> <li>• <b>Outros números:</b> diz respeito a números antigos registrados no objeto, seja por ter pertencido a outra instituição ou porque o museu reenumerou seu acervo.</li> <li>• <b>Localização na instituição:</b> trata-se do local onde está o objeto; facilita a sua recuperação física de forma fácil e eficiente, como, por exemplo, se ele está na reserva técnica, na exposição, foi emprestado, entre outros.</li> <li>• <b>Objeto:</b> apresenta o que é o objeto, como, por exemplo, quadro, vestido, entre outros.</li> <li>• <b>Título:</b> quando houver.</li> <li>• <b>Autor ou Autoridade:</b> diz respeito aos tipos de autorias envolvidas com o objeto, como, por exemplo, fotógrafos, estúdios, fábricas, entre outros.</li> <li>• <b>Descrição intrínseca:</b> refere-se à descrição física do objeto, como, por exemplo, a identificação de marcas ou de algumas assinaturas legíveis, entre outros.</li> <li>• <b>Dimensão:</b> é a medição do objeto em largura, comprimento, altura, peso e diâmetro.</li> <li>• <b>Material:</b> diz respeito ao tipo de matéria pelo qual o objeto é formado.</li> <li>• <b>Procedência:</b> é a informação que apresenta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Descrição extrínseca:</b> aborda as informações que contextualizam o objeto sobre os aspectos históricos e simbólicos.</li> <li>• <b>Período:</b> diz respeito ao tempo aproximado do objeto (data precisa, década ou século).</li> <li>• <b>Referências bibliográficas:</b> trata-se das bases teóricas que possuem relação com o assunto do objeto.</li> <li>• <b>Objetos associados:</b> refere-se a outros objetos do acervo que podem estar diretamente ligados ao objeto descrito.</li> <li>• <b>Exposições:</b> é a informação que indica todas as exposições pela qual o objeto passou.</li> <li>• <b>Publicações:</b> diz respeito a todas as publicações nas quais o objeto foi divulgado.</li> <li>• <b>Restauro:</b> trata-se do metadado que registra todas as intervenções de restauração que o objeto sofreu.</li> <li>• <b>Pesquisas:</b> aponta as pesquisas que foram realizadas com o objeto.</li> <li>• <b>Autorização de uso:</b> informa as possibilidades de uso e acesso do objeto.</li> <li>• <b>Observações:</b> é um metadado amplo, que tem por função</li> </ul>

<p>o local de onde vem o objeto antes de ser adquirido pelo museu.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Observação:</b> é um metadado amplo, que tem por função complementar a informação que não se encontra em outros dados registrados deste grupo.</li> <li>• <b>Tipo de aquisição:</b> doação, legado, compra, coleta, permuta, empréstimo, depósito, transferência.</li> <li>• <b>Ex-proprietário:</b> visa identificar o antigo dono do objeto.</li> <li>• <b>Data de aquisição:</b> data referente à entrada do objeto no acervo do museu.</li> <li>• <b>Estado de conservação:</b> diagnosticar qual é a situação de conservação do objeto — se bom, regular, ruim ou péssimo.</li> </ul>	<p>complementar a informação que não se encontra em outros dados registrados neste grupo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Registrado por:</b> diz respeito ao nome do responsável técnico que descreveu as informações na ficha.</li> <li>• <b>Data de registro:</b> informar a data completa (dia, mês e ano) do registro na ficha.</li> </ul>
---	---

**Fonte:** adaptado de Padilha (2014, p. 52 – 53).

Esta proposta de modelo da estrutura de ficha de catalogação apresentada por Padilha (2014) conta com um enfoque mais específico, ou seja, ela define mais elementos para a descrição física e conceitual dos objetos de museus, ressaltando igualmente que podem ser acrescentados os metadados de acordo com as características do acervo, visto que nos museus existem diversidades tipológicas de acervos que representam necessidades informacionais específicas. (PADILHA, 2014).

Por outra parte, Robert (2004) indica uma série de campos *standards* de catalogação, estabelecidos a partir de recomendações e correlações com outras diretrizes (AFRICOM, CIDOC, MDA, Objecto ID e Dublin Core). Esses campos “são adequados para as principais áreas de estudo em museus com acervo de arqueologia, antiguidades, etnologia, belas-artes, tradição, história e história natural” (ROBERT, 2004, p. 36). O autor divide os campos em 4 grupos: o primeiro grupo - gestão do objeto - faz referência à informação sobre a incorporação e aquisição do objeto; o segundo grupo - descrição do objeto - incorpora informações sobre as características do objeto; o terceiro grupo – história - recompila informações históricas do objeto; e o quarto grupo – documentação - apresenta as referências da publicação. (ROBERT, 2004).

No intuito de unificar e padronizar as recomendações e sugestões sobre a gestão museológica, o sistema de documentação e os elementos de catalogação, o ICOM publica as Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do CIDOC como base e modelo para a execução destas atividades no museu.

### 5.3. DIRETRIZES INTERNACIONAIS DE INFORMAÇÃO SOBRE OBJETOS DE MUSEUS

Em 1995, o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) do Conselho Internacional de Museus (ICOM) publicou as Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do CIDOC, como resultado do compromisso com o desenvolvimento da documentação em museus procurando sua normalização e padronização (COMITÊ, 2014). Com base no exposto pelo Comitê (2014), os principais acontecimentos na trajetória do CIDOC que permitiram a elaboração destas diretrizes foram:

- No Encontro do CIDOC, em 1978, em Julita – Suécia, foi discutida a proposta de 16 categorias gerais de informação para objetos de museus de Robert G. Chenhall e Peter Homulos. “Uma versão dessas propostas foi recomendada aos comitês nacionais de documentação como base para o desenvolvimento de padrões nacionais” (2014, p. 31).
- De 1980 a 1992, por meio do Grupo de Trabalho de Padrões de Dados e o Grupo de Trabalho de Modelagem de Dados, foram desenvolvidas pelo CIDOC as “categorias de informação para coleções de arte e arqueologia” (2014, p. 31) e foi criado “um modelo de dados para informações museológicas (2014, p. 31).
- Na Conferência Trienal de 1992 do ICOM, realizada na cidade de Québec, avaliaram-se as evoluções e se identificou “a necessidade de consolidar o trabalho anterior em uma instrução amplamente disponível e acessível de melhores práticas” (2014, p. 31).
- De 1993 a 1995, foi aplicada a experiência do Comitê e seus membros no desenvolvimento das Diretrizes, substituindo as recomendações de 1978.

- Já na Conferência Trienal de 1995 do ICOM, realizada em Stavanger, foi apresentada a primeira edição das Diretrizes.

Percebemos que as Diretrizes são o resultado do trabalho do CIDOC, integrando a experiência de cada um dos membros do comitê, as revisões dos projetos existentes e as recomendações feitas por outros grupos, iniciativas e profissionais. Além de corroborar os objetivos da documentação, responsabilidade legal, segurança, organização e acesso físico e intelectual aos objetos de museus, as Diretrizes servem como base para normas internacionais e nacionais de informações museológicas; como base de comparação; como modelo para um sistema de documentação prático; como base para o compartilhamento de informações, entre outros atributos (COMITÊ, 2014).

Em relação à catalogação dos objetos do museu, “as Diretrizes podem ser usadas como base para o inventário ou para a catalogação completa do acervo” (COMITÊ, 2014, p. 39). Segundo o Comitê, o inventário “consiste nas informações básicas de gestão do acervo relativas a cada objeto, incluindo detalhes essenciais necessários à definição de responsabilidades e segurança” (2014, p. 39) e o catálogo é definido como “um registro mais detalhado que inclui dados adicionais sobre a importância histórica dos objetos” (2014, p. 39).

O COMITÊ (2014) estabelece a estrutura das Diretrizes do CIDOC – ICOM, constituída por 22 grupos de informação e 74 categorias de informação, apresentadas a partir de um formato simples e fácil de compreender que inclui:

- O objetivo do grupo de informação, ressaltando os critérios de sua inclusão. Os critérios são: Segurança do acervo, responsabilidade pelo acervo, acesso ao acervo e arquivo histórico do acervo.
- As categorias de informação são elencadas com as categorias correspondentes a cada grupo de informação.
- São apresentados exemplos em conjunto de todas as categorias de informação que fazem parte do grupo de informação, o qual permite uma melhor compreensão.
- E, por último, se acrescentam observações sobre o uso e aplicação dos grupos de trabalho, com base em diferentes situações que podem se apresentar.

Além destes elementos, cada categoria de informação se encontra integrada por: uma nomenclatura alternativa, ou seja, são listadas outras denominações que podem ser utilizadas; uma breve definição da categoria; um exemplo da categoria de informação e as observações (COMITÊ, 2014). O seguinte Quadro 16 apresenta os grupos de informação e cada uma das categorias que o integram.

**Quadro 16 – Grupos de informação e categorias de informação das Diretrizes do CIDOC – ICOM**

<p><b>GRUPO 1: INFORMAÇÃO SOBRE AQUISIÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Método de aquisição</li> <li>• Data de Aquisição</li> <li>• Fonte da aquisição</li> </ul>	<p><b>GRUPO 2: INFORMAÇÃO SOBRE ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado de conservação</li> <li>• Sumário do estado de conservação</li> <li>• Data de avaliação do estado de conservação</li> </ul>
<p><b>GRUPO 3: INFORMAÇÃO SOBRE BAIXA PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Data de baixa patrimonial</li> <li>• Data de alienação</li> <li>• Método de alienação</li> <li>• Destinatário da alienação</li> </ul>	<p><b>GRUPO 4: INFORMAÇÃO SOBRE DESCRIÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição física</li> <li>• Situação do Espécime</li> </ul>
<p><b>GRUPO 5: INFORMAÇÃO SOBRE IMAGEM</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo de imagem</li> <li>• Número de referência da imagem</li> </ul>	<p><b>GRUPO 6: INFORMAÇÃO SOBRE INSTITUIÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nome da instituição</li> <li>• Nome da instituição subordinada</li> <li>• Endereço da instituição</li> <li>País da instituição</li> </ul>
<p><b>GRUPO 7: INFORMAÇÃO SOBRE LOCALIZAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização atual</li> <li>• Data da localização atual</li> <li>• Tipo de localização atual</li> <li>• Localização usual</li> </ul>	<p><b>GRUPO 8: INFORMAÇÃO SOBRE MARCA E INSCRIÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Texto da marca/inscrição</li> <li>• Tipo de marca/inscrição</li> <li>• Descrição da marca/inscrição</li> <li>• Técnica da marca/inscrição</li> <li>• Posição da marca/inscrição</li> <li>• Idioma da marca/inscrição</li> <li>• Tradução da marca/inscrição</li> </ul>

<p><b>GRUPO 9: INFORMAÇÃO SOBRE MATERIAL E TÉCNICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Material</li> <li>• Técnica</li> <li>• Descrição de parte ou componente</li> </ul>	<p><b>GRUPO 10: INFORMAÇÃO SOBRE MEDIÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dimensão</li> <li>• Medida</li> <li>• Unidade de medida</li> <li>• Parte medida</li> </ul>
<p><b>GRUPO 11: INFORMAÇÃO SOBRE ASSOCIAÇÃO DE OBJETO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Local associado</li> <li>• Data associada</li> <li>• Nome do grupo/indivíduo associado</li> <li>• Tipo de associação</li> <li>• Função original</li> </ul>	<p><b>GRUPO 12: INFORMAÇÃO SOBRE COLETA DE OBJETO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Local da coleta</li> <li>• Data da coleta</li> <li>• Coletor</li> <li>• Método de coleta</li> </ul>
<p><b>GRUPO 13: INFORMAÇÃO SOBRE REGISTRO DE OBJETO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário atual</li> <li>• Depositante</li> <li>• Data de entrada</li> <li>• Número de entrada</li> <li>• Motivo da entrada</li> </ul>	<p><b>GRUPO 14: INFORMAÇÃO SOBRE NOME DE OBJETO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nome do objeto</li> <li>• Tipo de nome do objeto</li> <li>• Autoridade de nome do objeto</li> </ul>
<p><b>GRUPO 15: INFORMAÇÃO SOBRE NÚMERO DE OBJETO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Número do objeto</li> <li>• Tipo de número do objeto</li> <li>• Data do número do objeto</li> </ul>	<p><b>GRUPO 16: INFORMAÇÃO SOBRE PRODUÇÃO DE OBJETO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Local de produção</li> <li>• Data de produção</li> <li>• Nome do grupo/indivíduo produtor</li> <li>• Função da produção</li> </ul>
<p><b>GRUPO 17: INFORMAÇÃO SOBRE TÍTULO DE OBJETO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Título</li> <li>• Tipo de título</li> <li>• Tradução do título</li> </ul>	<p><b>GRUPO 18: INFORMAÇÃO SOBRE PARTE E COMPONENTE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de partes ou componentes</li> <li>• Descrição de partes e componentes</li> </ul>

<p><b>GRUPO 19: INFORMAÇÃO SOBRE CATALOGAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogador</li> <li>• Data de catalogação</li> <li>• Autoridade</li> </ul>	<p><b>GRUPO 20: INFORMAÇÃO SOBRE REFERÊNCIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Referência</li> <li>• Tipo de referência</li> </ul>
<p><b>GRUPO 21: INFORMAÇÃO SOBRE DIREITOS DE REPRODUÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nota sobre direitos de reprodução</li> <li>• Proprietário dos direitos de reprodução</li> </ul>	<p><b>GRUPO 22: INFORMAÇÃO SOBRE ASSUNTO REPRESENTADO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assunto representado</li> <li>• Descrição do assunto representado</li> </ul>

**Fonte:** compilado pela autora de COMITÊ (2014, p. 46 – 47).

Baseados nos diferentes elementos da catalogação e das fichas catalográficas enunciadas anteriormente de acordo com as iniciativas existentes na área, os Grupos de Informação destas Diretrizes que integram os elementos para a descrição e catalogação dos objetos de museus são: Informação sobre Descrição; Informação sobre Localização; Informação sobre Medição; Informação sobre Produção de Objeto, Informação sobre Título de Objeto e o Grupo de Informação sobre Parte e Componente.

O Grupo de Informação sobre Descrição representa o principal grupo de catalogação dos objetos de museus, seu objetivo é possibilitar uma descrição detalhada do objeto e facilitar sua localização, possuindo duas categorias: descrição física e situação do espécime que estão diretamente focadas nas características físicas do objeto. O Grupo de Informação sobre Localização permite fornecer um rápido e eficaz acesso físico aos objetos justo quando for necessário. O Grupo Informação sobre Medição integra as categorias: Dimensão, Medição, Unidade de medida, Parte medida. Além disso, tem como objetivo “estabelecer se um objeto é realmente aquele descrito na documentação” (COMITÊ, 2014, p. 57), ou seja, permite o reconhecimento do objeto. O Grupo de Informação sobre Produção do Objeto se aplica a atividades como a descrição do objeto, permitindo determinar o local de produção, data de produção, nome do grupo/indivíduo produtor e a função da produção. O Grupo de Informação sobre Título de Objeto fornece os principais dados de identificação dos objetos, sendo o título essencial para descrever o objeto, além de significar um ponto de acesso primordial às informações sobre o objeto por parte dos diferentes usuários. Por último, o Grupo de Informação sobre Parte e

Componente fornece dados que complementam a descrição física detalhada dos objetos. (COMITÊ, 2014).

Como foi apresentado, esses elementos e claramente várias outras categorias dos Grupos de Informação das Diretrizes CIDOC – ICOM permitem a representação descritiva dos objetos de museu visando a sua identificação, recuperação e acesso. A partir disso, recomenda-se o uso de regras padronizadas do controle de terminologia, sendo este um “mecanismo que restringe ou monitora os termos ou palavras utilizados em um campo específico” (COMITÊ, 2014, p. 42) com a finalidade de obter melhores e mais acertados resultados na recuperação de informações.

#### 5.4. A CATALOGAÇÃO NA MUSEOLOGIA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

As Tecnologias da Informação e da Comunicação proporcionaram uma nova realidade na sociedade atual e na prática das diferentes áreas do conhecimento representando não só diferentes desafios, mas também proporcionando vantagens que auxiliam os processos de representação descritiva da informação, especificamente na troca, compartilhamento e acesso à informação. A prática museológica também incorporou as TIC mediante a sistematização automatizada de suas atividades; a estruturação de sistemas eletrônicos e padrões de catalogação e entre outras bases de dados que englobam os diferentes processos museológicos.

Ressaltando os projetos e iniciativas da Museologia na elaboração de sistemas e programas eletrônicos orientados à descrição e catalogação de objetos de museu, encontramos no nível internacional o CIDOC CRM, um modelo conceitual desenvolvido pelo ICOM que fornece linguagens e uma estrutura formal para descrever os conceitos e relacionamentos usados na documentação.

O CIDOC CRM representa uma 'ontologia' para a informação do patrimônio cultural, ou seja, descreve em uma linguagem formal os conceitos e relações explícitas e implícitas relevantes para a documentação do patrimônio cultural. O papel principal do CIDOC CRM é servir como base para a mediação de informações de patrimônio cultural e, assim, fornecer a "ligação" semântica necessária para transformar as atuais fontes de informações localizadas e díspares em um recurso global coerente e valioso. (CIDOC, *online*, tradução nossa).

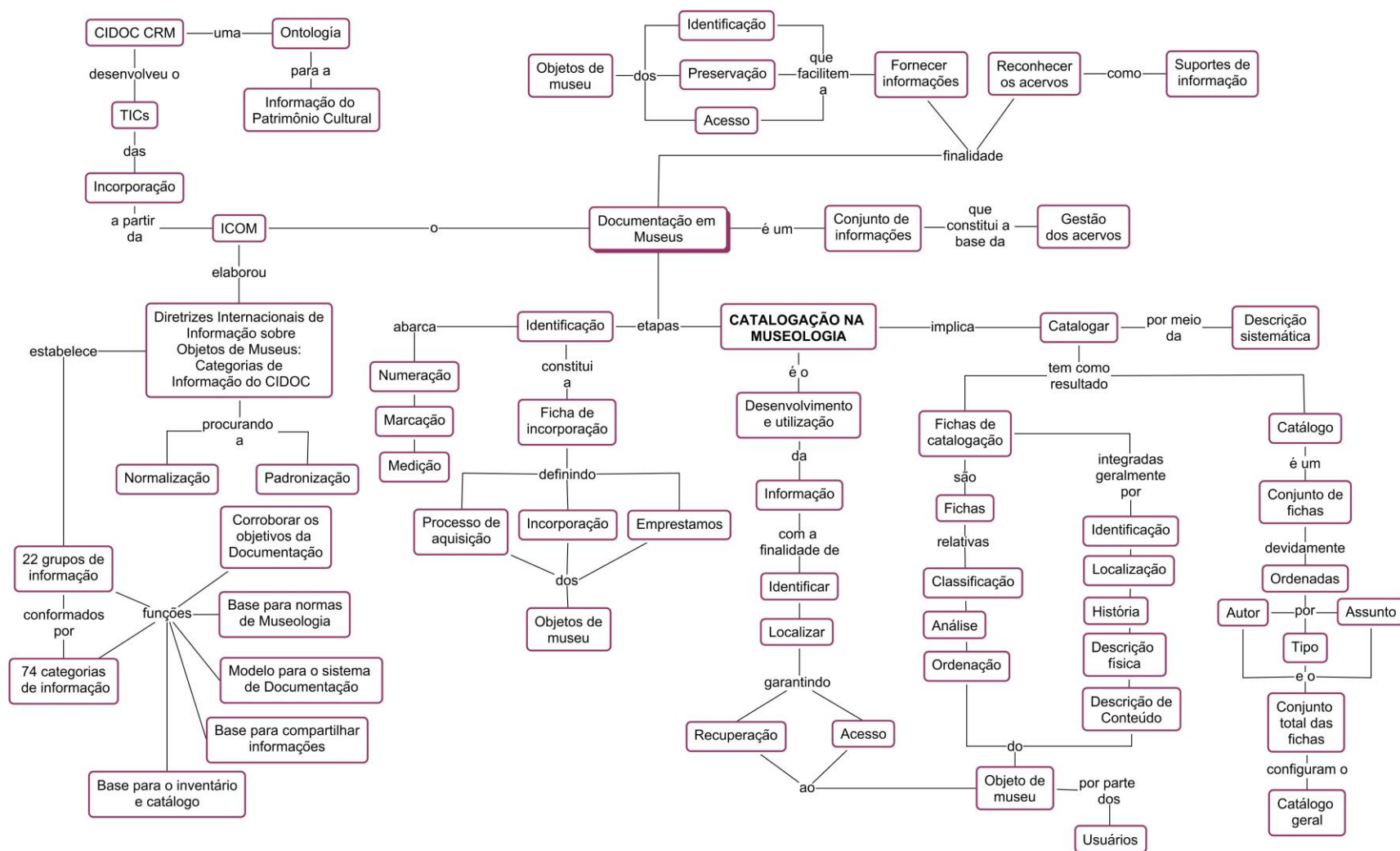
Conforme o exposto, compreendemos que o CIDOC CRM procura a representação do conhecimento e, a partir das suas características, podemos ressaltar que busca a interconexão de um grande número de informações para fornecer o acesso; promove o compartilhamento de informações; é o resultado de mais de 10 anos de trabalho; permite a mediação não só entre fontes de informação do patrimônio cultural, mas, também, entre museus, bibliotecas e arquivos; possibilita a estruturação de relações. (CIDOC, *online*).

No âmbito nacional, uma das primeiras iniciativas foi o programa Donato, desenvolvido pelo Museu Nacional de Belas Artes para “atender à catalogação de obras de arte de características específicas do acervo do museu” (PADILHA, 2014, p. 64). Depois de modificações e alterações significativas e em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) passou a integrar por volta de 100 museus de tipologias diferentes e, dessa forma, foram criados novos metadados para atender à demanda (PADILHA, 2014).

Vale ressaltar que o processo de catalogação na Museologia geralmente tem como base e utiliza também os sistemas e padrões de metadados da catalogação descritiva da Biblioteconomia para a execução de suas atividades, uma vez que engloba elementos que se inter-relacionam com as características do objeto de museu, além de padrões como o Dublin Core, que tem um enfoque mais geral permitindo abranger atributos de diferentes itens e recursos de informação devido a sua livre aplicação, caracterizando-se também pela interoperabilidade entre outros formatos. No tópico anterior de catalogação descritiva, aprofundamos melhor esse padrão de metadados.

Resumimos esse tópico sobre catalogação na Museologia por meio do seguinte mapa conceitual.

Figura 10 – Catalogação na Museologia: Mapa Conceitual



Fonte: elaborado pela própria autora (2021).

## 6. METODOLOGIA

---

Antes de abordar os diferentes procedimentos metodológicos definidos para o desenvolvimento desta pesquisa, é necessário destacar os conceitos de pesquisa e metodologia.

Geralmente as pesquisas nascem a partir de uma pergunta ou questionamento, em que procuramos encontrar uma solução ou resposta mediante o uso dos respectivos métodos científicos (pergunta, revisão bibliográfica, hipóteses, metodologia, entre outros), que nos permitiram desenvolver a pesquisa e obter os resultados. Entendemos, assim, que uma pesquisa envolve um processo de definição, estruturação e delimitação do problema, revisão bibliográfica, hipóteses, aplicação dos procedimentos metodológicos, a análise dos dados e os resultados.

Segundo Gil (2007, p. 17), a pesquisa é um:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

A partir do problema de investigação e dos objetivos propostos para o desenvolvimento da pesquisa, é definida a metodologia a ser utilizada, a qual deve ser clara e devidamente delimitada, o que nos fornecerá uma das bases fundamentais para a solução de nossa questão inicial. A metodologia “é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica” (GERHARDT; SOUZA, 2009, p. 12). Ou seja, marca o caminho que vamos percorrer para encontrar a solução e os resultados de nosso problema de investigação.

O método científico da pesquisa se encontra constituído por procedimentos lógicos e objetivos que buscam o estudo da realidade, sendo igualmente esta a finalidade das pesquisas. A execução desses procedimentos deve ser totalmente objetiva, buscando a neutralidade científica, uma vez que, por meio das pesquisas são obtidos e gerados novos conhecimentos que têm um caráter universal e generalizado, mediante a releitura do conhecimento já existente e na produção de novos produtos ou serviços.

Os procedimentos metodológicos estabelecidos para a realização desta pesquisa são apresentados na sequência.

#### 6.1. NATUREZA E TIPOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa é de natureza básica, pois os dados não serão aplicados e não configuram um produto. Esta pesquisa busca gerar e contribuir com novos conhecimentos a partir da releitura e a análise da literatura já existente, tendo como resultado um texto que apresenta uma abordagem diferente com base nos procedimentos metodológicos, definidos neste tópico, para alcançar o objetivo geral proposto. A pesquisa básica “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 34).

A tipologia da pesquisa é exploratória, “[...] este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (GIL, 2007, p. 41). Assim, objetiva-se fortalecer a temática de representação descritiva da informação, por meio da geração de novas questões, análises e conhecimentos que contribuem para o seu desenvolvimento teórico.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52), a pesquisa exploratória tem como finalidade:

[...] proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

Com base nas técnicas de análise de dados definidas para o desenvolvimento desta pesquisa e na delimitação do *corpus*, se evidencia que esta pesquisa contribui na identificação das semelhanças e diferenças do processo de representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia possibilitando o diálogo entre as áreas e a estruturação de formas de compartilhar informações entre elas.

## 6.2. ABORDAGEM DO PROBLEMA

O enfoque da pesquisa é de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa reflete no marco teórico, a análise de conteúdo e seus resultados, visto que se procura identificar, descrever e analisar as diferentes noções conceituais de representação descritiva da informação, visando a compreender as perspectivas desta temática, empregando assim um caráter subjetivo e exploratório.

De acordo com Silveira e Córdova (2009), as características da pesquisa qualitativa são:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (2009, p. 35, Itálico dos autores).

O estudo comparativo visa estabelecer as semelhanças ou diferenças da temática da pesquisa segundo os periódicos da Ciência da Informação do Brasil e os *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia, a partir de categorias que apresentam uma abordagem qualitativa, estruturando, dessa maneira, um debate que vai possibilitar a interpretação dos resultados.

## 6.3. MÉTODOS DE PESQUISA

Foi definido o método de pesquisa bibliográfica e o método comparativo. Para a pesquisa bibliográfica, utilizamos fontes bibliográficas como artigos científicos, teses, dissertações, livros, periódicos científicos, entre outros, a fim de compor o universo geral da pesquisa. Esse método contribui diretamente no desenvolvimento do marco teórico desta investigação.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2007, p. 45).

Com a utilização da pesquisa bibliográfica, estamos em contato direto com todas as fontes bibliográficas já escritas, faladas, filmadas e publicadas sobre nossa temática de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003). Este método permite a busca e identificação de informações bibliográficas, com o objetivo de recuperar e selecionar os documentos que têm uma direta relação com nosso tema de pesquisa, os quais representam a fundamentação teórica de nosso trabalho.

E para o método comparativo foram utilizados os periódicos científicos da Ciência da Informação do Brasil com Estrato Qualis Capes A1 na área de avaliação Comunicação e Informação, no quadriênio 2016-2019 e os *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia. Segundo Gil (2008, p. 17), esse método “procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles”.

Para a busca bibliográfica, foi definido o seguinte *corpus* da pesquisa, com a finalidade de estabelecer os critérios e procedimentos a seguir, criando, assim, um planejamento das atividades.

#### 6.4. CORPUS DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE COLETA DE DADOS

O *corpus* da pesquisa foi dividido em duas partes, a primeira engloba o universo geral da dissertação, ou seja, o marco teórico, e para a segunda parte foi definido um *corpus* intencional que permite a análise e o estudo comparativo proposto nos objetivos específicos, tal como é apresentado abaixo:

##### **Corpus bibliográfico 1 - Marco teórico da pesquisa**

O *corpus* que compõe o marco teórico e nos permitiu alcançar o objetivo específico um desta pesquisa refere-se a:

- Fontes bibliográficas como artigos científicos; livros; dissertações; teses; trabalhos de conclusão de curso; artigos de eventos; recursos bibliográficos *online* e demais documentos científicos que estudam o tema da pesquisa.

A coleta destas fontes bibliográficas foi realizada nos principais canais de comunicação científica e em bases de dados, tais como:

- Base de Dados de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – Brapci; *The Scientific Electronic Library Online* – Scielo; *Library and Information Science Abstracts* – LISA; Google Acadêmico; periódicos científicos da CI; anais de eventos e em bibliotecas.

A busca da informação inclui a produção científica nacional e internacional e os termos de busca utilizados para a coleta da informação são:

- Representação da informação;
- Representação descritiva da informação;
- Representação descritiva;
- Descrição arquivística;
- Catalogação descritiva;
- Descrição bibliográfica;
- Catalogação;
- Documentação em museus;
- Catalogação na Museologia.

Esses termos de busca foram pesquisados nos idiomas inglês, espanhol e português e o escopo de busca foi: autor; título; resumo; termos indexados e texto completo. Entretanto, não foi delimitado um período de tempo em específico, uma vez que se busca identificar e compreender a representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, incluindo sua trajetória histórica e os avanços e mudanças apresentados através do tempo.

### ***Corpus bibliográfico 2 – Análise de conteúdo e estudo comparativo***

Esse *corpus* foi determinado intencionalmente com a finalidade de dar abrangência aos objetivos específicos dois, três e quatro e, a partir disso, ao objetivo geral da pesquisa. Desse modo, esta delimitação garante o adequado cumprimento da investigação, permitindo obter a solução do problema, sendo viável sua realização.

Buscamos analisar as noções conceituais da representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia segundo os periódicos da Ciência da Informação do Brasil e os *sites* oficiais do *Archivo General*

*de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia, assim o *corpus* definido foi:

- Periódicos científicos da Ciência da Informação do Brasil com Estrato Qualis Capes A1 na área de avaliação Comunicação e Informação, no quadriênio 2016-2019. As revistas identificadas com estas características são: *Transinformação*; *Informação & Sociedade: Estudos* e a revista *Perspectivas em Ciência da Informação*.
- Os *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia.

Os periódicos do Brasil foram definidos para a análise por agruparem as discussões, estudos e resultados de pesquisas que englobam as diferentes temáticas da Ciência da Informação, além de que os periódicos com Qualis A1 são considerados de excelência na área da Ciência da Informação, pois contam com elementos objetivos importantes que dão uma maior visibilidade e rigor científico às revistas.

E os *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia foram selecionados para a análise desta pesquisa, porque, como já foi dito, representam os órgãos nacionais designados para orientar a fundamentação e desenvolvimento dos arquivos, bibliotecas e museus na Colômbia, como também suas políticas.

É pertinente assim a pesquisa, porque permitirá verificar como cada país (Brasil e Colômbia) identifica a representação descritiva, ressaltando o enfoque que se dá sobre esta temática nesses países.

Uma vez identificados os periódicos no Brasil, foi realizada a busca dos artigos em cada uma das revistas, com delimitação temporal entre 2010 e 2019 e utilizando os seguintes termos de busca, nos idiomas inglês, espanhol e português:

- Representação descritiva da Informação
- Representação descritiva
- Descrição arquivística
- Catalogação descritiva
- Descrição bibliográfica

- Catalogação
- Catalogação na Museologia

Depois de realizada a busca dos artigos nos próprios *sites* dos periódicos, foram recuperados 99 trabalhos, dos quais 45 repetidos, obtendo, assim, um resultado final de 54 artigos viáveis para a análise (ver listados com as referências dos artigos nos apêndices). No Quadro 17, ressaltamos o nome dos periódicos, o Qualis, o escopo de busca e os resultados obtidos por cada periódico.

**Quadro 17 – Resultados do *corpus* bibliográfico 2**

Periódicos	País Qualis	Escopo de Busca	Resultados Finais
Transinformação	Brasil A1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autor</li> <li>• Título</li> <li>• Resumo</li> <li>• Termos indexados</li> <li>• Texto completo</li> </ul>	8
Informação & Sociedade: Estudos	Brasil A1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escopo não identificado, a ferramenta de busca só permite filtrar por datas e autor.</li> </ul>	22
Perspectivas em Ciência da Informação	Brasil A1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autor</li> <li>• Título</li> <li>• Resumo</li> <li>• Termos indexados</li> <li>• Texto completo</li> </ul>	24
<b>TOTAL</b>			<b>54</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação aos *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia, foram identificados 3 documentos (ver listados com as referências nos apêndices) que apresentam o conceito de representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, sendo estes selecionados para a análise e estudo comparativo propostos.

Somando os resultados de ambos países, Brasil e Colômbia, obtivemos 57 resultados para a análise de conteúdo. Após a leitura destes trabalhos, foram escolhidos só aqueles “documentos susceptíveis de fornecer informações sobre o problema levantado” (BARDIN, 1977, p. 96), com base nas regras definidas por Bardin, as quais são abordadas com profundidade na seguinte seção deste tópico.

## 6.5. TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa e para alcançar o objetivo proposto, optamos por utilizar duas técnicas de análise de dados: a análise de conteúdo e o estudo comparativo.

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é uma técnica que teve grande destaque de desenvolvimento nos Estados Unidos e desde que se começou a interagir com as comunicações, essa técnica de análise tomou maior importância e utilidade, uma vez que possibilita compreender e analisar as comunicações por meio de procedimentos que facilitam a identificação das condições de produção ou recepção das mensagens, com o objetivo de enriquecer a leitura e ultrapassar da incerteza (BARDIN, 1977). Para a autora, o termo de análise de conteúdo é designado como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

Analisar permite obter novas e diferentes percepções, pelas quais se requer estabelecer a organização da análise seguindo cronologicamente as três fases que define Bardin (1977) para a implementação deste método: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Os 57 resultados expostos anteriormente foram analisados com base nestas fases. Na pré-análise, procura-se “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 1977, p. 95), pelo qual a autora estabeleceu cinco atividades que permitem não só a escolha dos documentos a serem analisados, mas, também, a formulação dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Essas atividades se apresentam a seguir:

- a) A leitura “flutuante” – Primeiro contato com o documento com a finalidade de conhecer o texto.
- b) A escolha dos documentos – Uma vez realizada a leitura dos artigos e documentos, foram selecionados 17 textos que fornecem

informações sobre o problema proposto nesta pesquisa, cumprindo assim com a regra de homogeneidade – os documentos selecionados devem apresentar o conceito de representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, podendo expor uma ou mais noções de cada ou todas as áreas.

- c) A formulação dos objetivos – foi definido como objetivo: identificar quais são as noções conceituais de representação descritiva da informação na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil e na Colômbia.
- d) A referenciação dos índices e a elaboração de indicadores – o índice principal desta pesquisa é a menção explícita dos conceitos de representação descritiva, descrição arquivística, catalogação descritiva, descrição bibliográfica, catalogação e catalogação na Museologia e os indicadores são esses mesmos termos, os quais devem estar presentes no título, resumo, palavras-chave do documento e ou corpo do texto.
- e) A preparação do material - foram agrupados sistematicamente os documentos selecionados.

Na segunda fase, foi realizada a exploração dos documentos, a partir da identificação de categorias, as categorias definidas foram: a representação descritiva na Arquivologia, a representação descritiva na Biblioteconomia e a representação descritiva na Museologia, as quais são aprofundadas mais especificamente no estudo comparativo que também foi realizado para a análise dos resultados. E, na última fase, foram apresentados os resultados obtidos.

Depois de fazer a análise de conteúdo, nos centramos em realizar o estudo comparativo a partir dos 17 textos selecionados. O estudo comparativo é um método de investigação já estabelecido desde os anos 1970 e que, segundo Bulgacov (1998, p. 56), é “a comparação sistemática de um grupo determinado de organizações, ou grupos específicos de organizações, com a finalidade de estabelecer relações entre suas variáveis ou categorias analíticas”. Esse método permite analisar e sintetizar as semelhanças, diferenças e características de dois ou mais casos que compartilhem algo em comum, seja seu objetivo, finalidade ou enfoque.

Bulgacov (1998) expõe que a definição das categorias é o primeiro passo do processo de comparação e, em segundo lugar, essas categorias devem estar definidas com especificidade e precisão, pois como variáveis de análise precisam identificar as similitudes e as diferenças concretas entre os casos selecionados para serem comparados. Com base nisto, as categorias estabelecidas são: Categorias de primer nível: A representação descritiva da informação no Brasil e na Colômbia e a representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia; e categorias de segundo nível: Concepção, identificar como é definida a representação descritiva da informação em cada área e elencar os objetivos e funções que se apresentam em cada noção conceitual.

Logo após a leitura realizada dos artigos e documentos, e de sua categorização, procedeu-se à análise comparativa e à apresentação do quadro comparativo que permite elencar as semelhanças e diferenças da representação descritiva da informação entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia e entre cada país, com o intuito de trazer reflexões com base na revisão de literatura realizada.

Para uma melhor compressão da estrutura e do desenvolvimento da pesquisa, apresentamos, a seguir, o Quadro 18 que expõe as atividades e métodos utilizados para o alcance dos objetivos propostos.

Quadro 18 – Objetivos e atividades

<b>Objetivo Geral:</b> Analisar as semelhanças e diferenças nas noções de representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil e na Colômbia.	
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Atividades</b>
Caracterizar, a partir de revisão de literatura, as concepções de representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.	Revisão da literatura sobre as perspectivas e fundamentos de representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.
Identificar, no Brasil e na Colômbia, os aspectos elencados quanto ao conceito de representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.	Uso da técnica de análise de conteúdo, para identificar as noções conceituais de representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia nas publicações dos periódicos do Brasil e nos <i>sites</i> oficiais do <i>Archivo general de la Nación</i> , da <i>Biblioteca Nacional</i> e do <i>Museo Nacional</i> da Colômbia.
Categorizar os resultados encontrados sobre o conceito de representação descritiva na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.	A partir dos resultados do procedimento anterior, será realizado um estudo comparativo para correlacionar as categorias definidas.
Apresentar um quadro comparativo a partir das semelhanças e diferenças identificadas em cada área e em cada país.	Elaboração de um quadro comparativo ressaltando as semelhanças e diferenças identificadas em cada área e em cada país.

**Fonte:** dados da pesquisa.

Apresentamos, a seguir, no tópico número sete, os resultados obtidos no desenvolvimento desta pesquisa.

## 7. RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÕES

---

Iniciamos este tópico ressaltando as limitações encontradas no desenvolvimento desta pesquisa, toda vez que estas incidiram diretamente no *corpus* inicialmente estabelecido.

A seguir apresentamos os resultados, análises, interpretações e discussões desta pesquisa, estruturados em três momentos. No primeiro momento, nos referimos à análise de conteúdo, buscando identificar as noções conceituais de representação descritiva da informação nos artigos e trabalhos publicados nos periódicos *Transinformação*; *Informação & Sociedade: Estudos e Perspectivas em Ciência da Informação do Brasil* e nos documentos selecionados nos *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia.

O segundo momento, se destina ao estudo comparativo por meio da categorização dos resultados. Assim, elencamos o número de noções conceituais identificadas em cada área, na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, e em cada país, no Brasil e na Colômbia, e confrontamos também estas noções a partir das concepções e objetivos e funções que expõe cada conceito encontrado. É por meio desta análise e estudo comparativo que vamos evidenciar as semelhanças e diferenças em cada área e em cada país, apresentando estes resultados mediante um quadro comparativo no terceiro momento.

### 7.1. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Se faz necessário destacar, antes de apresentar os resultados obtidos nesta pesquisa, as limitações encontradas, devido a que estas mudaram a proposta inicialmente estabelecida, porém buscamos elencá-las a seguir e aclarar assim as características do *corpus* final analisado.

A primeira limitação se apresentou no *corpus* definido para a análise e o estudo comparativo, já que no começo foi definido realizar a comparação entre os dois países – Brasil e Colômbia – a partir dos periódicos científicos da área da Ciência da Informação, mas não foi possível aplicar as técnicas de análise de dados

em periódicos iguais, toda vez que, uma vez realizada a busca dos artigos nos periódicos da Colômbia, com base nos termos e as delimitações propostas, não obtemos resultados suficientes para realizar o estudo comparativo indicado.

Está limitação foi identificada como uma baixa produção científica sobre a temática de representação descritiva da informação na Colômbia, mas entre os aspectos que poderão influenciar nos poucos trabalhos recuperados, encontra-se a variação na terminologia, como uma das principais características, já que é possível que sejam utilizadas diferentes denominações para os processos, dando lugar assim a um silêncio documental entre a mesma área do conhecimento. Pelo qual, se faz necessário estudar estas diferenças terminológicas, procurando estabelecer ou determinar um consenso no uso dos termos para se referir aos distintos processos, criando bancos e depósitos terminológicos que englobem não só a área da Ciência da Informação, mas também a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia nos diferentes países, abarcando tanto as limitações próprias do país como as que se apresentam no exterior.

Com base nesta limitação e tendo em conta que a comparação proposta na metodologia da pesquisa deve abarcar situações iguais para significar um estudo comparativo equitativo, se determinou analisar os conceitos de representação descritiva da informação que expõem os sites oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia, toda vez que são os órgãos encarregados de reger as políticas e fundamentos Arquivísticos, Biblioteconômicos e Museológicos a nível nacional, ou seja, são uma das principais fontes de consulta e fundamentação.

Os conceitos destacados nestes *sites* representam a Colômbia e a cada uma das instituições, já que os documentos identificados encontrassem imersas nas publicações institucionais.

É uma limitação que permitiu evidenciar a importância dos estudos voltados à terminologia, abarcando como já foi exposto anteriormente, não só o próprio país, mas também englobar a situação que se apresenta externamente. Também, a partir desta limitação ficam diversas incógnitas, entre a mais representativa: Existiria alguma alteração nos resultados desta pesquisa se a comparação fosse feita com os periódicos científicos da área da Ciência da Informação da Colômbia?

Diante desse contexto, destacamos que por questões terminológicas ou pela não disponibilidade *online* alguns trabalhos e artigos não chegaram até este ponto da pesquisa.

E, a outra limitação que se vivenciou durante o desenvolvimento desta dissertação foi o isolamento social causado pela COVID-19, pelo qual a fundamentação da pesquisa se centrou principalmente em trabalhos, artigos, livros e demais produções científicas disponíveis *on-line*, representando uma delimitação na recuperação da informação.

## 7.2. NOÇÕES CONCEITUAIS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção, analisamos os artigos publicados entre 2010 e 2019 que expõem o conceito de representação descritiva da informação nos periódicos *Transinformação*; *Informação & Sociedade: Estudos e Perspectivas em Ciência da Informação do Brasil*, com Estrato Qualis Capes A1 na área de avaliação Comunicação e Informação, com escopo em CI, no quadriênio 2016-2019, e nos documentos selecionados nos *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia.

Iniciamos com a apresentação de cada periódico e organização, ressaltando seu objetivo e informação geral, e, a seguir, nos centramos na análise de conteúdo, identificando nos artigos e documentos recuperados o conceito de representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.

### 7.2.1. Periódicos da Ciência da Informação do Brasil

#### **TRANSINFORMAÇÃO**

O periódico *Transinformação* foi fundado em 1989 e é editado pela Faculdade de Biblioteconomia, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, instituição privada. E como já foi dito anteriormente, a revista está classificada com Estrato Qualis Capes A1 na área de avaliação Comunicação e Informação, com escopo em CI, no quadriênio 2016-2019.

A missão do periódico é a “publicação de artigos que contribuem para o estudo e desenvolvimento científico da Ciência da Informação, da Biblioteconomia, da Arquivologia, da Museologia e das áreas afins”. (TRANSINFORMAÇÃO, 2021, *online*). Tem periodicidade de publicação de três (3) números por ano, ISSN 0103-3786 versão *online* e de acesso aberto.

A partir da busca geral realizada e tendo em conta os parâmetros de busca definidos, as Palavras-chave foram: Representação descritiva da Informação; Representação descritiva; Descrição arquivística; Catalogação descritiva; Descrição bibliográfica; Catalogação e Catalogação na Museologia. Delimitação temporal: entre 2010 e 2019. Escopo de busca: Autor; título; resumo; termos indexados e texto completo. Linguagens: inglês, espanhol e português – foram recuperados oito (8) artigos nesta revista.

Após a leitura dos oito (8) trabalhos recuperados na revista Transinformação, constatamos que só dois (2) artigos apresentam noções conceituais sobre a representação descritiva da informação, sendo estes selecionados para a análise de conteúdo.

O primeiro artigo analisado é intitulado “**A representação descritiva no contexto da web semântica**”, das autoras Maria Elisabete Catarino e Terezinha Batista de Souza, publicado em 2012, no número 2 do volume 24 da revista.

Catarino e Souza (2012) expõem inicialmente o conceito da representação descritiva visto desde a Ciência da Informação, fundamentadas em Ortega (2011). E, a seguir, apresentam o conceito de catalogação, especificamente a catalogação descritiva na Biblioteconomia, com base na visão de Souza (2009).

[...] A descritiva representa as características específicas do documento que permitem sua individualização e também define e padroniza os pontos de acesso responsáveis pela busca e recuperação da informação e pela reunião de documentos semelhantes. [...] refere-se aos aspectos da descrição formal dos documentos, o que inclui a descrição física e a descrição dos elementos para identificação dos mesmos; a atividade de representação descritiva é também chamada de catalogação (ou, mais especificamente, catalogação descritiva) em especial entre a comunidade de bibliotecas, e de descrição bibliográfica entre a comunidade dos serviços de informação científica (ORTEGA, 2011, p. 45).

A catalogação é o processo por meio do qual se descreve formalmente um documento ou recurso e se estabelece um variado e variável número de pontos de acesso, objetivando

proporcionar, ao usuário final, a condição de encontrar, identificar, selecionar e obter o documento ou o recurso descrito, ou a informação nele contida. Portanto, é um processo que gera o registro bibliográfico que, por sua vez, identifica e descreve um documento, tanto na sua forma física, como na de conteúdo, funcionando como sua representação na medida em que permite a um usuário encontrar, identificar, selecionar e obter uma obra por meio de um instrumento de recuperação, nomeadamente o catálogo. Em outras palavras, uma catalogação bem elaborada permite poupar tempo, uma vez que evita a consulta a documentos não pertinentes e permite substituir a consulta a alguns documentos, pelo fato de o usuário já ter encontrado a informação desejada (SOUZA, 2009). **p. 84**

E o segundo artigo analisado da revista *Transinformação* foi publicado em 2014, no número 1 do volume 26, intitulado “**A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira**”, das autoras Alien Franca e Naira Christofolletti Silveira.

Franca e Silveira (2014) apresentam o conceito de representação bibliográfica na Biblioteconomia exposto por Mey (1999). Apresentando, ao final, uma noção conceitual própria do conceito.

[...] o catálogo possibilita as relações entre os documentos sem a necessidade de tê-los em mãos por meio de representações bibliográficas.

“Representação bibliográfica consiste em um processo de comunicação, visando a interligar itens (suportes físicos de obras) a usuários e [...] demandas de usuários a itens pertinentes”. Assim, a representação bibliográfica pode ser compreendida como um conjunto de informações organizadas para descrever e acessar um item, evidenciando suas características particulares. **p. 72**

A partir dos resultados identificados na revista *Transinformação*, podemos evidenciar a zero incidência da recuperação dos termos de representação descritiva na Arquivologia e na Museologia, obtendo, assim, uma incidência de dois (2) artigos que apresentam o conceito de representação descritiva na Biblioteconomia. Além de ser identificada uma (1) noção conceitual sobre a representação descritiva da informação desde a Ciência da Informação, abrangendo, de maneira geral, no nosso ponto de vista, a representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.

## INFORMAÇÃO & SOCIEDADE: ESTUDOS

A revista Informação & Sociedade: Estudos, título abreviado Info. Soc., foi lançada em 1991 pelo programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente sua periodicidade é quadrimestral, ou seja, são publicados quatro (4) números por ano.

É uma revista com Estrato Qualis Capes A1 na área de avaliação Comunicação e Informação, com escopo em CI, no quadriênio 2016-2019, ISSN 1809-4783, em suporte *online* e com acesso aberto, seu objetivo é:

[...] divulgar trabalhos que representam contribuição para o desenvolvimento de novos conhecimentos entre pesquisadores, docentes, discentes e profissionais em ciência da informação, biblioteconomia e áreas afins, independente de sua vinculação profissional e local de origem, além de publicar, sistematicamente, os resumos das dissertações aprovadas no PPGCI/UFPB. (INFO. SOC., 2021, *online*).

Uma vez realizada a busca dos artigos de acordo com os parâmetros estabelecidos, foram recuperados vinte e dois (22) trabalhos. Após a leitura, observamos que dezessete (17) textos não apresentam nenhuma noção conceitual relacionada à representação descritiva da Informação, descrição arquivística, catalogação descritiva, descrição bibliográfica, catalogação ou catalogação na Museologia. Dessa maneira, foram selecionados cinco (5) artigos para a análise de conteúdo.

O primeiro artigo analisado do periódico Informação & Sociedade: Estudos é intitulado “**Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva**”, das autoras Giovana Deliberali Maimone; Naira Christofolletti Silveira e Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, publicado em 2011, no número 1 do volume 21.

Maimone, Silveira e Tálamo (2011) apresentam uma noção conceitual própria sobre a representação descritiva da informação na perspectiva da CI.

Portanto, a representação da informação pode ser subdividida em representação descritiva e representação temática. A primeira representa as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. Ela também define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela

busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes, por exemplo, todas as obras de um determinado autor ou de uma série específica [...] **p. 28**

O segundo trabalho é intitulado “**O modelo de dados *Resource Description Framework (RDF)* e o seu papel na descrição de recursos**”, dos autores Jaider Andrade Ferreira e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, publicado em 2013, no número 2 do volume 23.

Ferreira e Santos expõem o conceito de catalogação descritiva na Biblioteconomia com base em Ortega (2011).

Segundo Ortega (2011), o termo Catalogação descritiva se refere aos aspectos da descrição formal dos recursos, incluindo a descrição física e a descrição dos elementos que identificam os recursos, sendo que a atividade de descrição é conhecida na área de Biblioteconomia pelo nome da disciplina Catalogação. **p. 14**

O terceiro artigo é intitulado “**A representação do livro em braille em Catálogos em Linha de Acesso Público de bibliotecas**”, dos autores Felipe José Lêdo e Naira Christofolletti Silveira, publicado em 2017, no número 2 do volume 27.

Lêdo e Silveira (2017) expõem com suas próprias palavras o conceito de catalogação na Biblioteconomia sustentados na visão de Mey e Silveira (2009). Além de ressaltar os objetivos do catálogo fundamentados em Cutter (1904).

[...] o catálogo, enquanto conjunto de registros bibliográficos que representam os documentos existentes em um acervo, é também um instrumento de vital importância para que os usuários deficientes possam localizar e acessar a informação.

[...] o catálogo, como meio de comunicação entre a informação e o usuário [...] **p. 185**

Diferentemente de elaborar-se uma simples lista de referências ou um inventário, a Catalogação tem como finalidade representar os documentos, de modo a localizá-los em um acervo, separá-los segundo suas diferenças e reuni-los segundo suas semelhanças. O processo de Catalogação resulta no registro bibliográfico, que transmite tanto as informações advindas da Representação Descritiva quanto as informações advindas da Representação Temática. **p. 187**

Cutter foi pioneiro ao traçar os objetivos do catálogo. Esses objetivos são aceitos até os dias de hoje. Objetivos: 1. Permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ou (A) o autor (B) o título seja conhecido (C) o assunto

2. Mostrar o que a biblioteca possui (D) de um autor determinado (E) de um assunto determinado (F) de um tipo determinado de literatura
3. Ajudar na escolha de um livro (G) de acordo com sua edição (bibliograficamente) (H) de acordo com seu caráter (literário ou tópico) (CUTTER, 1904, *apud* MEY; SILVEIRA, 2009, p. 12). **p. 187**

O quarto artigo analisado é intitulado “**Modelo conceitual DILAM: integração entre arquivos, bibliotecas e museus**”, das autoras Ana Carolina Simionato e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, publicado no ano 2017, no número 2 do volume 27 da revista.

Simionato e Costa (2017) abarcam as três áreas neste artigo, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, mas só foram identificadas as noções conceituais da catalogação na Biblioteconomia, com base em Guinchat e Menou (1994), e do catálogo na Museologia, de acordo com Camargo-Moro (1986).

[...] (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 101) afirmam que a catalogação deve “[...] fornecer uma representação do documento que é descrito de uma forma única e não ambígua, o que permite identificá-lo, localizá-lo, representá-lo nos catálogos correspondentes e recuperá-lo.”

A catalogação permite que o catálogo possa multidimensionar as escolhas, para que o usuário encontre o material desejado.

O catálogo na museologia “[...] trata-se de um meio de comunicação típico e objetivo para difusão de suas propostas. Através dele o museu comunica os estudos e pesquisa que vêm sendo realizados sobre um determinado aspecto, utilizando seus próprios meios de interpretação [...]”. (CAMARGO-MORO, 1986, p. 225). **p. 66**

E o quinto e último artigo analisado desta revista é intitulado “**Modelo FRSAD como base para a representação temática na descrição arquivística**”, das autoras Luciane Paula Vital e Marisa Bräscher, publicado em 2018, no número 2 do volume 28.

Vital e Bräscher (2018) expõem a definição de descrição arquivística com base no conceito apresentado pela norma internacional ISAD (G) (2000).

A descrição arquivística é apresentada na ISAD (G) (INTERNATIONAL COUNCIL..., 2000, p. 4) como um processo de representação das unidades de classificação arquivística que permite a identificação, gestão e o entendimento do contexto de produção dos conjuntos documentais e seus respectivos produtores. A descrição é, portanto, um

processo de organização e representação da informação apresentada nos documentos arquivísticos, que parte da análise e síntese para criar representações com vistas à gestão documental, com diferentes finalidades. p. 272

Com base nos resultados obtidos na revista *Informação & Sociedade: Estudos*, encontramos: três (3) noções conceituais de representação descritiva da informação na Biblioteconomia; uma (1) noção conceitual de descrição arquivística; uma (1) noção de catálogo na Museologia e uma (1) noção conceitual de representação descritiva na Ciência da Informação. Evidenciando, assim, como estes resultados nos permitem analisar e confrontar cada conceito nas diferentes áreas definidas.

#### **PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A revista *Perspectivas em Ciência da Informação* foi lançada em 1996 pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, com Estrato Qualis Capes A1 na área de avaliação Comunicação e Informação, com escopo em CI, no quadriênio 2016-2019, e tem periodicidade trimestral. É também uma revista disponível em Open Access, ISSN 1981-5344.

Este periódico “Divulga artigos científicos, relatos de pesquisas, estudos teóricos, revisões de literatura, textos didáticos, relatos de experiências, traduções e resenhas nas áreas de Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e áreas afins.” (PERSPECTIVAS..., 2021, *online*).

Na busca realizada nesta revista foram recuperados vinte e quatro (24) artigos e, logo após a leitura, constatamos que sete (7) textos apresentam noções conceituais sobre a representação descritiva da informação nas diferentes áreas estabelecidas para a análise nesta pesquisa.

O primeiro artigo analisado na revista *Perspectivas em Ciência da Informação* é intitulado “**Arranjo e descrição arquivística em processos judiciais**”, das autoras Tassiara Jaqueline Fanck Kich e Glauca Vieira Ramos Konrad, publicado em 2011, no número 4 do volume 16 do periódico.

Fanck Kich e Ramos Konrad (2011) apresentam uma noção conceitual de descrição arquivística com base em Castanho *et al.* (2006).

A partir de elementos caracterizadores dos documentos, a descrição, de acordo com Castanho *et al.* (2006), permite a identificação e, principalmente, a divulgação das informações arquivísticas. Esse processo culmina com a elaboração de instrumentos de pesquisa, a partir do conteúdo de documentos de arquivo. **p. 217**

O segundo artigo é intitulado “**Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG**”, da autora Cristina Dotta Ortega, publicado em 2013, no número 2 do volume 18 da revista.

Ortega (2013) expõe uma noção conceitual própria sobre a catalogação na Biblioteconomia.

No contexto da Organização da Informação, temos a Catalogação como àquela que envolve os modelos de registros de bases de dados e os aspectos teórico-procedimentais da representação descritiva. Para tanto, a Catalogação é composta pelas atividades de identificação da estrutura dos campos dos registros e de produção destes registros, por meio das operações de descrição e de elaboração de pontos de acesso descritivos. **p. 186**

O terceiro artigo é intitulado “**Instrumento de descrição arquivística em meio eletrônico: definição do quadro de padrões, normas e metadados**”, dos autores Franciele Simon Carpes e Daniel Flores, publicado na revista em 2014, no número 4 do volume 19.

Carpes e Flores (2014) trazem o conceito de descrição arquivística proposto por Belloto (2006).

“Processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. **p. 70**  
O processo de descrição arquivística resulta num instrumento de pesquisa. **p. 72**

O quarto trabalho é intitulado “**La representación de documentos y autoridades archivísticas: una mirada desde la perspectiva de la normalización**”, das autoras Dunia Llanes Padrón e Mariângela Spotti Lopes Fujita, publicado em 2017, no número 2 do volume 22 da revista.

Llanes Padrón e Fujita (2017) citam a definição de descrição arquivística da norma internacional ISAD (G) (2000).

Según ISAD(G), “la descripción archivística, en el sentido más amplio del término, se refiere a cada uno de sus elementos de información con independencia de la fase de gestión en el que se identifique o se establezca” (ISAD-G, 2000, p. 9). **p. 222**

O quinto artigo é intitulado “**Metadados para descrição de *datasets* e recursos informacionais do “Portal Brasileiro de Dados Abertos”**”, dos autores Fábio Mosso Moreira, Zaira Regina Zafalo, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos e Ricardo César Gonçalves Sant’Ana, publicado em 2017, no número 3 do volume 22 da revista.

Moreira, Zafalo, Santos e Sant’Ana (2017) apresentam o conceito de representação da informação de maneira geral com base em Moura e Fernandes (2001), expondo também os aspectos deste processo elencados por Mey (1995).

Para Moura e Fernandes (2001), a representação de um recurso informacional busca a padronização e normalização no tratamento e recuperação da informação, e tem como objetivo fornecer um conjunto de elementos para a descrição de recursos informacionais; obter resultados mais precisos no processo de busca; e estabelecer padrões de metadados, modelos e protocolos, e sua integração com os mecanismos de busca. **p. 161**

No processo de representação, aspectos como a integridade, a clareza, a precisão, a lógica e a consistência dos conteúdos dos documentos a serem representados devem ser resguardados, tendo em vista sempre o usuário e as necessidades por ele demonstrada. (MEY, 1995). **p. 166**

O sexto artigo é intitulado “**Estudo comparativo do Padrão de Descrição de Informação e Marc 21 em partitura de pianola**”, das autoras Milene Rosa de Almeida Moura e Luzia Sigoli Fernandes Costa, publicado em 2018, no número 4 do volume 23 da revista.

Moura e Costa (2018) expõem a catalogação na Biblioteconomia com base na visão de Mey e Silveira (2009).

A catalogação apresenta-se como uma forma de apresentar ao usuário diferentes alternativas na escolha de um item, ou seja, permitir ao usuário localizar um determinado documento como também outros que tenham ligação com o primeiro, ampliando seu universo de escolhas (MEY; SILVEIRA, 2009). **p. 42**

E o sétimo e último artigo deste periódico, *Perspectivas em Ciência da Informação*, é intitulado “**Catalogação de metadados: descrição de metadados**

**de negócio a partir dos princípios e objetivos bibliográficos**”, das autoras Mariana Baptista Brandt, Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos e Zaira Regina Zafalon, publicado em 2019, no número 3 do volume 24 da revista.

Brandt, Vidotti, Santos e Zafalon (2019) expõem sua concepção da catalogação bibliográfica na Biblioteconomia, além de citar as funções da catalogação descritiva apresentadas por Layne (1989).

[...] catalogação bibliográfica: catalogar um livro, por exemplo, consiste em identificá-lo e descrever seus atributos para que possa ser encontrado, selecionado, utilizado etc. Layne (1989, p. 190, tradução nossa) destaca três funções da catalogação descritiva: [...] fornecer acesso ao item bibliográfico, fornecer um arranjo útil dos registros nos catálogos e descrever um item de modo que o usuário possa identificar se é exatamente o que ele procurava ou se é potencialmente útil, apesar de desconhecido anteriormente. **p. 8 - 9**

A partir dos resultados identificados na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, podemos evidenciar uma maior incidência na recuperação de noções conceituais sobre descrição arquivística e catalogação na Biblioteconomia, com três (3) resultados cada uma, e um (1) artigo focado em uma concepção mais geral da representação descritiva da informação. Sem obter assim nenhum resultado na área da Museologia neste periódico.

A seguir, apresentamos a análise de conteúdo dos documentos selecionados nos *sites* oficiais das organizações nacionais da Colômbia responsáveis por liderar, desenhar e orientar as políticas de arquivos, bibliotecas e museus no referido país.

#### 7.2.2. *Sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia

##### **ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN DA COLÔMBIA**

O *Archivo General de la Nación* da Colômbia (AGN) foi criado em 22 de dezembro, mediante a lei 80 de 1989, como uma organização nacional subordinada ao Ministério da Cultura. Sua missão é:

[...] formular y liderar la Política de Archivos y de Gestión Documental en el territorio nacional, referente de la gestión pública

para salvaguardar y difundir el patrimonio documental como herramienta para la transparencia y el acceso a la información pública. (AGN, 2021, *online*).

Uma vez realizada a busca no *site* oficial desta organização sobre o conceito de representação descritiva da informação na Arquivologia, foi identificado o “**Acuerdo 027 de 2006**”, por meio do qual modifica-se o *Acuerdo 07 de 1994*, em relação à atualização do Regulamento Geral de Arquivos, especificamente no concernente ao glossário. Está norma faz parte das publicações institucionais o *Archivo General de la Nación* e apresenta o glossário de termos arquivísticos da Colômbia, complementando e aclarando as normas próprias da organização.

O *Acuerdo 027* foi criado pelo conselho diretivo do AGN da Colômbia no uso de suas faculdades e publicado no *Diario Oficial* no dia 31 de outubro de 2006.

Por meio desta norma, o *Archivo General de la Nación* (2006, p. 6) define:

Descripción Documental: Fase del proceso de organización documental que consiste en el análisis de los documentos de archivo y de sus agrupaciones, y cuyo resultado son los instrumentos de descripción y de consulta.

## **BIBLIOTECA NACIONAL DA COLÔMBIA**

A *Biblioteca Nacional* da Colômbia foi fundada em 9 de janeiro de 1777 e é uma organização nacional subordinada ao Ministério da Cultura. Sua missão é:

La Biblioteca Nacional de Colombia es la institución que garantiza la recuperación, preservación y acceso a la memoria colectiva del país, representada por el patrimonio Bibliográfico y hemerográfico en cualquier soporte físico. Es también la entidad nacional a cargo de la planeación y diseño de políticas relacionadas con la lectura y las bibliotecas públicas, así como de su promoción y fomento. En su trabajo se guía por el reconocimiento de la diversidad cultural del país y el derecho de todos los ciudadanos a la información y al conocimiento como base de su desarrollo individual y colectivo, y con base en estos principios orientar sus desarrollos y procesos. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2021, *online*).

A busca realizada no *site* oficial desta organização acerca do conceito de representação descritiva da informação na Biblioteconomia permitiu a recuperação do documento intitulado “**Glosario básico del Plan Nacional para la Protección y Promoción del Patrimonio Bibliográfico y Documental 2020 - 2030**”

### **"VAMOS A HACER MEMORIA".**

Este documento apresenta o glossário utilizado para o desenvolvimento do atual *Plan Nacional para la Protección y Promoción del Patrimonio Bibliográfico y Documental* que se está realizando na Colômbia, significando assim uma das principais fontes de fundamentação a nível nacional.

Neste documento, a *Biblioteca Nacional* da Colômbia (p. 3) apresenta o conceito de catalogação.

Catalogación: Proceso que describe las características físicas de los documentos, de acuerdo con métodos y técnicas bibliotecológicas, con el fin de crear referentes de acceso, catálogos e índices catalográficos, para la recuperación fácil y oportuna de la información. (Tomado del libro *Patrimonio bibliográfico y documental en bibliotecas departamentales y algunas municipales de Colombia, Diagnóstico*, 2015).

### **MUSEO NACIONAL DA COLÔMBIA**

O *Museo Nacional* da Colômbia foi fundado em 28 de julho de 1823 e é uma organização nacional subordinada ao Ministério da Cultura. Esta organização:

[...] tiene la responsabilidad de orientar la política del sector museístico del país; para esto cuenta con el Programa Fortalecimiento de Museos (PFM), instancia a cargo de dicha tarea y, como tal, es la entidad catalizadora de los procesos que demanda la comunidad museística a partir de los retos que plantea el desarrollo de los museos en la actualidad. (MUSEO NACIONAL, 2018, *online*).

Uma vez realizada a busca no *site* oficial desta organização sobre a definição de representação descritiva da informação na Museologia, foi identificado o documento intitulado "***El inventario de las colecciones***", uma cartilha que auxilia na identificação e documentação dos objetos dos museus.

Nesta cartilha, o *Museo Nacional*, através do *Programa Fortalecimiento de Museos* (2014), apresenta o conceito de catalogação na museologia, o qual faz parte da documentação museológica.

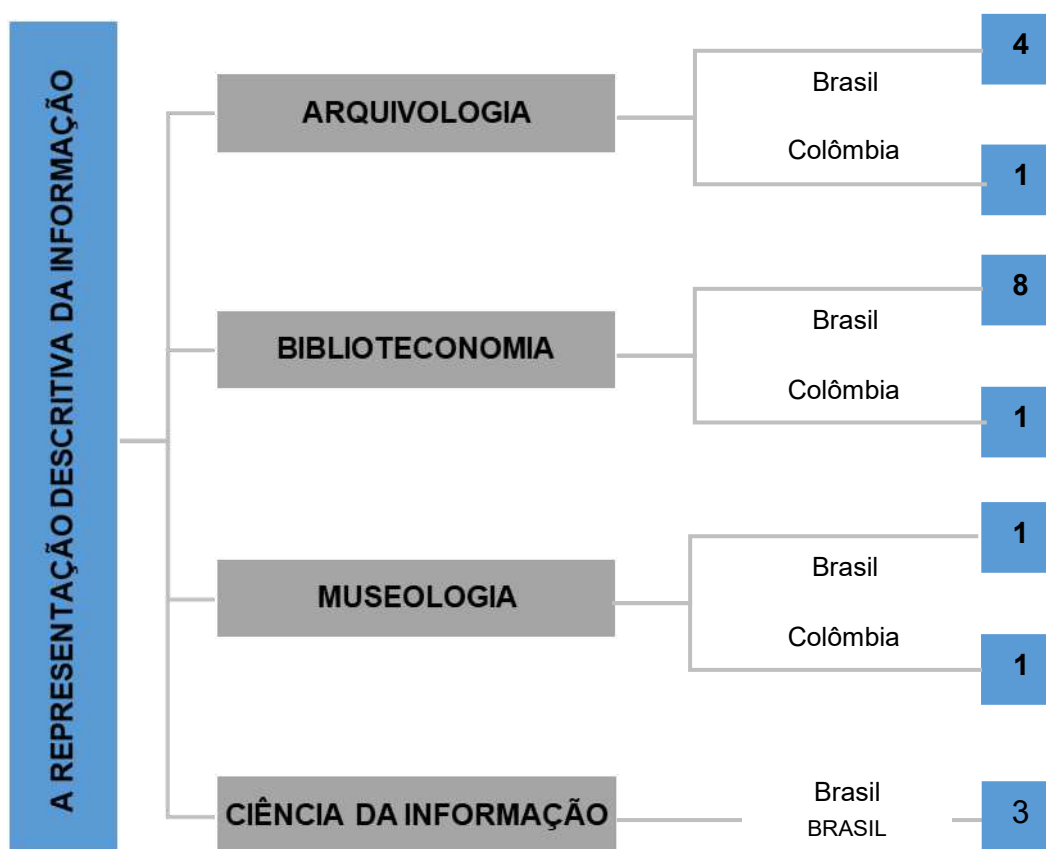
La Catalogación es un nivel avanzado de documentación. La Catalogación fortalece la información a través de un riguroso proceso de investigación que enriquece el servicio del museo y la experiencia de los diferentes usuarios. La información que arroja esta investigación constituye un archivo que se enlaza claramente con la ficha de inventario a través del número de inventario de la pieza. **p. 24**

Com base na identificação, análise e sistematização destas noções conceituais, categorizamos, a seguir, os resultados.

### 7.3. CATEGORIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, categorizamos os resultados obtidos na análise de conteúdo, com a finalidade de realizar um estudo comparativo a partir das categorias de primeiro e segundo nível estabelecidas nas técnicas de análise dos dados desta pesquisa. Elencamos, assim, na Figura 11, o número de conceitos identificados por área e por país, sendo estas as categorias de primer nível. Seguidamente, no Quadro 19, confrontamos as noções conceituais por meio da comparação de suas concepções e seus objetivos e funções, equivalentes estas às categorias de segundo nível.

**Figura 11 – Categorização dos resultados**



**Fonte:** dados da pesquisa (2021).

Após a categorização dos resultados por áreas, na Arquivologia, na Biblioteconomia, na Museologia e na Ciência da Informação, e por países, no Brasil e na Colômbia, constatamos que no Brasil há um número mais expressivo de artigos

focados na representação descritiva da informação na Biblioteconomia, com oito (8) noções conceituas identificadas, concepções fundamentadas principalmente nas autoras Mey (1995; 1999) e Mey e Silveira (2009). Em sequência, foram encontradas quatro (4) noções conceituais de descrição arquivística, três (3) sobre representação descritiva da informação segundo a Ciência da Informação e uma (1) só noção conceitual sobre o catálogo na Museologia.

Vale ressaltar que dos quatorze (14) artigos selecionados no Brasil, dois (2) deles apresentaram duas noções de diferentes áreas cada um, sendo que o número total de noções encontradas no Brasil foram dezesseis (16).

É preciso também destacar que, em relação à delimitação temporal estabelecida para a busca dos artigos no Brasil, definida entre 2010 e 2019, observamos que no ano 2017 foram divulgados pelos periódicos a maioria dos trabalhos de representação descritiva da informação, sendo quatro (4) os artigos publicados.

Em relação aos resultados encontrados na Colômbia, foram selecionadas três (3) noções conceituais, cada uma de sua respectiva área, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, para a realização da análise e comparação propostas nesta dissertação, tal como já foi especificado no *corpus* desta pesquisa.

Aclaramos que as noções conceituas de representação descritiva da informação segundo a Ciência da Informação também foram analisadas – embora estas não tenham sido levadas em consideração no quadro comparativo – uma vez que as consideramos integradas ao processo de representação descritiva da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia.

A partir desta categorização principal, por áreas e por país, confrontamos as diferentes noções conceituais no seguinte Quadro 19, com base nas categorias de segundo nível estabelecidas desde o início desta pesquisa, as quais permitiram analisar mais especificamente os resultados obtidos.

Tal como já foram enunciadas nas técnicas de análise dos dados desta pesquisa, as categorias de segundo nível são: **Concepções** - ressaltar como é definida a representação descritiva da informação nos textos selecionados e **Objetivos e Funções** - elencar os objetivos e funções que apresentam os conceitos sobre a representação descritiva da informação em cada área.

Quadro 19 – Confrontação dos resultados

A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL			
Nº	ARTIGO – DOCUMENTO	CONCEPÇÕES	OBJETIVOS - FUNÇÕES
1	VITAL, Luciane Paula; BRÄSCHER, Marisa. Modelo FRSAD como base para a representação temática na descrição arquivística. <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b> , João Pessoa, v. 28, n. 2, ago. 2018.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição arquivística</li> <li>• Processo de representação das unidades de classificação arquivística.</li> <li>• Processo de organização e representação da informação apresentada nos documentos arquivísticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite a identificação, gestão e o entendimento do contexto de produção dos conjuntos documentais e seus respectivos produtores.</li> <li>• Parte da análise e sínteses para criar representações com vistas à gestão documental, com diferentes finalidades.</li> </ul>
2	KICH, Tassiara Jaqueline Fanck; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Arranjo e descrição arquivística em processos judiciais. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 212-227, set. 2011.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição</li> <li>• Processo que culmina com a elaboração de instrumentos de pesquisa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite a identificação e, principalmente, a divulgação das informações arquivísticas.</li> <li>• Elaboração de instrumentos de pesquisa, a partir do conteúdo de documentos de arquivo</li> </ul>
3	CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. Instrumento de descrição arquivística em meio eletrônico: definição do quadro de padrões, normas e metadados. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 67-80, dez. 2014.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição arquivística</li> <li>• O processo de descrição arquivística resulta num instrumento de pesquisa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados.</li> </ul>
4	LLANES PADRÓN, Dunia; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. La representación de documentos y autoridades archivísticas: una mirada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descripción archivística</li> <li>• se refiere a cada uno de sus elementos de información con independencia de la fase de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar los elementos de información.</li> </ul>

	desde la perspectiva de la normalización. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 211-231, jun. 2017.	gestión en el que se identifique o se establezca.	
A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA ARQUIVOLOGIA NA COLÔMBIA			
N°	ARTIGO – DOCUMENTO	CONCEPÇÕES	OBJETIVOS - FUNÇÕES
1	ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. Consejo Directivo del Archivo General de la Nación. <b>Acuerdo 027 del 31 de octubre de 2006</b> . Modifica el Acuerdo 07 del 29 de junio de 1994. Bogotá, Colombia: AGN, 2006.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descripción documental</li> <li>• Fase del proceso de organización documental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análisis de los documentos de archivo y de sus agrupaciones, y cuyo resultado son los instrumentos de descripción y de consulta.</li> </ul>

A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL			
N°	ARTIGO – DOCUMENTO	CONCEPÇÕES	OBJETIVOS – FUNÇÕES
1	CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha Batista de. A representação descritiva no contexto da web semântica. <b>Transinformação</b> , Campinas, v. 24, n. 2, p. 77-90, 2012.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogação descritiva</li> <li>• Catalogação bibliográfica</li> <li>• Processo que gera o registro bibliográfico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descreve formalmente um documento ou recurso e se estabelece um variado e variável número de pontos de acesso, objetivando proporcionar, ao usuário final, a condição de encontrar, identificar, selecionar e obter o documento ou o recurso descrito, ou a informação nele contida [...] por meio de um instrumento de recuperação, nomeadamente o catálogo</li> </ul>
2	FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. <b>Transinformação</b> , Campinas, v. 26, n. 1, p. 67-76, 2014.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação bibliográfica</li> <li>• Processo de comunicação</li> <li>• Conjunto de informações organizadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visando a interligar itens (suportes físicos de obras) a usuários e [...] demandas de usuários a itens pertinentes.</li> <li>• Descrever e acessar um item, evidenciando suas características particulares.</li> </ul>

3	FERREIRA, Jaider Andrade; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. O modelo de dados Resource Description Framework (RDF) e o seu papel na descrição de recursos. <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b> , João Pessoa, v. 23, n. 2, 7 jul. 2013.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogação descritiva</li> <li>• Catalogação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição formal dos recursos, incluindo a descrição física e a descrição dos elementos que identificam os recursos.</li> </ul>
4	LÊDO, Felipe José; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação do livro em braille em Catálogos em Linha de Acesso Público de bibliotecas. <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b> , João Pessoa, v. 27, n. 2, ago. 2017.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogação</li> <li>• Processo</li> <li>• Catálogo como meio de comunicação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representar os documentos, de modo a localizá-los em um acervo, separá-los segundo suas diferenças e reuni-los segundo suas semelhanças.</li> <li>• Resulta no registro bibliográfico, que transmite tanto as informações advindas da Representação Descritiva quanto as informações advindas da Representação Temática.</li> </ul>
5	SIMIONATO, Ana Carolina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Modelo conceitual DILAM: integração entre arquivos, bibliotecas e museus. <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b> , João Pessoa, v. 27, n. 2, ago. 2017.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• [...] fornecer uma representação do documento que é descrito de uma forma única e não ambígua, o que permite identificá-lo, localizá-lo, representá-lo nos catálogos correspondentes e recuperá-lo.</li> <li>• Permite que o catálogo possa multidimensionar as escolhas para que o usuário encontre o material desejado.</li> </ul>
6	ORTEGA, Cristina Dotta. Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 182-215, jun. 2013.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolve os modelos de registros de bases de dados e os aspectos teórico-procedimentais da representação descritiva.</li> <li>• Identificação da estrutura dos campos dos registros e de produção destes registros, por meio das operações de descrição e de elaboração de pontos de acesso descritivos.</li> </ul>
7	MOURA, Milene Rosa de Almeida; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes. Estudo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• forma de apresentar ao usuário diferentes alternativas na escolha de um item, ou seja, permitir</li> </ul>

	comparativo do Padrão de Descrição de Informação e Marc 21 em partitura de pianola. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 39-52, dez. 2018.		ao usuário localizar um determinado documento como também outros que tenham ligação com o primeiro, ampliando seu universo de escolhas.
8	BRANDT, Mariana Baptista; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; ZAFALON, Zaira Regina. Catalogação de metadados: descrição de metadados de negócio a partir dos princípios e objetivos bibliográficos. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 3-18, set. 2019.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogação bibliográfica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogar um livro, por exemplo, consiste em identificá-lo e descrever seus atributos para que possa ser encontrado, selecionado, utilizado etc.</li> <li>• [...] fornecer acesso ao item bibliográfico, fornecer um arranjo útil dos registros nos catálogos e descrever um item de modo que o usuário possa identificar se é exatamente o que ele procurava ou se é potencialmente útil, apesar de desconhecido anteriormente.</li> </ul>

#### A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA BIBLIOTECONOMIA NA COLÔMBIA

Nº	ARTIGO – DOCUMENTO	CONCEPÇÕES	OBJETIVOS - FUNÇÕES
1	BIBLIOTECA NACIONAL (Colômbia). <b>Glosario básico del Plan Nacional para la Protección y Promoción del Patrimonio Bibliográfico y Documental 2020 - 2030 "VAMOS A HACER MEMORIA"</b> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogación</li> <li>• Proceso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Describe las características físicas de los documentos, de acuerdo con métodos y técnicas bibliotecológicas, con el fin de crear referentes de acceso, catálogos e índices catalográficos, para la recuperación fácil y oportuna de la información.</li> </ul>

#### A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA MUSEOLOGIA NO BRASIL

Nº	ARTIGO – DOCUMENTO	CONCEPÇÕES	OBJETIVOS - FUNÇÕES
1	SIMIONATO, Ana Carolina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catálogo na museologia</li> <li>• Catálogo é um meio de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Através dele o museu comunica os estudos e pesquisa que vêm sendo realizados sobre um</li> </ul>

	Costa. Modelo conceitual DILAM: integração entre arquivos, bibliotecas e museus. <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b> , João Pessoa, v. 27, n. 2, ago. 2017	comunicação típico e objetivo.	determinado aspecto, utilizando seus próprios meios de interpretação [...]. • Difusão de suas propostas.
A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA MUSEOLOGIA NA COLÔMBIA			
Nº	ARTIGO – DOCUMENTO	CONCEPÇÕES	OBJETIVOS - FUNÇÕES
1	PROGRAMA DE FORTALECIMIENTO DE MUSEOS; MUSEO NACIONAL (Colômbia). <b>El inventario de las colecciones</b> . Bogotá: Mincultura, 2014.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catalogación</li> <li>• La Catalogación es un nivel avanzado de documentación.</li> <li>• Proceso de investigación</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• La catalogación fortalece la información [...] enriquece el servicio del museo y la experiencia de los diferentes usuarios. [...] esta información constituye un archivo que se enlaza claramente con la ficha de inventario a través del número de inventario de la pieza.</li> </ul>

A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL			
Nº	ARTIGO – DOCUMENTO	CONCEPÇÕES	OBJETIVOS - FUNÇÕES
1	CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha Batista de. A representação descritiva no contexto da web semântica. <b>Transinformação</b> , Campinas, v. 24, n. 2, p. 77-90, 2012.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação descritiva</li> <li>• Atividade</li> <li>• Catalogação</li> <li>• Catalogação descritiva entre a comunidade de bibliotecas.</li> <li>• Descrição bibliográfica entre a comunidade dos serviços de informação científica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representa as características específicas do documento que permitem sua individualização e também define e padroniza os pontos de acesso responsáveis pela busca e recuperação da informação e pela reunião de documentos semelhantes. [...] refere-se aos aspectos da descrição formal dos documentos, o que inclui a descrição física e a descrição dos elementos para identificação dos mesmos.</li> </ul>
2	MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação descritiva</li> <li>• Descrição bibliográfica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representa as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. Ela</li> </ul>

	Moreira. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b> , João Pessoa, v. 21, n. 1, maio 2011.		também define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes, por exemplo, todas as obras de um determinado autor ou de uma série específica.
3	MOREIRA, Fábio Mosso; ZAFALO, Zaira Regina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves. Metadados para descrição de datasets e recursos informacionais do "Portal Brasileiro de Dados Abertos". <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 158-185, set. 2017.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca a padronização e normalização no tratamento e recuperação da informação, e tem como objetivo fornecer um conjunto de elementos para a descrição de recursos informacionais; obter resultados mais precisos no processo de busca; e estabelecer padrões de metadados, modelos e protocolos, e sua integração com os mecanismos de busca.</li> </ul>

**Fonte:** Dados da pesquisa, sistematizados pela própria autora (2021).

Segundo a confrontação realizada das noções conceituais, mediante o uso das categorias estabelecidas nesta pesquisa, constatamos as diversas concepções e funções que se apresentam nas publicações científicas da área da Ciência da Informação do Brasil e nos conceitos expostos pelos órgãos oficiais de arquivos, bibliotecas e museus da Colômbia em relação à representação descritiva da informação. Percebemos, assim, diferentes terminologias utilizadas para definir a descrição arquivística, a catalogação descritiva e a catalogação na Museologia, apresentando-se diversas perspectivas que englobam tanto aspectos gerais como mais específicos do processo da representação descritiva. A indeterminação terminológica vem a incidir na constituição do conceito, pois impossibilita sua clara e adequada definição.

Ressaltamos como estas noções conceituais e sua confrontação permitiram visualizar as relações na representação descritiva da informação entre as áreas, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, e entre os países, Brasil e Colômbia. Mas, também, foi possível identificar como cada área preserva a sua especificidade.

Com base nestas inferências, elencamos a seguir os aspectos mais relevantes encontrados, em cada área e em cada país, referentes às noções de representação descritiva.

Na Arquivologia, constatamos que o termo utilizado para definir o processo de representação descritiva da informação nos arquivos é a descrição arquivística (VITAL; BRÄSCHER, 2018; CARPES; FLORES, 2014; LLANES PADRÓN; FUJITA, 2017), sendo esta a terminologia que mais prevalece na produção científica do Brasil para referir-se a este processo. Por sua parte, na Colômbia, o *Archivo General de la Nación* (2006) usa o termo descrição documental, o qual claramente define o processo de representação descritiva nos arquivos, mas que, também, pode gerar uma interpretação mais ampla.

Em ambos os países, Brasil e Colômbia, se ressalta que a descrição arquivística é um processo que faz parte da Organização e Representação da Informação, o qual permite a identificação e análise das informações arquivísticas e de seu contexto de produção, mediante diferentes níveis de descrição (fundo, seção, unidade de descrição), destacando, também, que este processo possibilita a criação de instrumentos de pesquisa, para a consulta e recuperação por parte dos usuários.

Em relação à Biblioteconomia, observamos que, segundo as noções conceituais analisadas, a catalogação é o processo que engloba a representação descritiva da informação nas Bibliotecas. O termo catalogação apresentou seis (6) ocorrências, sendo uma delas na Colômbia e as demais no Brasil. Porém, constatamos que no Brasil existem diversas terminologias para se referir a este processo, assim, são identificados os termos de catalogação descritiva (CATARINO; SOUZA, 2012; FERREIRA; SANTOS, 2013), catalogação bibliográfica (BRANT; VIDOTTI; SANTOS; ZAFALON, 2019; CATARINO; SOUZA, 2012) e representação bibliográfica (FRANCA; SILVEIRA, 2014).

Comprovamos que existe afinidade em ambos países ao indicar que a catalogação é um processo que tem por objetivo descrever, possibilitando diversos pontos de acesso que permitem aos usuários encontrar, identificar, selecionar e obter a informação requerida, sendo o catálogo o instrumento de recuperação que resulta deste processo.

Destacamos também a utilização de expressões e termos ambíguos nas noções conceituais identificadas sobre a representação descritiva da informação na Biblioteconomia. A *Biblioteca Nacional* da Colômbia (2020) ressalta que a catalogação tem como finalidade a descrição das características físicas, a expressão “características físicas” pode significar um termo limitante para abarcar a definição da catalogação. Outro termo que foi identificado e que gera confusão é “item” (FRANCA; SILVEIRA, 2014), o qual faz referência a material bibliográfico.

Ressaltamos que, nesta área, nenhuma noção conceitual específica que a catalogação faz parte da Organização e Representação da Informação.

E, por fim, na Museologia, evidenciamos a falta de uma adequada definição de representação descritiva nos Museus, isto devido a que nas duas noções conceituais identificadas, uma em cada país, apresenta-se o conceito de catálogo (CAMARGO-MORO, 1886, citada por SIMIONATO; SANTOS, 2017) e de catalogação (MUSEO NACIONAL, 2014) muito ambigualmente, ou seja, não esclarecem o que é a catalogação na Museologia e quais são seus objetivos e funções.

No Brasil, identificamos que o catálogo comunica e difunde os estudos, pesquisas e propostas dos museus (CAMARGO-MORO, 1886, citada por SIMIONATO; SANTOS, 2017), e já na Colômbia a catalogação é definida pelo *Museo Nacional* (2014) como um processo de investigação que enriquece o museu

e a experiência dos usuários, processo que faz parte da documentação na Museologia.

Em termos gerais, constatamos como o Brasil e a Colômbia compartilham uma visão próxima em relação ao conceito de representação descritiva da informação em cada uma das áreas, na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, significando isto um ponto de encontro colaborativo que permita fomentar o desenvolvimento do processo em si e de cada área em específico.

Embora sejam compartilhados aspectos e características entre as áreas, é preciso ressaltar como, a partir destas noções conceituais e da revisão de literatura realizada, são evidentes as distintas especificidades que cada uma das áreas apresenta em relação ao processo de representação descritiva da informação. Um primeiro distintivo identificado são os diferentes tipos de documentos que se conservam e custodiam - na Arquivologia são encontrados os documentos de arquivos, os quais nascem a partir das funções próprias da organização; na Biblioteconomia, os materiais bibliográficos e na Museologia, os documentos e objetos de museu -. Cada um destes documentos representa claramente diversas particularidades, sendo este um dos motivos pelo qual existe cada área em particular.

Evidenciamos também como na Arquivologia a representação descritiva não está só focada na descrição do documento e sua informação, mas também enfoca o contexto de produção do documento, abarcando as organizações, pessoas e funções responsáveis por sua criação (BATISTA DELGADO; SUÁREZ GONZÁLEZ; OTERO BORGES, 2015). Sendo uma descrição mais profunda e detalhada, apresentando e possibilitando, além disso, vários níveis de descrição.

E, por sua parte, na Museologia a representação descritiva da informação visa a um processo mais investigativo (MUSEO NACIONAL, 2014), pois, na maioria das vezes, a informação e principalmente os objetos de museus não contêm os dados específicos que dão conta de sua identificação, origem ou produção, tornando a catalogação um estudo ou pesquisa que permite descrever estes documentos e objetos museológicos.

Destacamos, assim, que entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia existe um diálogo natural e que não só se fundamenta nas relações e características que apresentam seus acervos, mas, também, um diálogo que nasce por e em função das necessidades de informação que apresentam os diferentes

usuários, evidenciando como as três áreas trabalham para possibilitar e garantir o acesso à informação.

#### 7.4. QUADRO COMPARATIVO BRASIL - COLÔMBIA

Nesta seção, são agrupados, por meio de um quadro comparativo, os resultados obtidos nesta pesquisa, visando identificar as semelhanças e diferenças na representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia que possam estabelecer pontos de encontro para a relação e integração de atividades permitindo o diálogo e o compartilhamento de informações entre essas áreas.

**Quadro 20 – Quadro comparativo Brasil - Colômbia**

ÁREA	SEMELHANÇAS	DIFERENÇAS
ARQUIVOLOGIA	<p>Entres as noções conceituais de ambos países, se evidenciaram os mesmos objetivos e funções da representação descritiva da informação na Arquivologia, sendo as mais significativas as que apresentamos a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise e identificação dos documentos de arquivo.</li> <li>Elaboração de um instrumento de pesquisa para o controle e acesso.</li> </ul>	<p>Entre as noções conceituais identificadas sobre a <b>representação descritiva na Arquivologia</b> no Brasil e na Colômbia, não foram identificadas diferenças no processo em si.</p> <p>Já, em relação à forma de definir o conceito de descrição arquivística, encontramos a seguinte diferença entre os dois países:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No Brasil o conceito mais utilizado para este processo é descrição arquivística, na Colômbia, por sua vez, constatamos que utilizam o termo descrição documental.</li> </ul> <p>Uma diferença identificada em relação às demais áreas é que a descrição arquivística não está só focada na descrição do documento e sua informação, mas também enfoca o contexto de produção do documento, abarcando as organizações, pessoas e funções responsáveis de sua produção.</p> <p>E outra diferença encontrada a partir da revisão bibliográfica é que no Brasil existe a Norma Brasileira de Descrição – NOBRADE, caso que não ocorre na Colômbia.</p>

<b>BIBLIOTECONOMIA</b>	<p>Entres as noções conceituais de ambos países, se evidenciaram os mesmos objetivos e funções da representação descritiva da informação na Biblioteconomia, sendo as mais significativas as que apresentamos a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação e descrição dos materiais bibliográficos.</li> <li>• Estabelecer e permitir diferentes escolhas e pontos de acesso.</li> <li>• Catálogo como meio de recuperação.</li> </ul>	<p>Na Biblioteconomia, entre as noções conceituais identificadas sobre a <b>representação descritiva na Biblioteconomia</b> no Brasil e na Colômbia, não foram identificadas diferenças no processo em si.</p> <p>Já em relação à forma de definir o conceito de catalogação, encontramos a seguinte diferença entre os dois países:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Na Colômbia, a catalogação descreve as características físicas do documento. Expressão que limita a verdadeira abrangência que tem este processo.</li> </ul>
<b>MUSEOLOGIA</b>	<p>Entres as noções conceituais de ambos países, se evidenciaram os mesmos objetivos e funções da representação descritiva da informação na Museologia, sendo as mais significativas as que apresentamos a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Difusão do museu.</li> <li>• Aporta uma melhor experiência ao usuário e enriquece o serviço do museu.</li> </ul>	<p>Assim como nas outras duas áreas, entre as noções conceituais identificadas sobre a <b>representação descritiva na Museologia</b> no Brasil e na Colômbia, não foram identificadas diferenças no processo em si.</p> <p>Uma diferença identificada em relação às demais áreas é que a catalogação na Museologia visa a um processo mais investigativo, ou seja, precisam ser realizadas pesquisas que permitam descrever e identificar os documentos e objetos de museu.</p>

**Fonte:** dados da pesquisa (2021).

Estes resultados nos confirmam e nos permitem responder a nosso problema de pesquisa, uma vez que as três áreas, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, apresentam semelhanças na realização do processo de representação descritiva da informação, entre estas: a análise, descrição e identificação dos diferentes documentos e sua informação; fornecer aos usuários distintas alternativas de escolha em seu processo de busca de informação; fortalecer o acesso à informação por parte dos diferentes usuários e a difusão dos seus acervos. Portanto, isso significa o ponto de encontro para a integração e fortalecimento do processo de representação descritiva da informação, em que cada

área contribui a partir de suas especificidades à estruturação e desenvolvimento de métodos e ferramentas que englobem as diferentes características que apresentam os documentos de arquivos, os materiais bibliográficos e os documentos de museu, com a finalidade de correlacionar seus processos, estabelecer diálogos, compartilhar informações e fornecer aos usuários diferentes pontos de acesso, oportunizando um universo mais amplo de alternativas de escolha que vão garantir a recuperação, acesso e uso da informação requerida.

Identificamos também diferenças entre as áreas que vêm sustentar as particularidades de cada uma, fundamentando, assim, o individual desenvolvimento teórico e prático da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Os distintos tipos de documentos que se conservam, custodiam e preservam em cada acervo é uma das principais diferenças, pois é evidente como cada documento apresenta características únicas, as quais precisam de ênfases específicas.

O enfoque não só na descrição dos documentos de arquivo e sua informação, mas também no contexto de sua produção, é outra diferença que verificamos entre as áreas, devido a que a Arquivologia enfatiza as características próprias de seus documentos, uma vez que os documentos de arquivo são produzidos segundo as funções da organização, possibilitando analisar e descrever o seu contexto de produção, identificando-se as organizações, pessoas e funções que envolvem a criação dos documentos de arquivo.

E uma última diferença identificada é a abordagem mais investigativa que se apresenta no processo de catalogação na Museologia. Dessa maneira, como foi citado anteriormente, a partir das características dos documentos e objetos de museu, se faz necessário realizar estudos e pesquisas voltadas a identificar e descrever estes documentos.

Dando resposta a nosso problema de pesquisa, é preciso destacar que, a partir dos conceitos expostos por pesquisadores da área da Ciência da Informação, foi possível perceber características, semelhanças e diferenças no processo de representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. Ressaltando, desse modo, o papel que cumpre a CI no estudo da informação a partir de cada uma das áreas que a integram, estabelecendo-se uma ponte de comunicação e integração que permite explorar cada um de seus fundamentos teórico-práticos, preservando-se a especificidade de

cada área. Confirmamos então que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são áreas integrantes da área da Ciência da Informação.

Segundo os conceitos de representação descritiva da informação identificados na Ciência da Informação, constatamos que existe uma correlação com o processo de representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, uma vez que a CI engloba de maneira geral os objetivos e funções deste processo. Com base nas noções conceituais elencadas pela CI, expomos que a representação descritiva da informação tem por objetivo representar as características e propriedades bibliográficas dos documentos possibilitando sua individualização, fornecendo, assim, pontos de acesso que permitem padronizar e normalizar o tratamento e recuperação da informação, garantindo o acesso à informação para os diferentes usuários. (CATARINO; SOUZA, 2012; MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011; MOREIRA; ZAFALO, 2017).

A partir dos resultados obtidos na execução e alcance dos objetivos desta pesquisa, se possibilitou sua reflexão, interpretação e discussão, permitindo-nos traçar posteriormente as considerações finais a respeito.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Esta pesquisa analisou as noções conceituais de representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia segundo a literatura científica da área da Ciência da Informação do Brasil e os *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia, com o intuito de identificar as características, semelhanças e diferenças que se apresentam entre as áreas e entre os países. A identificação destes aspectos permite afiançar a integração e comunicação entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação, garantindo o compartilhamento de informações e o oportuno acesso à informação por parte dos usuários.

A partir de uma perspectiva mais delimitada e específica, centrada no estudo do conceito de representação descritiva da informação, em sua comparação e na análise dos resultados segundo o processo em si, seus objetivos e as fronteiras que se apresentam entre as áreas e os países estabelecidos, definimos inicialmente analisar as noções conceituais presentes nas publicações científicas da área da Ciência da Informação do Brasil e da Colômbia. Porém, devido à baixa produção científica evidenciada na Colômbia, optamos por definir que o *corpus* da pesquisa abarcasse os periódicos da área da Ciência da Informação com Estrato Qualis Capes A1 na área de avaliação Comunicação e Informação, com escopo em CI, no quadriênio 2016-2019 do Brasil e os *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia.

Deste modo, o *corpus* desta dissertação foi constituído por 14 artigos dos periódicos *Transinformação*, *Informação & Sociedade: Estudos e Perspectivas da Ciência da Informação do Brasil* e 3 documentos recuperados dos *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia, ou seja, 17 artigos e documentos recuperados eletronicamente, coleta que compreendeu o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2019. Ressaltamos que esta pesquisa foi desenvolvida durante o isolamento social causado pela COVID-19, uma pandemia, como já sabemos, de escala mundial. Diante desse contexto, a fundamentação da pesquisa se centrou

principalmente em trabalhos, artigos, livros e demais produções científicas disponíveis *on-line*, representando uma delimitação na recuperação da informação.

Com tudo isto, o caminho realizado durante esta pesquisa partiu da identificação da representação da informação de acordo com a Ciência da Informação, processo que faz parte da Organização e Representação da Informação e que tem por objetivo analisar, descrever e representar as características e propriedades bibliográficas dos diferentes tipos de documentos e sua informação, possibilitando e fornecendo distintos pontos de acesso para a busca e recuperação da informação por parte dos usuários.

Neste tópico, centramos a atenção nos conceitos de representação, informação e representação da informação segundo a Ciência da Informação, destacando finalmente a representação descritiva da informação, sendo esta última o principal processo de estudo desta pesquisa. Reconhecemos, assim, a importância do estudo da informação por parte da Ciência da Informação, como uma área do conhecimento, e da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, como áreas que integram esta área do conhecimento, uma vez que cada uma destas áreas trabalha em função das diferentes particularidades que apresenta a informação, constituindo-se, assim, uma rede de comunicação que permite englobar de maneira geral todas as perspectivas e especificidades que integram a informação.

Dando uma maior ênfase à representação descritiva da informação, nos tópicos seguintes, caracterizamos, a partir da revisão de literatura, os conceitos de representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, identificando que a descrição arquivística, a catalogação bibliográfica e a catalogação na Museologia são os processos encarregados de representar descritivamente cada um dos documentos que conservam, custodiam e preservam em seus acervos.

Contextualizamos em cada área a representação descritiva da informação através de sua trajetória histórica, ressaltando cada um dos principais acontecimentos que se deram em seu desenvolvimento teórico e prático, entre os quais encontram-se as primeiras evidências de descrição arquivística, de catalogação bibliográfica e de catalogação na Museologia. Além disso, discutimos o processo de normalização e padronização que cada área experimentou e o impacto que representaram as Tecnologias da Informação e da Comunicação neste processo.

Destacamos na revisão bibliográfica realizada o processo de padronização e normalização da descrição arquivística, de catalogação bibliográfica e de catalogação na Museologia. Processo que permite verificar as diferenças encontradas entre as áreas quanto à sua fundamentação teórica, visto que a normalização se apresentou primeiramente na Biblioteconomia, percorrendo diferentes processos e pesquisas, posteriormente, o processo de padronização chega à área da Arquivologia de uma maneira mais constante a partir da elaboração de normas que integram diferentes níveis de descrição. Por último, se deu a padronização na Museologia, que, embora tenha sido implementada depois que nas bibliotecas e nos arquivos, teve uma estruturação muito mais rápida.

A distinção do processo de representação descritiva em cada área evidencia o fomento, não só na elaboração de normas, padrões, diretrizes e sistemas visando a uniformidade, normalização e padronização, mas também no desenvolvimento de instituições e pesquisas voltadas ao estudo e fortalecimento da fundamentação teórica e prática desse processo.

Evidenciamos que a influência e implementação das Tecnologias da Informação e da Comunicação na automatização dos processos da representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia estão orientadas principalmente ao tratamento e recuperação da informação, procurando suprir os requisitos e necessidades de informação dos diferentes usuários.

Ressaltamos que os mapas conceituais, apresentados em cada área, possibilitam visualizar e compreender gráfica e resumidamente cada um destes tópicos, seu conteúdo e a relação entre os conceitos.

Posterior a isso, elencamos a metodologia e os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. Destacamos a análise de conteúdo e o estudo comparativo como as técnicas utilizadas para a análise dos dados e resultados obtidos.

Após isso, o tópico sétimo apresenta os resultados desta pesquisa, a partir da análise e discussão dos 17 artigos e documentos selecionados, os quais citam distintas noções conceituais de representação descritiva da informação, seja na Arquivologia, na Biblioteconomia ou na Museologia. Este tópico foi estruturado em três momentos, num primeiro momento, foram identificados, no Brasil e na Colômbia, os aspectos elencados quanto ao conceito de representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. Apresentamos uma breve

contextualização de cada periódico científico da área da Ciência da Informação com Estrato Qualis Capes A1 na área de avaliação Comunicação e Informação, no quadriênio 2016-2019 do Brasil e dos órgãos oficiais de arquivos, bibliotecas e museus da Colômbia, elencando os artigos e documentos selecionados e ressaltamos as noções conceituais identificadas.

Esta primeira análise deixou visualizar a relevância das produções científicas do Brasil e dos órgãos oficiais da Colômbia, o *Archivo General de la Nación*, a *Biblioteca Nacional* e o *Museo Nacional*, para delimitar os conceitos de descrição arquivística, de catalogação bibliográfica e de catalogação na Museologia. Igualmente permitiu evidenciar a baixa produção científica, principalmente na Colômbia, sobre o processo de representação descritiva da Informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, sendo esta última área a que menos noções conceituais apresentou. Constatamos, assim, a necessidade de pesquisar e aprofundar nesta temática não só a partir de cada uma das áreas, mas, também, desde a Ciência da Informação.

Em um segundo momento, foi possível categorizar e confrontar os resultados encontrados sobre o conceito de representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia, na Museologia e na Ciência da Informação, com base nas categorias de primeiro e segundo nível que foram estabelecidas nesta pesquisa. A partir desta categorização, foi possível apresentar, no terceiro momento, o quadro comparativo que descreve as semelhanças e diferenças identificadas em cada área e país.

Feito isto, a partir da revisão bibliográfica, da análise de conteúdo e do estudo comparativo das noções conceituais identificadas sobre a representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia no *corpus* estabelecido nesta pesquisa, constatamos que a realização do processo de representação descritiva da informação em cada uma das áreas apresenta características, semelhanças e diferenças. Estas similitudes representam, como já foi citado, um ponto de encontro para a relação e integração de atividades que permitem o diálogo e o compartilhamento de informações entre essas áreas e entre os países. A representação e a definição de pontos de acesso para a recuperação de documentos e o uso da informação são atividades que interagem entre si.

As definições elencadas em cada área e em cada país permitiram ressaltar suas relações, verificando a correlação existente entre as áreas e como

ambos os países vêm percorrendo um caminho parecido em relação ao desenvolvimento e à fundamentação do processo de representação descritiva na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. Do mesmo modo, foram evidenciadas várias diferenças significativas que englobam não só aspectos terminológicos, mas também aspectos teórico-práticos, que auxiliaram a elucidar as especificidades de cada uma destas áreas, ressaltando, entre estas diferenças, os diversos documentos que custodiam estas áreas, o enfoque no contexto de produção dos documentos de arquivo em que também se realizam a descrição arquivística e uma catalogação na Museologia mais voltada para a investigação.

A partir do desenvolvimento e alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, proporemos, a seguir, a definição dos conceitos de descrição arquivística, catalogação descritiva e catalogação na Museologia.

Pontuamos, desse modo, que a descrição arquivística pode ser definida como um processo da Organização e Representação da Informação que tem como objetivo analisar, descrever e representar as características formais e os atributos bibliográficos dos documentos de arquivo, das pessoas ou organizações arquivísticas; sua informação e seu contexto de produção, a partir de diferentes níveis de descrição (fundo ou coleção, seção, série, dossiê ou processo e unidade documental), fornecendo instrumentos de pesquisa (catálogo, inventário, guia) como pontos de acesso para o controle, busca, recuperação e uso da informação por parte dos usuários internos e externos.

A catalogação descritiva pode ser definida como um processo da Organização e Representação da Informação que tem como objetivo descrever e representar os materiais bibliográficos, fornecendo um registro bibliográfico que permite individualizar o documento e um catálogo como instrumento para a recuperação da informação, funcionando como pontos de acesso para encontrar, identificar, selecionar e obter a informação requerida pelos diferentes usuários.

E, por fim, a catalogação na Museologia pode ser definida como um processo da Organização e Representação da Informação e que faz parte do processo de documentação museológica que tem como objetivo investigar, identificar e descrever os documentos e objetos de museu, com a finalidade de comunicar e possibilitar o acesso à informação, enriquecendo, também, a difusão das coleções do museu e as experiências dos usuários.

Concluímos, então, que a Ciência da Informação constitui uma área do conhecimento que engloba as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia e igualmente seus processos. A CI vem traçando e desenvolvendo pesquisas e estudos em função do desenvolvimento teórico e prático da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, procurando atingir as diversas mudanças, perspectivas e abordagens que cada dia apresenta a informação na sociedade em geral.

Esta pesquisa fundamenta também aqueles estudos voltados à integração destas áreas e seus processos, definindo e apresentando as similitudes e diferenças identificadas quanto à realização do processo de representação descritiva da informação na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. Além disso, estes resultados obtidos possibilitam um universo de futuras pesquisas, sendo as possibilidades mais significativas as que expomos a seguir:

- Pesquisar as terminologias utilizadas para o processo de representação descritiva da informação em cada área, abarcando a matriz curricular das diferentes Universidades na América Latina que oferecem os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.
- Indagar o estado da arte da representação descritiva da informação em cada área.
- Investigar os métodos, ferramentas, normas e processos desenvolvidos em prol de integrar o processo de representação descritiva destas três áreas - a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

E entre outras pesquisas que discutam novas e diferentes perspectivas em relação à representação descritiva da informação.

Confirmamos, assim, que a representação da informação constitui um dos principais processos da Organização e Representação da Informação, cuja finalidade é identificar, descrever e possibilitar o acesso à informação contida nos documentos arquivísticos, nos materiais bibliográficos e nos documentos de museu.

## REFERÊNCIAS

- AGANETTE, Elisângela Cristina; TEIXEIRA, Livia Marangon Duffles; AGANETTE, Karina de Jesus Pinto. A representação descritiva nas perspectivas do século XXI um estudo evolutivo dos modelos conceituais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 176-187, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p176/34701>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 18-40, jan. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- ALVES, Rachel Cristina Vesu. **Metadados como elementos do processo de catalogação**. 2010. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103361>. Acesso em: 12 set. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103361>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- ALVES, Maria das Dores Rosa; SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa. Estudo de correspondência de elementos metadados: DUBLIN CORE e MARC 21. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 20-38, 31 jan. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v4i2.2019>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19120>. Acesso em: 13 maio 2020.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. O conceito de informação na ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/6951>. Acesso em: 20 maio 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. (Brasil), **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: 27 abr. 2020.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 203-226, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p203/25332>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BAPTISTA, Dulce. Catalogação: uma revolução em curso. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/789/7.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 maio 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARITÉ, Mario; COLOMBO, Stephanie; DUARTE BLANCO, Amanda; SIMÓN, Lucía; CABRERA CASTROMÁN, Gabriela; ODELLA, María Luisa; VERGARA, Mario. **Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología**. 6. ed. Uruguay: Ediciones Universitarias, 2015. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/9028>. Acesso em: 08 set. 2020.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, jul. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392002000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 jul. 2020.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A estrutura do texto e a transferência da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, jun. 2005. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/166>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BATISTA DELGADO, Adiel Neyda; SUÁREZ GONZÁLEZ, Emilio; OTERO BORGES, Lisandra. El proceso de descripción archivística en el Archivo de la Universidad de Ciencias Médicas de La Habana. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, Cuba, v. 26, n. 4, 2015. Disponível em: <http://www.rcics.sld.cu/index.php/acimed/article/view/840/523#:~:text=Seg%C3%BA%20el%20Consejo%20Internacional%20de,sirve%20para%20identificar%2C%20gestionar%20y>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BONAL ZAZO, José Luis. La normalización: base del análisis documental en los archivos. **Scire**, España, v. 6, n. 1, p. 55 - 75, 2000. Disponível em: <https://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1124>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BORGES, Maria Alice Guimarães. A informação e o conhecimento como insumo ao processo de desenvolvimento. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v.1, n. 1, p.175-196, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v1.n2.2008.1249>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BORKO, Harold. Information Science: What Is It? **American Documentation**, Santa Monica, California, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em documentação museológica. *In*: FABRI, Angélica; MACHADO, Cecília; RAMOS, Claudinéli Moreira.; MEIRELLES, Heloisa Maria Pinheiro de Abreu; MONTEIRO, Juliana; BOTTALLO, Marilúcia. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos**: Diretrizes. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; ACAM Portinari, 2010. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao\\_Conservacao\\_Acervos\\_Museologicos.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo, **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/809>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL, Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: [http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf). Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp). Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**: seção 1 – Edição Extra, Brasília, DF, 31 out. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10/753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10/753.htm). Acesso em: 19 set. 2020.

BROFMAN, Paulo Roberto. A importância das publicações científicas. **Cogitare Enferm**, Curitiba, v. 17, n. 3, p. 419-421, 2012. Disponível em: <https://www.telematicafactal.com.br/revista/index.php/telfract/article/view/6/9>. Acesso em: 10 set. 2020.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, Berkeley, CA, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BULGACOV, Sergio. Estudos comparativos e de caso de organizações de estratégias. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 5, n. 11, p. 53-76, 1998. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10375/7394>. Acesso em: 9 set. 2020.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museus**: aquisição/documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986.

CAMPELO, Bernardete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**, 2020, online. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte, **Anais** [...]. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em: 11 abr. 2020.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362007000100012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100012). Acesso em: 11 abr. 2020.

CARVALHO, Elizabeth Leão de; LONGO, Rose Mary Juliano. Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. **Informação & Informação**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 113-33, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2002v7n2p113>. Acesso em: 20 maio 2020.

CATARINO, Maria Elisabete; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; ANDRADE, Ilza Almeida de. A representação temática no contexto da web semântica. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 105-116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16242>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha Batista de. A representação descritiva no contexto da web semântica. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 77-90, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-37862012000200001>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CIDOC. **Cidoc CRM**. Disponível em: <http://www.cidoc-crm.org/node/202>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. **AACR2**: Código de Catalogação Anglo-americano segunda edição, revisão 2002. Tradução brasileira sob a responsabilidade da FEBAB. 2. ed. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Disponível em: [https://biblioteconomiasemcensura.files.wordpress.com/2013/05/aacr2\\_completo1.pdf](https://biblioteconomiasemcensura.files.wordpress.com/2013/05/aacr2_completo1.pdf). Acesso em: 2 jul. 2020

COLÔMBIA, Constituição. **Constitución Política de Colombia**. Bogotá, 1991. Disponível em: <http://es.presidencia.gov.co/normativa/constitucion-politica>. Acesso em: 10 jan. 2021.

COMITÊ Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus. **Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos**: categorias de documentação do CIDOC. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado, 2014. 76 p. Disponível em: [https://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc\\_guidelines](https://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc_guidelines). Acesso em: 15 ago. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. Ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 76 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 88 p.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística**. 2 ed. Madrid: Pirámide, 1996.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. 7.ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2008.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. Informação e informações. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 1985. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/226>. Acesso em: 13 jun. 2020.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceptos claves de museología**. ICOM: International Committee for Museology (ICOFOM), 2010.

DZIEKANIAK, Gisele. Mapeamento do uso de padrões de metadados por comunidades científicas. **Biblos**, Rio Grande, v. 20, p. 229-243, 2006. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/10/pdf\\_84e181b626\\_0012627.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/10/pdf_84e181b626_0012627.pdf). Acesso em: 14 ago. 2020.

ESCOLAR SOBRINO, Hipólito. **La biblioteca de Alejandría**. Madrid: Gredos, 2001. Disponível em: <https://librosycultura2.files.wordpress.com/2017/12/escolar-sobrino-2001-la-biblioteca-de-alejandrc3ada.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FABBRI, Angelica; MACHADO, Cecilia. Informatização dos acervos dos museus como ferramenta de acesso. *In*: FABBRI, Angélica; MACHADO, Cecília; RAMOS, Claudinéli Moreira; MEIRELLES, Heloisa Maria Pinheiro de Abreu; MONTEIRO, Juliana; BOTTALLO, Marilúcia. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos**: Diretrizes. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; ACAM Portinari, 2010. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao\\_Conservacao\\_Acervos\\_Museologicos.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

FERNANDEZ MOLINA, Juan Carlos. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, España, v. 17, n. 3, 1994, p. 320-331. Disponível em: <http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/1079>. Acesso em: 29 maio 2020.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática. *In*: FÓRUM DE MUSEUS DO NORDESTE, 4., 1991, Recife. **Trabalhos apresentados**. Recife: IBPC/Fundação Joaquim Nabuco, 1991. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/205957151/FERREZ-Helena-Dodd-Documentacao-Museologica-Teoria-para-uma-Boa-Pratica-in-IV-Forum-de-Museus-do-Nordeste-1991-Recife>. Acesso em: 25 ago. 2020.

FIUZA, Marysia Malheiros. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, 1987, p. 43-53. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71360>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1996.

GASPAR, Pedro João. O Milénio de Gutenberg: do desenvolvimento da Imprensa à popularização da Ciência. **Cultura e Ciencia**, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de. Aspectos teóricos e conceituais. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero**, Brasília, v. 1, n. 6, 2000. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/128>. Acesso em: 28 ago. 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Ciência da Informação, arquivologia e biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. *In*: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; FUJITA, Mariângela Spotti. (orgs.). **Ensino e pesquisa em biblioteconomia no Brasil**: a emergência de um novo olhar. Marília: Cultura Acadêmica e Fundepe, 2008, p. 33-43.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/249366184\\_Domain\\_analysis\\_in\\_information\\_science\\_Eleven\\_approaches\\_-\\_Traditional\\_as\\_well\\_as\\_innovative](https://www.researchgate.net/publication/249366184_Domain_analysis_in_information_science_Eleven_approaches_-_Traditional_as_well_as_innovative). Acesso em: 10 jun. 2020.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. **Manual de museología**. Madrid: Síntesis, 2001. 318 p.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. **Journal of the American society for information science**, [S.l.], v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995. Disponível em: [https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:6%3C400::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Y](https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6%3C400::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Y). Acesso em: 11 jul. 2020.

ICOM Conselho Internacional de Museus. **Como gerir um museu**: Manual Prático. Paris: ICOM; Paris: Maison de l'UNESCO, 2004. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Como%20Gerir%20um%20Museu.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

IFLA. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)**. Tradução de Marcelo Votto Texeira, 2016. 21 p. Título Original: Statement of International Cataloguing Principles (ICP).

IFLA Study Group. **FRBR**: Functional Requirements for Bibliographic Records, as amended and corrected through, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

IFLA. **ISBD (A)**: International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian). 2006. Disponível em: [http://www.ibmi.it/manuali/ISBD\(A\)\\_February2006.pdf](http://www.ibmi.it/manuali/ISBD(A)_February2006.pdf). Acesso em: 26 jul. 2020.

IFLA. **ISBD (CM)**: International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials. Revisão 1987, 1987a. Disponível em: <http://goo.gl/kxH9OD>. Acesso em: 26 jul. 2020.

IFLA. **ISBD (CR)**: International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources. Revisão 2002, 2002a. Disponível em: <http://goo.gl/h0QoLs>. Acesso em: 26 jul. 2020.

IFLA. **ISBD (ER)**: International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources. München, 1997. Disponível em: <http://goo.gl/jeBQOn>. Acesso em: 26 jul. 2020.

IFLA. **ISBD (G)**: General International Standard Bibliographic Description. Revisão 2004, 2004. Disponível em: <http://goo.gl/EOKGGz>. Acesso em: 26 jul. 2020.

IFLA. **ISBD (M)**: International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications. Revisão 2002, 2002b. Disponível em: <http://goo.gl/S6MZSC>. Acesso em: 26 jul. 2020.

IFLA. **ISBD (NBM)**: International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials. Revisão 1987, 1987b. Disponível em: <http://goo.gl/18Gj43>. Acesso em: 26 jul. 2020.

IFLA. **ISBD (PM)**: International Standard Bibliographic Description for Printed Music. 2 ed. revisada. London: K.G.Saur Munchen, 1991. Disponível em: [https://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBDPM\\_Nov10\\_2004.pdf](https://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBDPM_Nov10_2004.pdf). Acesso em: 26 jul. 2020.

LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. *In*: ICOM Conselho Internacional de Museus. **Como gerir um museu: Manual Prático**. Paris: ICOM; Paris: Maison de l'UNESCO, 2004. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Como%20Gerir%20um%20Museu.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LE COADIC, Yves - François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In*: ALVARES, Lillian (org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 editores, 2012. p. 21-48.

LLANES PADRÓN, Dunia. **La descripción archivística en los tiempos posmodernos: conceptos, principios y normas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/la-description\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/la-description_ebook.pdf). Acesso em: 22 abr. 2020.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. 64 p. (projeto como fazer, 6)

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MAKOWIECHY, Sandra. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S.l.], v. 4, n. 57, p. 2-25. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2181>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MARAÑÓN, Carlos Oliva. Fundamentos das normas de descrição arquivística e bibliotecaria. **Biblios**, Peru, n. 53, p. 48-67, 2013. DOI: 10.5195/biblios.2013.128. Acesso em: 20 maio 2020.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61-70, 2001. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/939>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva. **Representação da informação em acervos culturais**: reflexões em torno do diálogo museológico, arquivístico e biblioteconômico. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-15022017-164922/pt-br.php>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MARTÍNEZ ARELLANO, Filiberto Felipe; AMAYA RAMÍREZ, Miguel Ángel. El papel de los metadatos en la web semántica. **Biblioteca Universitaria**, México, v. 20, n. 1, p. 3-10, 2017. Disponível em: <http://biblio.unam.mx/rbu/index.php/rbu/article/view/171>. Acesso em: 11 oct. 2019.

MEY, Eliane Serrão Alves. Levantamento sobre uso da ISBD em bibliografias nacionais. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 14, n. 2, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74543>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de lemos/Livros, 2009.

MUSEO NACIONAL (Colombia). **El inventario de las colecciones**. Bogotá: Mincultura, 2014. ISBN:978-958-753-165-7. Disponível em: <http://www.museoscolombianos.gov.co/materiales/Paginas/registro-inventario-y-catalogacion.aspx>. Acesso em: 29 jan. 2021.

NASEIRO RAMURO, Ana. **Evolución histórica de la descripción archivística en España en la época contemporánea. Análisis de la transformación de los instrumentos de control y descripción**: del catálogo manuscrito a los gestores Web de objetos digitales culturales. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Humanidades da Universidade de Coruña, El Ferrol, 2012.

NOVAK, Joseph Donald; CAÑAS, Alberto. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, n.

1, p. 9-29, 2010. Disponível em:  
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=1295443>. Acesso em: 23 nov. 2020.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, dez. 1996. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, v. 2). Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/padilha\\_documentacao\\_museologica\\_1.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/padilha_documentacao_museologica_1.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

PINTO, Virginia Bentes; MEUNIER, Jean-Guy; SILVA NETO, Casemiro. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 15-35, abr. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p15>. Acesso em: 19 abr. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

RANGANATHAN, Shiyali Rumamrita. **Colon Classification**. Madras: Madras Library Association, 1957.

RDA Steering Committee. **About RDA**, 2020. Disponível em: <http://www.rda-rsc.org/content/about-rda>. Acesso em: 11 ago. 2020.

RDA Steering Committee. **RDA Brochure**, 2010. Disponível em: <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/docs/rdabrochureJanuary2010.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Paraíba, v. 3, n. 1, p. 3-14, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/15680>. Acesso em: 22 maio 2020.

ROBERT, Andrew. Inventário e Documentação. *In*: ICOM Conselho Internacional de Museus. **Como gerir um museu: Manual Prático**. Paris: ICOM; Paris: Maison de l'UNESCO, 2004. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Como%20Gerir%20um%20Museu.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RODRÍGUEZ, Yariannis Cuba; BATISTA, Dianelis Olivera. Los metadatos, la búsqueda y recuperación de información desde las ciencias de la información. **e-Ciencias de la Información**, Costa Rica, v. 8, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/eciencias/article/view/30085/33522>. Acesso em: 15 ago. 2020.

RODRIGUES, Maria Rosemary; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Organização e representação do conhecimento por meio de mapas conceituais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 1, 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1425>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Técnicas descritivas de arquivos**. Córdoba (Argentina): Universidad Nacional, 1961.

SHANNON, Claude Elwood; WEAVER, Warren. **The Mathematical theory of communication**. University of Illinois Press, 1949.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. As interfaces entre biblioteconomia e ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Múltiplas relações entre arquivologia, biblioteconomia museologia e ciência da informação. **Convergência em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 1, n. 3, p. 3-32, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/9750>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 157, 2015.

SILVA, José Fernando Modesto de. A ISBD: um instrumento de representação descritiva em evolução. *In*: SILVA, José Fernando Modesto da; PALETTA, Francisco Carlos (Orgs.). **Tópicos para o ensino de biblioteconomia**: Volume I. São Paulo: ECA-USP, 2016. 190 p. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002749752.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SILVA, Renta Eleuterio da; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Requisitos funcionais para registros bibliográficos (FRBR): considerações sobre o modelo e sua implementabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 116-129, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4881>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120p.

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da Informação: base conceitual para a formação profissional. *In*: VALENTIN, Marta Lígia Pomim (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. Cap. 1, p. 9-24.

SOUZA, Terezinha Batista de. **O ensino de representação descritiva nos cursos da área de ciência da informação no Brasil e em Portugal**: estudo comparativo. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Documentais) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.

TILLET, Barbara B. **What is FRBR?: A Conceptual Model for the Bibliographic Universe**. Library of Congress, Cataloging Distribution Service, 2004. Disponível em: <https://www.loc.gov/cds/downloads/FRBR.PDF>. Acesso em: 12 ago. 2012.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2010.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 113-122, jul./dez. 2012.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115396>. Acesso em 10 maio 2020.

TORRES, María Teresa Marín. **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

VIEIRA, Ronaldo da Mota. **Introdução à teoria geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014, 330 p. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/42051/pdf/0>. Acesso em: 24 maio 2020.

VITAL, Luciane Paula. **Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual**. 2017. 191 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/174305/345863.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 maio 2020.

YAKEL, E. Archival representation. **Archival Science**, v. 3, p. 1–25, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02438926>. Acesso em: 10 maio 2020.

YASSUDA, Silvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. 123 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93662>. Acesso em: 19 maio 2020.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

### Referências dos Artigos do Periódico Transinformação

CASTRO, Fabiano Ferreira de. Functional requirements for bibliographic description in digital environments. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 223-231, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862016000200223&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862016000200223&script=sci_arttext). Acesso em: 12 set. 2020.

CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha Batista de. A representação descritiva no contexto da web semântica. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 77-90, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862012000200001&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862012000200001&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 12 set. 2020.

FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **Transinformação**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 67-76, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862014000100007&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862014000100007&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 12 set. 2020.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; Santos, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862016000100059&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862016000100059&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 set. 2020.

KARPINSKI, Cezar. Patrimônio natural, documentação e pesquisa. **Transinformação**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 314-323, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862018000300314&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862018000300314&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 set. 2020.

SALES, Rodrigo de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O método analítico-sintético de Julius Kaiser: um pioneirismo para o tratamento temático da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 125-139, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862017000200125&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862017000200125&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 12 set. 2020.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de; BEZERRA, Darlene Alves. Os functional requirements for bibliographic records no contexto da web semântica: as contribuições de Paul Otlet. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 143-157, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862016000200143&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862016000200143&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 set. 2020.

SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa; ALVES, Maria das Dores Rosa; QUEIROS, Leonardo Ribeiro; SANTOS, Adriana Delfino dos; OLIVEIRA, Leandro Henrique Mendonça de. Representação descritiva e temática no sistema agência de informação Embrapa: controle de vocabulário. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 61-75, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862010000100005&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862010000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 set. 2020.

**APÊNDICE B**

## Referências dos Artigos do Periódico Informação &amp; Sociedade: Estudos

ARAKAKI, Felipe Augusto; ALVES, Rachel Cristina Vesu; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Dublin Core: state of art (1995 to 2015). **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 2, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/38012>. Acesso em: 12 set. 2020.

CAMPOS, Ana Claudia Borges; ROSEMBERG, Dulcinea Sarmento. A Ergologia como aporte teórico-metodológico para análise coletiva do trabalho do Bibliotecário. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/30935>. Acesso em: 12 set. 2020.

CARNEIRO, Luciana Emirena dos Santos; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Design Science: Representação de um campo teórico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44260>. Acesso em: 12 set. 2020.

CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Elementos de interoperabilidade na perspectiva da catalogação descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 3, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16660>. Acesso em: 12 set. 2020.

CATARINO, Maria Elisabete; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; ANDRADE, Ilza Almeida de. A representação temática no contexto da web semântica. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 105-116, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16242>. Acesso em: 12 set. 2020.

COSTA, Eliandro dos Santos; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Normalização de Descrição Arquivística aplicada no Fundo Documental da Secretaria de Cultura do Município de Londrina. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/34745>. Acesso em: 12 set. 2020.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; LIMA, Juliana Soares; SANTOS, Francisco Edvander Pires. Bibliotecário e Editoração: mercado e competências necessárias. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 2, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/38682>. Acesso em: 12 set. 2020.

FERREIRA, Jaider Andrade; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. O modelo de dados Resource Description Framework (RDF) e o seu papel na descrição de recursos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 23, n.

2, 7 jul. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/15436>. Acesso em: 12 set. 2020.

FREIRE, Isa Maria; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Novas fronteiras acadêmicas: cooperação entre Grupos de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, número especial, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13409>. Acesso em: 12 set. 2020.

GOMES, Daniel Libonati; BENCHIMOL, Alegria Celia; BARROS, Thiago Henrique Bragato. O uso de ferramentas de busca e acesso a artigos científicos pelos pesquisadores brasileiros. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, abr. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/38113>. Acesso em: 12 set. 2020.

JACINTHO, Eliana Maria dos Santos Bahia; MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. Archiveros y documentalistas emprendedores: el caso español y brasileño.

**Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 2, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/16539>. Acesso em: 12 set. 2020.

JORENTE, Maria José Vicentini; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Hábitos, rupturas e novas possibilidades de compartilhamento de informação e de conhecimento. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, dez. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4837>. Acesso em: 12 set. 2020.

LÊDO, Felipe José; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação do livro em braille em Catálogos em Linha de Acesso Público de bibliotecas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, ago. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/33314>. Acesso em: 12 set. 2020.

LEMOS, Daniela Lucas da Silva; SOUZA, Renato Rocha. Ontologias na representação de documentos: um panorama atual para descrição de conteúdo multimídia em rede. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 103-134, dez. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/47421>. Acesso em: 12 set. 2020.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, maio 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367>. Acesso em: 12 set. 2020.

MOSTAFA, Solange Puntel; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo; SABBAG, Deise Maria Antonio. Descrição Bibliográfica na era da Web Semântica: por uma nova noção de documento. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 26, n. 2, set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29354>. Acesso em: 12 set. 2020.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Padrão de metadados para obras raras na web: um estudo exploratório na Fundação Oswaldo Cruz. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 2, maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16592>. Acesso em: 12 set. 2020.

SANTOS NETO, Antonio Laurindo dos; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Contribuições para análise, descrição, e representação arquivística da informação dos cinejornais da Agência Nacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 63, jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/51>. Acesso em: 12 set. 2020.

SIMIONATO, Ana Carolina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Modelo conceitual DILAM: integração entre arquivos, bibliotecas e museus. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/30902/0>. Acesso em: 12 set. 2020.

SOUZA PINTO, Marli Dias; SPUDEIT, Daniela; GERALDO, Genilson; MADALENA, Críchyna da Silva. Ações de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina: foco nas bibliotecas públicas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/34251>. Acesso em: 12 set. 2020.

PEPULIM, Maria Elizabeth Horn; VANZIN, Tarcisio; ULBRICHT, Vania Ribas; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. A função designer de informação na área da Comunicação Social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 23, n. 2, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/13066>. Acesso em: 12 set. 2020.

VITAL, Luciane Paula; BRÄSCHER, Marisa. Modelo FRASAD como base para a representação temática na descrição arquivística. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 2, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38326>. Acesso em: 12 set. 2020.

## APÊNDICE C

### Referências dos Artigos do Periódico Perspectivas em Ciência da Informação

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os Formatos MARC 21. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-74, mar. 2015. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2054>. Acesso em: 12 set. 2020.

BEMBEM, Angela Halen Claro; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. O paradigma social e o tempo do conhecimento interativo: perspectivas e desafios para a arquitetura da informação pervasiva. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 181-196, dez. 2015. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2520>. Acesso em: 12 set. 2020.

BEMBEM, Angela Halen Claro; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy.

**Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 139-151, dez. 2013. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1639>. Acesso em: 12 set. 2020.

BRANDT, Mariana Baptista; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; ZAFALON, Zaira Regina. Catalogação de metadados: descrição de metadados de negócio a partir dos princípios e objetivos bibliográficos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 3-18, set. 2019. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2930>. Acesso em: 12 set. 2020.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. Instrumento de descrição arquivística em meio eletrônico: definição do quadro de padrões, normas e metadados.

**Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 67-80, dez. 2014. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1734>. Acesso em: 12 set. 2020.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; SUENAGA, Cynthia Maria Kiyonoga; RODRIGUES, Maria Rosemary. Os conceitos no tratamento da informação arquivística: unidade basilar para a compreensão do conteúdo documental.

**Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, p. 131-151, ago. 2017. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3237>. Acesso em: 12 set. 2020.

CUNHA, Izabella Bauer de Assis; PEREIRA, Frederico Cesar Mafra; NEVES, Jorge Tadeu de R. Análise do fluxo informacional presente em uma empresa do segmento de serviços de valor agregado (SVA). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 107-128, dez. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2474>. Acesso em: 12 set. 2020.

DAL' EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Teoria e prática em catalogação de assunto: a sistematicidade do processo em contexto de bibliotecas universitárias pela perspectiva profissional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 123-141, dez. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1546>. Acesso em: 12 set. 2020.

FREITAS JUNIOR, Nilton; JACYNTO, Mark Douglas de Azevedo. Um protótipo Linked Data para catalogação semântica de publicações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 48-65, dez. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2664>. Acesso em: 12 set. 2020.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; LACRUZ, María del Carmen Agustín; DIAZ, Raquel Gómez. A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 94-109, mar. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1402>. Acesso em: 12 set. 2020.

JORENTE, Maria José Vicentini; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Mídias de informação e comunicação e Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 190-206, mar. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1348>. Acesso em: 12 set. 2020.

KICH, Tassiara Jaqueline Fanck; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Arranjo e descrição arquivística em processos judiciais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 212-227, set. 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1357>. Acesso em: 12 set. 2020.

LIMA, Fábio Rogério Batista; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; SEGUNDO, José Eduardo Santarém. Padrão de metadados no domínio museológico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 50-69, set. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2639>. Acesso em: 12 set. 2020.

LLANES PADRÓN, Dunia; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. La representación de documentos y autoridades archivísticas: una mirada desde la perspectiva de la normalización. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 211-231, jun. 2017. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2643>. Acesso em: 12 set. 2020.

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo.; DIAS, Célia da Consolação. 65 anos do curso de Biblioteconomia da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, número especial, p. 1-14, out./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22682>. Acesso em: 12 set. 2020.

MOREIRA, Fábio Mosso; ZAFALO, Zaira Regina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves. Metadados para descrição de datasets e recursos informacionais do "Portal Brasileiro de Dados Abertos". **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 158-185, set. 2017. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2947>. Acesso em: 12 set. 2020.

MOURA, Milene Rosa de Almeida; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes. Estudo comparativo do Padrão de Descrição de Informação e Marc 21 em partitura de pianola. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 39-52, dez. 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2979>. Acesso em: 12 set. 2020.

ORTEGA, Cristina Dotta. Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 182-215, jun. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1805>. Acesso em: 12 set. 2020.

PONTES JUNIOR, João de; CARVALHO, Rodrigo de Aquino; AZEVEDO, Alexander Wilian. Da recuperação da informação à recuperação do conhecimento: reflexões e propostas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 02-17, dez. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/965>. Acesso em: 12 set. 2020.

RODRIGUES, Maria Rosemary; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Análise de assunto e mapas conceituais: semelhanças nos processos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 35-56, dez. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2423>. Acesso em: 12 set. 2020.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; TAGA, Vitor; VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. Repositórios educacionais para a Universidade Aberta do Brasil: estudos preliminares. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 181-207, jul. 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1249>. Acesso em: 12 set. 2020.

SERRA, Liliana Giusti; SILVA, José Fernando Modesto da. Empréstimo de dispositivos de leitura em bibliotecas: análise de experiências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 264-276, jul. 2017. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2701>. Acesso em: 12 set. 2020.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e patrimônio cultural: uma definição jurídica de informação patrimonial. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 101-115, set. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2345>. Acesso em: 12 set. 2020.

VIEIRA PÖTTKER, Luciana Maria; FERNEDA, Edberto; MOREIRO-GONZÁLEZ, José Antonio. Mapeamento Relacional entre padrões de metadados educacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 25-38, set. 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2843>. Acesso em: 12 set. 2020.

## APÊNDICE D

Referências dos documentos selecionados dos *sites* oficiais do *Archivo General de la Nación*, da *Biblioteca Nacional* e do *Museo Nacional* da Colômbia

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. Consejo Directivo del Archivo General de la Nación. **Acuerdo 027 del 31 de octubre de 2006**. Modifica el Acuerdo 07 del 29 de junio de 1994. Bogotá, Colombia: AGN, 2006. Disponível em: <https://normativa.archivogeneral.gov.co/acuerdo-27-de-2006/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL (Colombia). **Glosario básico del Plan Nacional para la Protección y Promoción del Patrimonio Bibliográfico y Documental 2020 - 2030 "VAMOS A HACER MEMORIA"**. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/Footer/DocumentosConsulta/Glosario%20b%C3%A1sico%20Plan%20Nacional%20de%20Patrimonio%20Bibliogr%C3%A1fico%20y%20Documental.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

PROGRAMA DE FORTALECIMIENTO DE MUSEOS; MUSEO NACIONAL (Colombia). **El inventario de las colecciones**. Bogotá: Mincultura, 2014. ISBN:978-958-753-165-7. Disponível em: <http://www.museoscolombianos.gov.co/materiales/Paginas/registro-inventario-y-catalogacion.aspx>. Acesso em: 29 jan. 2021.